# PROCESSO ADMINISTRATIVO

## Nº 15/2026

## MODALIDADE

## Inexigibilidade nº 010/2026

## OBJETO:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA DE 09 A 12 DE JUNHO DE 2026, MODALIDADE: PRESENCIAL, DATA PREVISTA: 09 DE 12 DE JUNHO DE 2026. LOCAL: BRASÍLIA-DF.**

**MAIO/2026**

# ÍNDICE


| | |
|---|---|
| PORTARIA QUE INSTITUI OS MEMBROS QUE COMPÕEM A UNIDADE DE COMPRAS (AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO) | 001 A 006 |
| SOLICITAÇÃO SETORIAL | 007 A 016 |
| AUTORIZAÇÃO DO GESTOR PARA O ÍNICIO DO PROCESSO | 017 A 020 |
| DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD | 021 A 025 |
| ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP | 026 A 027 |
| TERMO DE REFERÊNCIA | 028 A 041 |
| ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA<br>• CRONOGRAMA DO EVENTO<br>• CURRICULUM DO PALESTRANTE<br>• CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO<br>• ENQUADRAMENTO DO OBJETO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES<br>• MINUTA DO EMPENHO | 042 A 107 |
| CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DO TCE-MT. | 108 A 109 |
| CÓDIGO DE CADASTRO DO FORNECEDOR | 110 A 111 |
| VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA NA DATA 28/05/2026 | 112 A 137 |
| ATUAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO:<br>• COTAÇÕES/PROPOSTAS E BALIZAMENTO DE PREÇOS<br>• DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇO ART.23 DA LEI 14.133/2021<br>• RELÁTÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS | 138 A 156 |
| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 157 A 158 |
| DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA | 159 A 165 |
| AUTORIZAÇÃO DO GESTOR PARA A CONCLUSÃO DO PROCESSO | 166 A 167 |
| MANIFESTAÇÃO DO AGENTE E CONTRATAÇÃO | 168 A 172 |

| | |
|---|---|
| PARECER JURÍDICO | 173 A 182 |
| VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA NA DATA DA HOMOLOGAÇÃO | 183 A 208 |
| TERMO DE ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO | 209 A 211 |
| **ANEXOS** | |
| ORDEM DE FORNECIMENTO | |
| PROCESSO DE CONTABILIZAÇÃO | |
| ENVIO INFORMAÇÕES PARA O APLIC | |
| RELATÓRIOS DO SISTEMA:<br>• SOLICITAÇÃO DE COMPRAS<br>• ATA DA REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS | |
| CERTIFICADOS | |
| RELATÓRIO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO | |

FLS 001

# RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO

FLS 02

Publicado por afixação em local público de costumes em 20/02/24

Secretaria de Administração.

## PORTARIA LEGISLATIVA Nº 021/2024

**Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação e dá outras providências.**

**Jose Carlos Batista,** Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (Gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei.

**Considerando** o art. 2º da Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024;

**Considerando** a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente o que dispõe o seu artigo 8º; e

**Considerando** o disposto na Resolução nº 02/2023 de 13 de fevereiro de 2023.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. DESIGNAR** a Servidora **CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL**, efetiva no cargo de Agente Administrativa, Matrícula Funcional 449, para exercer a função gratificada de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** do Poder Legislativo de Itiquira-MT, com as atribuições descritas na Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024, bem como nas diretrizes definidas no Anexo I da Resolução nº 02/2023.

**Art. 2º.** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

Itiquira-MT, 20 de fevereiro de 2024

**Jose Carlos Batista**
Presidente
Gestão 2023-2024

**Art. 2°** - Designar a servidora Jaciane Almeida Campinas, devidamente inscrita no CPF sob o n° ***.854.729-**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 3°** - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

**Art. 4°** - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

**Art. 5°** - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

**Art. 6°** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 7°** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 8°** - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial da Portaria DLC n° 160/2023;

Itanhangá – MT, 20 de fevereiro de 2024.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**Bruno Henrique Ascari Felix**

**Secretário Municipal de Saúde**

Registre-se, publique-se e Afixe-se

---

**DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**PORTARIA DLC N° 026/2024**

**DATA:** 20 de fevereiro de 2024.

***SÚMULA:*** *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1°** a servidora Karina Rocha, inscrita no CPF n° ***.535.721-**, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 067/2023**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **MARCOS JOEL REICHERT LEDUR – ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 26.929.692/0001-40, qual tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, LOCAÇÃO DE PALCO, TENDA E TELÃO, LOCAÇÃO DE SOM DE RUA E BANDA MUSICAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"**. Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 2°** - Designar a servidora Aline Stefany Santos Souza, devidamente inscrita no CPF sob o n° ***.904.011-**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 3°** - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

**Art. 4°** - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

**Art. 5°** - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

**Art. 6°** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 7°** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 8°** - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial da Portaria DLC n° 179/2023;

Itanhangá – MT, 20 de fevereiro de 2024.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**Bruno Henrique Ascari Felix**

**Secretário Municipal de Saúde**

Registre-se, publique-se e Afixe-se

FLS 003

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA**

**CAMARA MUNICIPAL**
**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 021/2024**

**Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação e dá outras providências.**

**Jose Carlos Batista,** Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (Gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei.

**Considerando** o art. 2º da Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024;

**Considerando** a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente o que dispõe o seu artigo 8º; e

**Considerando** o disposto na Resolução nº 02/2023 de 13 de fevereiro de 2023.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. DESIGNAR** a Servidora **CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL**, efetiva no cargo de Agente Administrativa, Matrícula Funcional 449, para exercer a função gratificada de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**do Poder Legislativo de Itiquira-MT, com as atribuições descritas na Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024, bem como nas diretrizes definidas no Anexo I da Resolução nº 02/2023.

**Art. 2º.** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

Itiquira-MT, 20 de fevereiro de 2024

**Jose Carlos Batista**

Presidente

Gestão 2023-2024

---

**CAMARA MUNICIPAL**
**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 022/2024**

**Dispõe sobre a designação de Chefe Encarregado da Lei Geral de Proteção de Dados e dá outras providências.**

**Jose Carlos Batista,** Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (Gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei.

**Considerando** o art. 6º da Lei Municipal nº 1.247/2023;

**Considerando** a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD); e

FLS 004

**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 022/2026.**

Publicado por afixação em local público de costumes em 05/02/26.
Secretaria de Administração.

**DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Ediomar Gobbi,** Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

**Considerando** a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21), a qual disciplina as normas gerais para as contratações públicas;

**Considerando** a lei de licitações 14.133, a qual foi regulamentada por esta casa legislativa através da Resolução nº 002/2023;

**Considerando** as determinações contidas no artigo 6º, inciso L e artigo 8º, §1º da Lei nº14.133/21;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - A comissão de contratação e a equipe de apoio serão constituídas pelos seguintes membros:

**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:**

PRESIDENTE: Caroline de Oliveira Amaral, Matrícula Funcional 449;

MEMBRO: Maria Eduarda Oliveira Campos, Matrícula Funcional 534;

MEMBRO: Vitoria Novaes da Silva, Matricula Funcional 562.

**EQUIPE DE APOIO:**

PRESIDENTE: Joyce Cristina Silva de Oliveira, Matrícula Funcional 539;

MEMBRO: Keila Soraia Ferreira Silva, Matricula Funcional 561;

MEMBRO: Marilúcia Lins Rodrigues Cordeiro Feitosa, Matricula Funcional 550

**Art. 2º** - As atribuições são as descritas na Lei Federal nº14.133/21 e na Resolução nº 002/2023, desta casa Legislativa;

**Art. 3º** - Nos pregões, as atribuições de pregoeiro serão exercidas pela agente de contratação designada na Portaria Legislativa nº 021/2024.

**Art. 4º** - A Presidente da Equipe de Apoio será responsável pelas e assinaturas dos mapas comparativos;

**Art. 5º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 05 de fevereiro de 2026.

**Ediomar Gobbi**
**Vereador/Presidente**
**Gestão 2025/2026**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

### CAMARA MUNICIPAL
### PORTARIA LEGISLATIVA Nº 022/2026.

**DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Ediomar Gobbi,** Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

**Considerando** a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21), a qual disciplina as normas gerais para as contratações públicas;

**Considerando** a lei de licitações 14.133, a qual foi regulamentada por esta casa legislativa através da Resolução nº 002/2023;

**Considerando** as determinações contidas no artigo 6º, inciso L e artigo 8º, §1º da Lei nº14.133/21;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** A comissão de contratação e a equipe de apoio serão constituídas pelos seguintes membros:

**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:**

PRESIDENTE: Caroline de Oliveira Amaral, Matrícula Funcional 449;

MEMBRO: Maria Eduarda Oliveira Campos, Matrícula Funcional 534;

MEMBRO: Vitoria Novaes da Silva, Matricula Funcional 562.

**EQUIPE DE APOIO:**

PRESIDENTE: Joyce Cristina Silva de Oliveira, Matrícula Funcional 539;

MEMBRO: Keila Soraia Ferreira Silva, Matricula Funcional 561;

MEMBRO: Marilúcia Lins Rodrigues Cordeiro Feitosa, Matricula Funcional 550

**Art. 2º -** As atribuições são as descritas na Lei Federal nº14.133/21 e na Resolução nº 002/2023, desta casa Legislativa;

**Art. 3º -** Nos pregões, as atribuições de pregoeiro serão exercidas pela agente de contratação designada na Portaria Legislativa nº 021/2024.

**Art. 4º -** A Presidente da Equipe de Apoio será responsável pelas e assinaturas dos mapas comparativos;

**Art. 5º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 05 de fevereiro de 2026.

---

**Ediomar Gobbi**

**Vereador/Presidente**

**Gestão 2025/2026**

---

### PROCURADORIA JURÍDICA
### EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

**Extrato de Termo de Rescisão ao Contrato: Nº 146/2024**

**Contratante:** Município de Itiquira/MT

**Contratado(a):** Jucineia de Fatima Gonçalves

**Objeto:** O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato a partir do dia 10 de fevereiro de 2026, a pedido da servidora.

**Cargo:** Neuropedagogo.

---

### PROCURADORIA JURÍDICA
### EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

**Extrato de Termo de Rescisão ao Contrato: Nº 072/2025**

**Contratante:** Município de Itiquira/MT

**Contratado(a):** Gilberto Aparecido Tenorio

**Objeto:** O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato a partir do dia 09 de fevereiro de 2026, a pedido do servidor.

**Cargo:** Servente de Pedreiro.

---

### PROCURADORIA JURÍDICA
### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026.**

**Data da vigência:** 02/02/2026 a 18/12/2026.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

**CONTRATADO(A):** MAURA LIMA PEREIRA

**Objeto:** Contrato Administrativo nº 045/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 02/02/2026 a 18/12/2026, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

---

### PROCURADORIA JURÍDICA
### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026.**

**Data da vigência:** 29/01/2026 a 18/12/2026.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

**CONTRATADO(A):** CRISTIANE COIADO RAYSARO

**Objeto:** Contrato Administrativo nº 001/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 29/01/2026 a 18/12/2026, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

---

### PROCURADORIA JURÍDICA
### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026**

**Data da vigência:** 02/02/2026 a 02/02/2027

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

**CONTRATADO(A):** GUSTAVO DE SOUZA ALENCAR

**Objeto:** Contrato Administrativo nº 049/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 02/02/2026 a 02/02/2027, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS -

FLs 007

# SOLICITAÇÃO SETORIAL

# PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Itiquira - Mato Grosso

**COMUNICAÇÃO INTERNA**

**CI GABINETE DO VEREADOR CEARA DO PESQUEIRO**

**Itiquira - MT, 21 de maio de 2026.**

Para: GABINETE DO PRESIDENCIA

**Assunto: SOLICITAÇÃO PARA INSCRIÇÃO EM CURSO.**

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e solicitar auytoirização para inscrever-me no 45° congresso de gestão publica de a ser realizado de 09/06/2026 a 12/06/2026 – pelo instituto Ulisses Guimaraes em Brasilia DF

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCISCO JOSE PINHEIRO JOTA
Data: 21/05/2026 16:51:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**Francisco Jose Pinheiro Jota**
**Vereador**

Recbi em 22/05/26

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br

FLS. 00

CI GABINETE DO VEREADOR 006/2026 Itiquira - MT, 15 de maio de 2026.

Do: GABINETE DO PROFESSOR JOÃO NETO

Para: GABINETE DA PRESIDENCIA

**Assunto: SOLICITAÇÃO**

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo e solicitar um curso em Brasília-DF.

Em BRASÍLIA-DF para 45° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA.

De De 09/06/2026 a 12/06/2026 formado presencial

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente

**JOÃO NETO DA SILVA**

**Vereador**

**Matrícula Funcional 546**

Recebi em 18/0




Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
*"Plenário Adelino de Souza Campos"*

FLS 010

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI GABINETE DO VEREADOR FRANCIANO

Itiquira - MT, 21 de maio de 2026.

De: GABINETE DO VEREADOR FRANCIANO

Para: GABINETE DO PRESIDENTE

EXMO. EDIOMAR GOBBI

Assunto: SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO 45° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo cordialmente e solicitar autorização para inscrição no 45° congresso de gestão pública, que irá acontecer em Brasilia DF, nos dias 09 a 12 de junho, organizado pelo Instituto Ulysses Guimarães

Sem mais para o momento, desde já agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCIANO GONCALVES MENEZES DE JESUS
Data: 21/05/2026 12:58:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**FRANCIANO**
**VEREADOR 2025/2028**
**MATRICULA 552**

Recebi em 22/05/26




Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
*"Plenário Adelino de Souza Campos"*

FLS 015

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI GABINETE DO VEREADOR SILVANE TUNES LEITE

Itiquira - MT, 21 de MAIO de 2026.

D0: GABINETE DO VEREADOR SILVANE TUNES LEITE

Para: GABINETE DO PRESIDENTE

EXMO. EDIOMAR GOBBI

Assunto: SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DA 45° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA.

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo cordialmente e solicitar autorização para inscrição da 45° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, que irá acontecer em Brasília-DF, nos dias 09/06/2026 há 12/06/2026. Local: Hotel Laguna Plaza Praça Central, 3ª Avenida, Avenida Contorno Ae 4 Núcleo Bandeirante, Brasília- DF

Sem mais para o momento, desde já agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

**SILVANO TUNES**
**VEREADOR 2025/2028**
**MATRICULA 548**




Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
*"Plenário Adelino de Souza Campos"*

ESTADO DE MATO GROSSO

# CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000961

FLS 012

Número do processo: 000000961 Número Único: GBH.VWI.8AY-SA

Requerente: GABINETE DO VEREADOR SILVANE TUNES CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 21/05/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DA 45° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA

Observação: CI GABINETE

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

## COMUNICAÇÃO INTERNA

**CI GABINETE DO VEREADOR JOSE CARLOS BATISTA**

**Itiquira - MT, 28 de maio de 2026.**

Para: GABINETE DO PRESIDENCIA

**Assunto: SOLICITAÇÃO PARA INSCRIÇÃO EM CURSO.**

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e solicitar auytoirização para inscrever-me no 45° congresso de gestão publica de a ser realizado de 09/06/2026 a 12/06/2026 – pelo instituto Ulisses Guimaraes em Brasilia DF

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente,

**JOSE CARLOS BATISTA**
**Vereador**

ESTADO DE MATO GROSSO

# CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000994

FLS 04

Número do processo: 000000994 Número Único: K46.R9F.NXZ-NN

Requerente: GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CARLOS CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 28/05/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO PARA INSCRIÇÃO EM CURSO

Observação: Não Informado

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

FLS 015

CI GABINETE DA VEREADOR 03/2025 Itiquira - MT, 26 de maio de 2025.

Do: GABINETE DO VEREADOR JEFFERSON RAMOS

Para: GABINETE DA PRESIDENCIA

**Assunto: SOLICITAÇÃO**

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo e solicitar inscrição em curso na cidade de Brasília-DF, 45° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA.

De 09/06/2026 a 12/06/2026, formado presencial

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente.

**Jefferson Ramos dos Santos**

**Vereador**

**Matrícula Funcional 549**




Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
*"Plenário Adelino de Souza Campos"*

ESTADO DE MATO GROSSO

# CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000976

FLS 016

Número do processo: 000000976 Número Único: 2NZ.6PB.BKH-FK

Requerente: GABINETE VEREADOR JEFFERSON RAMOS CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 26/05/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO

Observação: CI GAB 03/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

FLS 017

# AUTORIZAÇÃO DO GESTOR

## COMUNICAÇÃO INTERNA

**CI GP 094/2026** **Itiquira - MT, 28 de maio de 2026.**

Da: GABINETE DO PRESIDENCIA

Para: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ILMA. MARIA ROSENY FARIAS LIMA

**Assunto: AUTORIZAÇÃO.**

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente **AUTORIZAR** o início do Processo de contratação de empresa para capacitação de pessoal conforme solicitação das cis em anexo, com o tema " 45° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA" ofertado pela Empresa INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES, com previsão para os dias de 14 a 09 de junho a 12 de junho de 2026, em BRASILIA DF para os participantes abaixo descrito, conforme programação em anexo.

| ITEM | PARTICIPANTE | MAT | CARGO |
|---|---|---|---|
| 001 | FRANCISCO JOSE PINHEIRO JOTA | 545 | VEREADOR |
| 002 | JOAO NETO DA SILVA | 546 | VEREADOR |
| 003 | FRANCIANO G. MENEZES DE JESUS | 552 | VEREADOR |
| 004 | SILVANE TUNES LEITE | 548 | VEREADOR |
| 005 | JOSE CARLOS BATISTA | 547 | VEREADORA |
| 006 | JEFFERSON RAMOS | 549 | VEREADOR |

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente,

EDIOMAR GOBBI:59270411168

Assinado de forma digital por EDIOMAR GOBBI:59270411168
Dados: 2026.05.28 08:36:56 -03'00'

**EDIOMAR GOBBI**
**Presidente (Gestão 2025/2026)**

ESTADO DE MATO GROSSO

# CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000582/2026

FLS 019

Número do processo: 000000582/2026 Número Único: YIM.RUZ.IPK-EE

Requerente: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 28/05/2026

Assunto: AUTORIZAÇÃO

Súmula: AUTORIZAÇÃO

Observação: CI GP 094/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

# INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES

GESTÃO PÚBLICA

FLS 020

**Público Alvo:** Vereadores, Assessores, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Servidores do Executivo e Legislativo

## BRASÍLIA – DF

## 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA

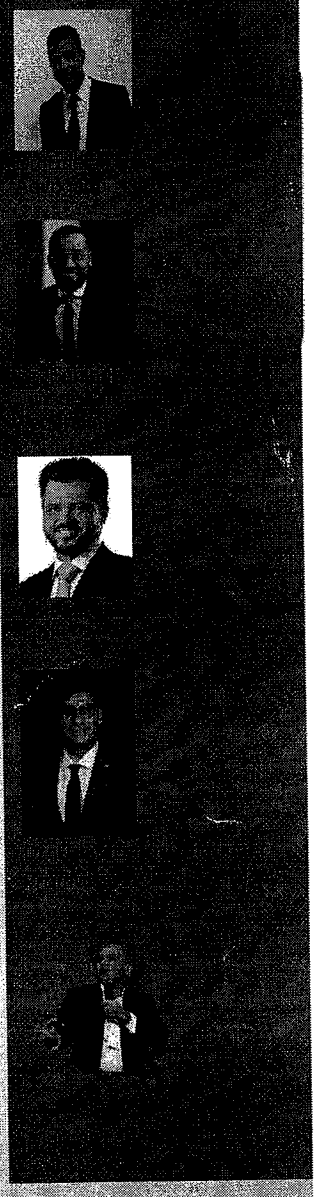
## de 09 a 12 de junho de 2026

**-Terça-feira: 09/06 Horário: 14:00 às 19:00**
Credenciamento e entrega de materiais.
**-Quarta-feira: 10/06 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra**
Plano Plurianual
Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Lei Orçamentária Anual.
**-Quinta-feira: 11/06 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra**
A Relação entre o Ministério Público e Administração Pública.
A Atuação do Ministério Público nos Municípios.
O Princípio básico que deve nortear as condutas dos Agentes Públicos.
**-Sexta-feira: 12/06 Horário: 07:00 às 09:00 - Palestra**
A Comunicação Pública, clara e eficaz no exercício do Mandato.
Troca de experiências, dúvidas, debates;
Integração de projetos;
Carga horária:10h/aulas
Plantão de dúvidas das 09h00 ás 10h00.
Encerramento e entrega de certificados.

**Contato**
**Telefone: (61)98654-5280 (WhatsApp)**
**Investimento:** R$1.490,00 por participante
**Dados Bancários:**
Banco do Brasil
Agência: 2901-7
Conta Corrente: 51010-6
Instituto Ulysses Guimarães Ltda.
CNPJ:40.033.708/0001-63
**E-mail:** contato@institutoulyssesguimaraes.com.br
**Site:** http://institutoulyssesguimaraes.com.br/cursos
**Local: Hotel Laguna Plaza**
**Praça Central, 3ª Avenida, Avenida Contorno Ae 4 Núcleo Bandeirante, Brasília- DF**
**(61)2109 9600**

**Obs.: O Instituto Ulysses Guimarães se reserva no direito de cancelar os eventos, não se responsabilizando pela viagem sem inscrição antecipada.**

**Palestrantes:**



FL. 021

# DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
*"Plenário Adelino de Souza Campos"*

FL. 02

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD**
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – CAPACITAÇÃO DE PESSOAL**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026**

| | |
|---|---|
| **Órgão:** Câmara Municipal de Itiquira | |
| **Setor Requisitante**: Secretaria de Administração | |
| **Responsável pela Demanda:** Maria Roseny Farias Lima | Matrícula Funcional 521 |
| **E-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br** | (065) 3491-1514<br>Ramal 210 |

## 1. DESCRIÇÃO DA DEMANDA

1.1.O presente instrumento manifesta a necessidade de contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal – **45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA,** objetivando a atualização/capacitação dos Vereadores do Município de Itiquira-MT, proporcionando melhor integração com a Sociedade, com poder Executivo, dentre outros órgãos, executando suas atribuições com transparência e seriedade de forma a crescer com responsabilidade.

1.2.Dados Gerais sobre a ação da capacitação:

| | |
|---|---|
| Quantidade de Inscrições | 06 (seis) |
| Descrição do curso | **45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA.**<br>Modalidade: Presencial<br>Carga Horária: 10 h<br>Data Prevista: 09/06/2026 a 12/06/2026<br>Local: Brasília-DF.<br>**Código Classificação TCE-MT - 395241-0** |

| | |
|---|---|
| Participantes | **Franciano Gonçalves Menezes de Jesus,**<br>Matrícula Funcional 552.<br><br>**Francisco José Pinheiro Jota,**<br>Matrícula Funcional 545.<br><br>**Jefferson Ramos dos Santos,**<br>Matrícula Funcional 549.<br><br>**João Neto da silva,**<br>Matrícula Funcional 546.<br><br>**José Carlos Batista,**<br>Matrícula Funcional 547.<br><br>**Silvane Tunes Leite,**<br>Matrícula Funcional 548. |

## 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

2.1. A capacitação dos vereadores é fundamental para garantir uma gestão pública eficiente e o desenvolvimento do município. Vereadores bem treinados elaboram leis mais eficazes e fiscalizam os recursos municipais de forma rigorosa, evitando irregularidades e otimizando o orçamento da cidade.

2.2. O respectivo evento traz um cronograma com temas de suma importância para a atividade parlamentar, dentre eles: Lei Orçamentarias, A Relação entre o Ministério Público e Administração Pública, A Atuação do Ministério Público nos Municípios, O Princípio básico que deve nortear as condutas dos Agentes Públicos.

2.3. Destaca-se ainda, a oportunidade de praticar network com participantes de diversos munícipios do Estado, com possibilidade de conhecer boas práticas e aplica-las no município de Itiquira.

2.4. Por fim, sendo o vereador um agente político que atua diretamente no Poder Legislativo Municipal, sendo a voz do povo na esfera local. eleito para representar os interesses da comunidade, fiscalizar as ações do Poder Executivo (Prefeitura) e criar leis que impactam diretamente o dia a dia dos cidadãos, o que depende de conhecimento atualizado. Assim, a respectiva capacitação irá corroborar para que o vereador exerça com excelência sua função, buscando o bem-estar coletivo e o desenvolvimento local.



## 3. DIMENSIONAMENTO DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

3.1. Para ação de contratação, pretende-se contratar os serviços de desenvolvimento de competências discriminados na tabela a seguir:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL (VEREADORES) 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, CONFORME ABAIXO DETALHADO:**

| Item | Descrito do Evento | Código TCE-MT | Unidade de Fornecimento | Qtde Total | Valor Unitário R$ | Valor Total R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal, para atender demanda dos Vereadores da Câmara Municipal de Itiquira-MT **45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA** | 395241-0 | Unidade | 6 | 1.490,00 | 8.940,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h Data Prevista: 09 a 12 de 2026. Local: Brasília-DF. | | | | | |
| **TOTAL** | | | | | | **8.940,00** |

3.2. Com base na Lei 14.133/2021, considera serviços especializados:

> **XVIII** - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:
> (...)
>
> **f)** treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
>
> **(...)**

## 4. LOCAL DA CAPACITAÇÃO

4.1 O curso será realizado **Local: Hotel Laguna Plaza,** Praça Central, 3ª Avenida, Avenida Contorno Ae 4 Núcleo Bandeirante, Brasília- DF, (61)2109 9600.

3

## 5. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O serviço deverá ser executado na forma presencial, no formato de Congresso, em estrita obediência cronograma do evento, anexo a desta DFD, bem como, as demais determinações constantes no termo de referência deste processo.

5.2. Cabe a empresa contratada fornecer:

- Garantir toda a estrutura necessária para realização do evento;
- Assegurar um espaço adequado para a realização do congresso;
- Disponibilização de profissionais qualificados para ministrar o treinamento;
- Disponibilizar material aos participantes;
- Garantir o serviço de coffee break durante o evento.
- Fornecer certificado aos participantes, contendo carga horária e conteúdo programático.
- Comunicar a Câmara formalmente, com antecedência de no mínimo 24 horas, caso alterar data do evento ou seu cancelamento.

**6. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. A prestação do serviço deverá ser iniciada no dia 09 de junho/2026, conforme previsto no cronograma da empresa contratada, abaixo transcrito, para, salvo se por motivo de força maior, devidamente justificado, a contratada necessitar alterar a data de realização do respectivo evento:

**Terça-feira: 09/06 Horário: 14:00 às 19:00**
Credenciamento e entrega de materiais.

**Quarta-feira: 10/06 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra**
Plano Plurianual
Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Lei Orçamentária Anual.

**Quinta-feira: 11/06 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra**
A Relação entre o Ministério Público e Administração Pública.
A Atuação do Ministério Público nos Municípios.
O Princípio básico que deve nortear as condutas dos Agentes Públicos.

**Sexta-feira: 12/06 Horário: 07:00 às 09:00 – Palestra**
A Comunicação Pública, clara e eficaz no exercício do Mandato.
Troca de experiências, dúvidas, debates;
Integração de projetos.



Itiquira-MT, 28 de maio de 2026.

Maria Roseny Farias Lima
Secretária de Administração
Portaria n° 001/2025

Ediomar Gobbi
Vereador/Presidente
Gestão 2025/2026

# JUSTIFICATIVA

# ETP

FLS. 027

**JUSTIFICATIVA DE NÃO ENCAMINHAMENTO DO DOCUMENTO "ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR"**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 015/2026**

| | |
|---|---|
| Unidade Gestora | Câmara Municipal de Itiquira-MT. |
| Código de UG | 1115971 |
| Modalidade | Inexigibilidade de licitação (Lei 14.133/2021, art. 74) |
| Situação da Carga | 1 – Abertura |
| Objeto | Contratação de empresa para fornecimento de capacitação de pessoal "**45° Congresso de Gestão Pública**", Modalidade Presencial, Carga Horária: 10 h/aulas, Data Prevista para o período de: 09 a 12 de junho de 2026, Brasília-DF. |

Vimos por meio deste justificar a não inclusão do Estudo Técnico Preliminar – ETP, no envio da carga do processo licitatório supracitado, tendo em vista que:

(X) O documento não foi formalizado em razão da natureza de objeto e da simplicidade da contratação;

( ) A licitação refere-se à adesão à Ata de registro de preços, e o ETP já consto no processo original conduzido pela entidade gerenciadora.

( ) Outo motivo ( descrever): _____

Declaramos ainda que está justificativa está de acordo com os procedimentos internos da unidade e será mantida arquivada junto ao processo físico ou digital de contratação.

Itiquira-MT, 28 de maio de 2026.

Maria Roseny Farias Lima
Secretária de Administração
Matricula Funcional 521
Portaria N° 001/2025

FL. 028

# TERMO DE REFERÊNCIA

FLS 029

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026**
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO – CAPACITAÇÃO**

## 1. INTRODUÇÃO

O presente termo tem como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de capacitação de pessoal, para oferta de 06 (seis) vagas de capacitação externa, visando a participação de vereadores (abaixo descritos) do município de Itiquira-MT, no **45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA**, Modalidade: Presencial, Carga Horária: 10 h, Data Prevista: 09/06/2026 a 12/06/2026, Local: Brasília-DF, Código Classificação TCE-MT - 395241-0, A ser realizado pelo Instituto Ulysses Guimarães Ltda, abaixo qualificada, conforme condições e exigências estabelecidas neste termo.

| | |
|---|---|
| Participantes | **Franciano Gonçalves Menezes de Jesus,** Matrícula Funcional 552.<br><br>**Francisco José Pinheiro Jota,** Matrícula Funcional 545.<br><br>**Jefferson Ramos dos Santos,** Matrícula Funcional 549.<br><br>**João Neto da silva,** Matrícula Funcional 546.<br><br>**José Carlos Batista,** Matrícula Funcional 547.<br><br>**Silvane Tunes Leite,** Matrícula Funcional 548. |

1

### 1.2. Base Legal:

- Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021;
- Resolução Legislativa 02/2023 de 13 de fevereiro de 2023;

- Plano Anual Compras, aprovado pelo decreto 04/2025 de 11 de dezembro de 2025 (tópico. 42, item 01, página 39).

## 2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente contratação consiste na contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal (Vereadores), no **45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA,** conforme abaixo detalhado:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL (VEREADORES) 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, CONFORME ABAIXO DETALHADO:**

| Item | Descrito do Evento | Código TCE-MT | Unidade de Fornecimento | Qtde Total | Valor Unitário R$ | Valor Total R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal - **45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA** Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h Data Prevista: 09 a 12 de 2026. Local: Brasília-DF. | 395241-0 | Unidade | 6 | 1.490,00 | 8.940,00 |
| **TOTAL** | | | | | | **8.940,00** |

## 3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A capacitação dos vereadores é fundamental para garantir uma gestão pública eficiente e o desenvolvimento do município. Vereadores bem treinados, elaboram leis mais eficazes e fiscalizam os recursos municipais de forma rigorosa, evitando irregularidades e otimizando o orçamento da cidade.

2.2. O respectivo evento traz um cronograma com temas de suma importância para a atividade parlamentar, dentre eles: Lei Orçamentarias, A Relação entre o Ministério Público e Administração Pública, A Atuação do Ministério Público nos Municípios, O Princípio básico que deve nortear as condutas dos Agentes Públicos.

2.3. Destaca-se ainda, a oportunidade de praticar network com participantes de diversos munícipios do Estado, com possibilidade de conhecer boas práticas e aplicá-las no município de Itiquira.

2.4. Por fim, sendo o vereador um agente político que atua diretamente no Poder Legislativo Municipal, sendo a voz do povo na esfera local. eleito para representar os interesses da comunidade, fiscalizar as ações do Poder Executivo (Prefeitura) e criar leis que impactam diretamente o dia a dia dos cidadãos, o que depende de conhecimento atualizado. Assim, a respectiva capacitação irá corroborar para que o vereador exerça com excelência sua função, buscando o bem-estar coletivo e o desenvolvimento local.

## 4. DA JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

4.1. A presente contratação será realizada através de **inexigibilidade de licitação nos termos dos artigos art. 74, III, *f*, da lei 14.133/2021 – Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal, em razão da notoriedade da empresa.**

4.2. A inexigibilidade, nas palavras de Marçal Justen Filho, é uma "imposição da realidade extranormativa" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18. ed. São Paulo: RT, 2019, p. 594). Como decorrência disso, o rol dos incisos do artigo 74 da Lei nº 14.133 se afigura como meramente exemplificativo – "*numerus apertus*". Isso porque é impossível sistematizar todos os eventos dos quais decorrem uma inviabilidade de competição.

1) ausência de pluralidade de competidores no mercado (ex: o bem licitado apenas é fornecido por um único sujeito);

4.3. O TCU (Tribunal de Contas da União) já decidiu reiteradas vezes, que a despesa com a participação de agentes públicos em cursos de capacitação não exige licitação, conforme processo TCU -DC-0439-27/98- P e publicação DOU de 05.02.2010, S. 1, p. 99., em razão da inviabilidade de competição e na presença dos requisitos caracterizadores: serviço técnico especializado, natureza singular do serviço e notória especialização da contratada.

## 5. DA SINGULARIDADE DO SERVIÇO DA ESCOLHA DA EMPRESA

5.1. Cadastro da Empresa:

FLS 02

| | |
|---|---|
| **Nome Empresarial** | Instituto Ulysses Guimaraes Ltda |
| **Nome Fantasia** | Instituto Ulysses Guimaraes |
| **CNPJ** | 40.033.708/0001-63 |
| **Endereço** | Q SDE, quadra 01, conjunto E, lote nº 04, Apt. 102, parte C, CEP 72.145-105, Bairro setor de desenvolvimento econômico (Taguatinga), Brasília-DF. Telefone: (61) 8654-5280, Email: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br |
| **Data de Abertura de Empresa** | 07/12/2020 |
| **Sócia Administradora** | Ana Maria Lemos Terra de Rezende |

5.2 A escolha da empresa se seu em razão do Instituto Ulysses Guimarães, notoriamente ser uma empresa que tem por objetivo promover a capacitação dos Agentes Políticos, Gestores Públicos e Servidores Públicos, instruindo sobre os fatos mais relevantes e conhecimentos através do Poder Legislativo e Executivo, com diversos serviços prestados, inclusive para esta Casa de Leis.

4

5.3. Qualificando os agentes Políticos e Servidores Públicos de cada região para que os mesmos possam adquirir os conhecimentos e integrar a sociedade com Poder Executivo e Legislativo com transparência e seriedade de forma com que cada região cresça com responsabilidade.

## 6. CRONOGRAMA DA PROGRAMAÇÃO DO CURSO

6.1. A programação do curso, abaixo transcrita, encontra-se anexo a este termo e segue transcrito abaixo.

**Terça-feira: 09/06 Horário: 14:00 às 19:00**
Credenciamento e entrega de materiais.

**Quarta-feira: 10/06 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra**
Plano Plurianual
Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Lei Orçamentária Anual.

**Quinta-feira: 11/06 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra**
A Relação entre o Ministério Público e Administração Pública.
A Atuação do Ministério Público nos Municípios.
O Princípio básico que deve nortear as condutas dos Agentes Públicos.

**Sexta-feira: 12/06 Horário: 07:00 às 09:00 – Palestra**
A Comunicação Pública, clara e eficaz no exercício do Mandato.
Troca de experiências, dúvidas, debates;
Integração de projetos.

Carga horária: 10h/aulas.

Plantão de dúvidas das 09h00 às 10h00.

Encerramento e entrega de certificados.



## 7. DO CURRICULUM DO PALESTRANTE

7.1. O curso será ministrado pelos palestrantes abaixo citados, com respectivos currículos anexo a esse termo.

- ENÉIAS FERREIRA DE REZENDE
- DANIEL EDUARDO BRANCO CARNACCHIONI
- FABIO FRANCISCO ESTEVES
- *FÁBIO IANNI GOLDFINGER*
- *MARCOS PAULO DE OLIVEIRA*

## 8. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O escopo da presente contratação trata-se de congresso, formato presencial, 10 horas aula, cabendo a empresa contratada o fornecimento de certificado, mediante participação de no mínimo 75%, material de apoio e coffe break.

Fls 034

**9. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

9.1. **Do Valor Global** não poderá ultrapassar **R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais):**

| Item | Descrito do Evento | Código TCE-MT | Unidade de Fornecimento | Qtde Total | Valor Unitário R$ | Valor Total R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal, para atender demanda dos Vereadores da Câmara Municipal de Itiquira-MT **45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA** Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h Data Prevista: 09 a 12 de 2026. Local: Brasília-DF. | 395241-0 | Unidade | 6 | 1.490,00 | 8.940,00 |
| **TOTAL** | | | | | | **8.940,00** |

6

9.2. Do Pagamento: O pagamento será realizado em parcela única, após a conclusão do curso, mediante nota fiscal, na conta da empresa contratada.

9.3. Da Nota Fiscal: A nota fiscal deverá ser emitida em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, inscrita no CNPJ 00.176.362/0001-38.

9.4. O pagamento será realizado a adjudicatária mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo responsável pelo servidor competente.

9.5. O pagamento será realizado por meio de transação bancária, preferencialmente por pix, em nome da empresa contratada, após a realização do curso, conforme dados bancários abaixo:

**Dados Bancária**
Banco do Brasil
Agência: 2901-7
Conta Corrente: 51010-6
Instituto Ulysses Guimarães Ltda.
CNPJ:40.033.708/0001-63

9.6. Constatando qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento, fluirá a partir respectiva regularização.

9.7. A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*".

9.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

9.9. O pagamento efetuado a contratada não a isentará de suas responsabilidades vinculadas aos fornecimentos dos serviços.

9.10. No preço a ser pago, deverão estar inclusos todas as despesas inerentes a tributos e outras inerentes ao respectivos objeto.

9.11. A Câmara efetuará a retenção dos impostos locais, quando for o caso.

9.12. A contratada, para fazer jus ao pagamento, deverá estar devidamente habilitada, apresentando as seguintes certidões:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (ou equivalente)
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- Outros documentos que se julgar necessário

## 10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa oriunda dessa aquisição, correrão por conta da dotação abaixo descrita:

| **FICHA** | | **08** |
|---|---|---|
| ÓRGÃO | CÂMARA MUNICIPAL | 01 |
| UNIDADE | CÂMARA MUNICIPAL | 001 |
| FUNÇÃO | LEGISLATIVA | 1 |
| SUBFUNÇÃO | AÇÃO LEGISLATIVA | 31 |
| PROGRAMAS | PROCESSO LEGISLATIVO | 0001 |
| PROJETO / ATIVIDADE | CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO | 2.189 |
| NATUREZA DA DESPESA | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.3.90.00.00.00.00.00 |

## 11. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

FLS 026

11.1. **O instrumento contratual será substituído por nota de empenho, nos termos do Artigo 95, caput, da Lei 14.133/2021, visto que o prazo de execução do serviço e seu valor, o que não ultrapassa o limite de isenção da modalidade, não se verifica prejuízo à execução ou à segurança da contratação**.

## 12. LOCAL E HORÁRIO DO EVENTO

12.1. O evento será realizado no **Local: Hotel Laguna Plaza, estabelecido na** Praça Central, 3ª Avenida, Avenida Contorno AE 4 Núcleo Bandeirante, Brasília- DF, (61)2109 9600.

12.2. A carga horária do respectivo evento será de 10 horas aula, conforme cronograma da empresa.

## 13. DA FORMA DE EXECUÇÃO

13.1. O serviço será executado em estrita obediência ao cronograma, conforme detalhamento do cronograma do evento, bem como, demais determinações deste termo de referência.

8

## 14. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

14.1. Prestar o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste termo de referência, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinente;

14.2. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, relativos a tributos de qualquer natureza, decorrência da sua condição de empregadora, oriundas da presente contratação.

14.4. Entregar objeto em sua integralidade;

14.5. Emitir certificados para os participantes que cumprirem o percentual de no mínimo 75% da carga horária;

14.5 Comunicar formalmente a Câmara, com antecedência mínima de 24 horas, caso ocorra alteração no cronograma do evento ou cancelamento do mesmo.

Fls 037

**15. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

15.1. Emitir a nota de empenho para garantir o pagamento da despesa;
15.2. Receber e atestar a nota fiscal de serviço, através do setor demandante, garantindo que o serviço foi executado a contento;
15.3. Efetuar o pagamento na forma prevista neste termo;
15.4. Efetuar a inscrição do participante, através de envio para a contratada, no nome completo e e-mail de cada um;
15.5. Fiscalizar o processo de conclusão do curso, mediante recebimento dos certificados e anexa-los no processo.

**16. DAS SANCÕES/INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Comete infração administrativa, ainda, nos termos do art. 155 da Lei nº. 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9

16.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no art. 156 da lei 14.133/2021:

I - Advertência;
II - Multa;
III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
1) A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.
2) A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133/2021.
3) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
4) As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
16.3. Para as penalidades previstas neste termo de referência será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme prevê o art.157 da Lei 14.133/2021.

## 17.DAS PENALIDADES CABÍVEIS

17.1. Aplica-se, no caso de descumprimento do contrato as penalidades previstas na Lei, 14.133 e alterações.

## 18. PROPRIEDADE, SEGURANÇA E SIGILO

18.1. Quanto a Lei Geral de Proteção de Dados, são obrigações dos PARTÍCIPES, regras trazidas pela Lei 13.709/2018 ("LGPD").

a) Entende-se por "Dados Pessoais", todos e quaisquer dados ou informações que, individualmente ou em conjunto com outros dados ou nomes, identifiquem ou permitam que um determinado usuário seja identificado, nos termos da Lei 13.709/2018 ("LGPD").

b) A CONTRATADA, na qualidade de Operadora dos Dados Pessoais, deverá trata-los única e exclusivamente para as finalidades estabelecidas neste instrumento, ou conforme orientação por escrito fornecida pelo CONTRATANTE.

c) O CONTRATANTE, na qualidade de controlador dos Dados Pessoais, observará a legislação aplicável a matéria nas decisões relativas ao tratamento dos Dados Pessoais, sendo totalmente responsável pelo eventual descumprimento das normas legais, quando previamente alertada pela CONTRATADA.

d) Em caso de descumprimento da LGPD, em decorrência deste processo ou das orientações fornecidas pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA será solidariamente responsável por eventuais prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE.

e) Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), a CONTRATADA declara:

e.1 tratar e usar os dados a que tem acesso, nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo-os, registrando-os, organizando-os, conservando-os, consultando-os ou transmitindo-os somente nos casos em que houver consentimento inequívoco do CONTRATANTE:

e.2 tratar os dados de modo compatível com as finalidades definidas pelo CONTRATANTE;

e.3 conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades, garantindo a sua confidencialidade;

e.4 implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de seu tratamento ilícito;

e.5 assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste contrato, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade.

f) A CONTRATADA manterá os Dados Pessoais e Informações Confidenciais sob programas de segurança, incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos, elaborados para:



(a) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e

(b) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares.

g) A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente o CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do processo e os dados e/ou informações disponibilizados pelo CONTRATANTE (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível.

h) O CONTRATANTE possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive in loco, na sede da CONTRATADA, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes.

i) A CONTRATADA se compromete a responder todos os questionamentos feitos pelo O CONTRATANTE que envolvam dados pessoais repassados e a LGPD, no prazo de 5 dias úteis, sem prejuízos dos demais deveres ajustados neste instrumento.

Fls 040

**19. DA SUJEIÇÃO DAS PARTES**

19.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições do direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste termo e da proposta vencedora.

**20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. A nota fiscal deverá ser encaminhada para o email compras@itiquira.mt.leg.br ou secretaria@itiquira.mt.lelg.br. Conforme prerrogativas do Art. 176 da Lei 14.133/2021, a publicação da homologação, será feita no site oficial da Câmara Municipal de Itiquira: www.itiquira.mt.leg.br e no site da AMM – Associação Mato-grossense dos Município:www.amm.org.br, Lei Municipal 558/2006.

**21. DO FORO**

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itiquira, para dirimir dúvidas oriundas dos contratos.



**22. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

22.1. Atesto para os devidos fins que o Termo de Referência foi elaborado observando as normas pertinentes, sendo definido o objeto de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que vedem ou limitem o caráter competitivo, com previsão na LOA e PPA para fazer frente às despesas.

Itiquira-MT, 28 de maio de 2026.

**Maria Roseny Farias Lima**
Secretária de Administração
Portaria n° 001/2025

**23. DO ENCAMINHAMENTO À AUTORIZAÇÃO COMPETENTE**

23.1. Aprovo o presente Termo de Referência em conformidade com o Art. 6º, inciso XXIII da Lei 14.133/2021.

Itiquira-MT, 28 de maio de 2026.

**Ediomar Gobbi**
Presidente
(Gestão 2025/2026



Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
*"Plenário Adelino de Souza Campos"*

FLS 042

# ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

# CRONOGRAMA DO EVENTO

# INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES

GESTÃO PÚBLICA

FLS 44

**Público Alvo:** Vereadores, Assessores, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Servidores do Executivo e Legislativo

## BRASÍLIA – DF

## 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA

## de 09 a 12 de junho de 2026

**-Terça-feira: 09/06 Horário: 14:00 às 19:00**
Credenciamento e entrega de materiais.
**-Quarta-feira: 10/06 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra**
Plano Plurianual
Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Lei Orçamentária Anual.
**-Quinta-feira: 11/06 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra**
A Relação entre o Ministério Público e Administração Pública.
A Atuação do Ministério Público nos Municípios.
O Princípio básico que deve nortear as condutas dos Agentes Públicos.
**-Sexta-feira: 12/06 Horário: 07:00 às 09:00 - Palestra**
A Comunicação Pública, clara e eficaz no exercício do Mandato.
Troca de experiências, dúvidas, debates;
Integração de projetos;
Carga horária:10h/aulas.
Plantão de dúvidas das 09h00 ás 10h00.
Encerramento e entrega de certificados.

**Contato**
**Telefone: (61)98654-5280 (WhatsApp)**
**Investimento:** R$1.490,00 por participante
**Dados Bancários:**
Banco do Brasil
Agência: 2901-7
Conta Corrente: 51010-6
Instituto Ulysses Guimarães Ltda.
CNPJ:40.033.708/0001-63
**E-mail:** contato@institutoulyssesguimaraes.com.br
**Site:** http://institutoulyssesguimaraes.com.br/cursos
**Local: Hotel Laguna Plaza**
**Praça Central, 3ª Avenida, Avenida Contorno Ae 4 Núcleo Bandeirante, Brasília- DF**
**(61)2109 9600**

**Obs.: O Instituto Ulysses Guimarães se reserva no direito de cancelar os eventos, não se responsabilizando pela viagem sem inscrição antecipada.**

**Palestrantes:**



FLS 045

# CURRICULUM DOS PALESTRANTES

# ENÉIAS FERREIRA DE REZENDE

FLS 016

ADVOGADO- OAB/MG175655

COM CAPACITAÇÃO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; SOBRE DEPARTAMENTO PESSOAL; SECRETARIA NO SERVIÇO PÚBLICO; ATENDIMENTO AO PÚBLICO; COMUNICAÇÃO VERBAL NO ATENDIMENTO; CLIENTE INTERNO, TRABALHO EM EQUIPE; OS PRECATÓRIOS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; SISTEMA DE PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA; PRECATÓRIO E REQUISIÇÃO DO PEQUENO VALOR; SANÇÕES PELO NÃO PAGAMENTO; PROCESSO E TÉCNICA LEGISLATIVO; SISTEMA DE REGISTRO E PREÇOS; AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE; A CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO; PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS; PLANO DE CONTAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADA AO SETOR PÚBLICO; ELABORAÇÃO DE EDITAIS E CONVITES; POSTURAS , MEIO AMBIENTE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA; PROCESSO LEGISLATIVO; ASPECTO DO PROJETO FICHA LIMPA; PRINCÍPIOS E MODALIDADES DE LICITAÇÕES; FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; FUNDAMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA E PREVIDENCIÁRIA NOS MUNICÍPIOS; FIDELIDADE PARTIDÁRIA; LEI DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA; PROCESSOS LEGISLATIVOS.

FLS 647

**FABIO FRANCISCO ESTEVES**

GRADUADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (UEMS), MESTRE EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB), DOUTOR EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT), PROFESSOR DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL E DO INSTITUTO DE DIREITO PÚBLICO - IDP, COFUNDADOR DO ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES E JUÍZAS NEGROS - ENAJUN E DO FÓRUM NACIONAL DE JUÍZAS E JUÍZES CONTRA O RACISMO E TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO - FONAJURD, COCRIADOR DO PROJETO FALANDO DIREITO PARA EDUCAÇÃO EM CIDADANIA, FOI PRESIDENTE DA COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR DE INCLUSÃO DO TJDFT, ATUOU COMO MEMBRO DA COMISSÃO DE JURISTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO ANTIRRACISTA, FOI PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO DISTRITO FEDERAL (AMAGIS-DF), NOS BIÊNIOS DE 2016-2018 E 2018-2020 E TAMBÉM VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS (AMB), NO TRIÊNIO 2020-2022. EXERCEU A FUNÇÃO DE JUIZ INSTRUTOR DO GABINETE DO MINISTRO EDSON FACHIN, NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), DE 2020-2025. VENCEDOR DO PRÊMIO DESAFIO LIDERANÇAS PÚBLICAS NEGRAS, EM 2021, ORGANIZADO PELA ARAPYAÚ, HUMANIZE, FUNDAÇÃO LEMANN E REPÚBLICA.ORG.

## ACADÊMICO

## FORMAÇÃO ACADÊMICA

ESPECIALIZAÇÃO EM PNL E LIDERANÇA DE ALTA PERFORMANCE

2021 - 2022

INSTITUTO Z1

TÍTULO: NÃO FOI EXIGIDO MONOGRAFIA

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO

2005 - 2005

FLS 48

UNIVERSIDADE GAMA FILHO
TÍTULO: OS EFEITOS DAS CONSTANTES EMENDAS CONSTITUCIONAIS NA EFETIVIDADE NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

GRADUAÇÃO EM DIREITO
1998 - 2003

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
TÍTULO: UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO - EFEITOS JURÍDICOS
ORIENTADOR: GLAUCIA LAMBLEM

## IDIOMAS

INGLÊS

COMPREENDE BEM, FALA BEM, LÊ BEM, ESCREVE BEM.

ESPANHOL

COMPREENDE BEM, FALA RAZOAVELMENTE, LÊ BEM, ESCREVE RAZOAVELMENTE.

FRANCÊS

COMPREENDE BEM, FALA POUCO, LÊ BEM, ESCREVE POUCO.

## REAS DE ATUAÇÃO

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS / ÁREA: DIREITO.

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A SEMANA JURÍDICA: DEMOCRACIA E DIREITO EM AMBIENTE DE CRISE. O PODER JUDICIÁRIO E A DEMOCRACIA. 2019. (CONGRESSO).

FLS 479

SEMANA DE CAPACITAÇÃO EM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. INTERFACE DE QUESTÕES RACIAIS E JUSTIÇA CIMINAL. 2019. (CONGRESSO).

SEMINÁRIO RACISMO E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL.SEMINÁRIO RACISMO E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL. 2019. (SEMINÁRIO).

TEORIA DA MÁXIMA PROPORCIONALIDADE E MÉTODOS INTERPRETATIVO DE ROBERT ALEXY.APLICAÇÃO PRÁTICA VOLTADA À ELABORAÇÃO DE PETIÇÕES E DESENVOLVIMENTO DE ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA. 2019. (SEMINÁRIO).

XVI JORNADA JURÍDICA UNIP.A COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE PAULISTA UNIP, CAMPUS BRASÍLIA. 2019. (SEMINÁRIO).

II SEMINÁRIO MULHERES NO SISTEMA DE JUSTIÇA. II SEMINÁRIO MULHERES NO SISTEMA DE JUSTIÇA. 2018. (CONGRESSO).

WORKSHOP ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS. ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS. 2018. (CONGRESSO).

1° SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: IGUALDADE RACIAL, RACISMO E QUILOMBOLAS. A JUSTIÇA FEDERAL POR UMA SOCIEDADE MAIS IGUALITÁRIA. 2017. (CONGRESSO).

A COMISSÃO DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA SUBSEÇÃO DE TAGUATINGA. O APARTHEID NA BALANÇA DA JUSTIÇA. 2017. (CONGRESSO).

AULA MAGNA, NO CURSO DE DIREITO. AULA MAGNA, NO CURSO DE DIREITO. 2017. (CONGRESSO).

HONRA AO MÉRITO PROFESSOR REINALDO HERMEDO POERSCH. HONRA AO MÉRITO PROFESSOR REINALDO HERMEDO POERSCH. 2017. (CONGRESSO).

BRAZILIAN JUDGES ASSOCIATION CONGRESS. THE CRIMINAL LAW AND PROCEDURE IN ENGLAND; THE LABOUR LAW AND PROCEDURE IN ENGLAND; THE COUNTY ANF FAMILY: PROCEDURE AND PRACTICE. 2016. (CONGRESSO).

FLS

II AMB INTERNATIONAL CONFERENCE.SYSTEM OF LAW OF THE UNITED KINGDOM,. 2016. (SEMINÁRIO).

II AMB INTERNATIONAL CONGRESS. II AMB INTERNATIONAL CONGRESS. 2016. (CONGRESSO).

IV JORNADA JURÍDICA DA FACULDADE FORTIUM. TRIBUNAL DO JÚRI. 2016. (CONGRESSO).

O FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. O FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. 2016. (CONGRESSO).

THE INTERNATIONAL CONGRESS OF THE BRAZILIAN JUDGES ASSCIATION. FACULTY OF ARTS AND HUMANITIES. 2016. (CONGRESSO).

UDICIAL EDUCATION IN ENGLAND AND WALES. UDICIAL EDUCATION IN ENGLAND AND WALES. 2016. (CONGRESSO).

VI ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES ESTADUAIS. ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. 2016. (CONGRESSO).

EMPODERAMENTO DA NEGRITUDE CONTRA O RACISMO. EMPODERAMENTO DA NEGRITUDE CONTRA O RACISMO. 2015. (CONGRESSO).

GRANDES REFLEXÕES ACERCA DO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO. BACHARELADO EM DIREITO. 2015. (CONGRESSO).

CARREIRA DA MAGISTRATURA DO TJDFT. ATUAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI. 2014. (CONGRESSO).

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL - CARREIRA DA MAGISTRATURA DO TJDFT. A ATUAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI. 2014. (CONGRESSO).

CURSO SUPERIOR DE POLICIA MILITAR DA BRIGADA MILITAR. ALTERAÇÃO NO SISTEMA CONSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTERNO ESTADUAL. 2014. (CONGRESSO).

CARREIRA DA MAGISTRATURA DO TJDFT. DOSIMETRIA DA PENA, NO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL. 2013. (CONGRESSO).

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL - CARREIRA DA MAGISTRATURA DO TJDFT. DOSIMETRIA DA PENA. 2013. (CONGRESSO).

III CONGRESSO INTERNACIONAL CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO. INSTITUCIONALIDADES E TERRITORIALIDADES. 2013. (CONGRESSO).

CICLO DE PALESTRAS COM ENFOQUE EM VIOLENCIA DE GENERO.O TRATAMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMESTICA NO TRIBUNAL DO JURI. 2011. (SIMPÓSIO).

III CICLO DE PALESTRAS JURIDICAS.A CONSTITUCIONALIDADE DAS AÇOES AFIRMATIVAS DE COTAS RACIAIS. 2011. (SIMPÓSIO).

II CICLO DE PALESTRAS JURIDICAS.UM UNICO DIREITO PARA UM ESTADO MULTICULTURAL. 2010. (SIMPÓSIO).

PROINCA.A FORMACAO DO PROFISSIONAL DO DIREITO. 2009. (SIMPÓSIO).

SEMANA ACADEMICA.MEUS DIAS, MEUS SONHOS. 2009. (ENCONTRO).

CURSO FORMAÇAO PMMS.DIREITOS HUMANOS E A ATIVIDADE DO AGENTE POLICIAL. 2008. (ENCONTRO).

SEMINARIO DE DIREITOS HUMANOS.OS DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA. 2008. (SEMINÁRIO).

## PARTICIPAÇÃO EM BANCAS

**ALUNO: ERISMAR SOUZA FREITAS FILHO**

ESTEVES, F. F.. O RACISMO COMO BARREIRA PARA ASCENSÃO NA CARREIRA DENTRO DO TJDFT?. 2025. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA.

**ALUNO: ANDRÉ DA SILVA MARTINS**

ESTEVES, F. F.. A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO LGBT NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS NO

BRASIL. 2024 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL.

**ALUNO: ANA MARIA OLIVEIRA**

ESTEVES, F. F.. O MICRO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A JUSTIÇA RESTAURATIVA: EXISTE UMA INERENTE INCOMPATIBILIDADE. 2024. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

**ALUNO: VITOR ALESSANDRO VEIGA SALAZAR**

ESTEVES, F. F.. VOCÊ SÓ OLHA DA ESQUERDA PARA A DIREITA, O ESTADO TE ESMAGA DE CIMA PARA BAIXO. 2017. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

**ALUNO: RODRIGO KING LON CHIA**

CORDEIRO, P. I. R. V.; CASTILHO, E. W. V.;ESTEVES, F. F.. O PERIGO DA LIBERDADE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE A PRISÃO PREVENTIVA NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO. 2013. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

**ALUNO: HELIO SPYERE DO NASCIMENTO**

ESTEVES, F. F.. CRIMINOLOGIA CRITICA: INQUERITO POLICIAL - INSTRUMENTO DE SELETIVIDADE. 2012. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

**ALUNO: VICTOR OLIVEIRA SOUZA**

ESTEVES, F. F.. O DIREITO A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO DIANTE DO DISCURSO DE ÓDIO. 2011. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

**ALUNO: LEANDRO DE MOURA RIBEIRO**

ESTEVES, F. F.. A INFLUENCIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS E DEMAIS NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO BRASILEIRO. 2011. TRABALHO

FLS 053

DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL.

**ALUNO: MARIA DE FÁTIMA RAMOS DOS SANTOS**

ESTEVES, F. F.. A INTERVENÇAO DO PODER JUDICIARIO EM POLITICAS DE ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITAR. 2011. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL.

**ALUNO: CARLOS OLIVEIRA DO NASCIMENTO**

ESTEVES, F. F.. REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: FAGNER RODRUGUES LEITE SABOIA**

ESTEVES, F. F.. BREVES COMENTARIOS ACERCA DA VULNERABILIDADE E DA VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE SOB A ÉGIDE DA LEI 12015. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: MAXCILENE NASCIMENTO DA SILVA**

ESTEVES, F. F.. A REPERCUSSÃO GERAL COMO INSTRUMENTO PARA ALCANÇAR A EFETIVIDADE DO PROCESSO. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: CLAUDIVINO CÂNDIDO DA SILVA**

ESTEVES, F. F.. A REFORMA CRIMINAL DE 2009: UMA ANÁLISE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA NOS CRIMES SEXUAIS E A PROBLEMÁTICA ACERCA DA NOVA FIGURA PENAL DO ESTUPRO DE VULERÁVEL. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: NAYARA AMÉLIA BOAVENTURA CARDOSO**

ESTEVES, F. F.. A INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DA SÚMULA 331 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. 2009.

FLS 054

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: LINCOLN DE SENA MOURA JUNIOR**

ESTEVES, F. F.. A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E O CONFLITO NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: ALLAN CRISTINA GOMES MARTINS**

ESTEVES, F. F.. A REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL ORIGEN E PERPECTIVAS. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: ANNE GUIMARÃES LOPES DOS REIS**

ESTEVES, F. F.. DIREITO DOS DESPORTOS GARANTIA DOS CONTRATOS DOS ATLETAS E SEUS CLUBES. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: ELIANE DE SOUZA SANTOS CASSÉLA**

ESTEVES, F. F.. A COMPETENCIA PARA JULGAR E PROCESSAR OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: MELISSA GUIMARÃES SALES**

ESTEVES, F. F.. ADOÇÃO INTERNACIONAL - ANALLISE DA LEI 12010 SOBRE O ESTÁGIO DE CONVIVENCIA. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: JOAO HENRIQUE BASTOS MACHADO**

ESTEVES, F. F.. A SUMULA VINCULANTE DIANTE DO PRINCIPIO DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: ANDREA PIRES TOLENTINO**

ESTEVES, F. F.. DELAÇÃO PREMIADA. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: IVONETE MARIA FELIPE VIANA DE SOUZA**

ESTEVES, F. F.. A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO E A INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. 2009 - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: JULIANE SANTOS SALES**

ESTEVES, F. F.. A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO. 2008. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: TIAGO FURTADO AYRES**

ESTEVES, F. F.. A PENHORA ON LINE COMO FATOR DE EFETIDADE DO PROCESSO. 2008. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ALUNO: EMERSON CABRAL BRITO**

ESTEVES, F. F.. O MANDADO DE SEGURANÇA 25.888/DF E A SÚMULA 347 - REPERCUSSÕES SOBRE O CNTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. 2008. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

**ORIENTOU**

ANA MARIA OLIVEIRA

O MICRO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A JUSTIÇA RESTAURATIVA: EXISTE UMA INERENTE INCOMPATIBILIDADE?; 2024; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO) - CENTRO DE EXTENSÃO E PESQUISA DO INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FLS 56

ADEILSON DOS SANTOS MORAES E OUTROS

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO JUDICIAL TEORIA E PRÁTICA; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

AILTON MOTA DE MAGALHÃES

O DESCUMPRIMENTO DO PRICÍPIO DEMOCRÁTICO ADVINDO DA RECEPÇÃO DA LEI DE ANISTISIA ENQUANTO 'LEI MEDIDA' - UMA ANÁLISE DWORKIANA SOBRE O JULGAMENTO DA ADPF 153/DF; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALEX PALHARES RIBEIRO E OUTROS

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO JUDICIAL - TEORIA E PRÁTICA; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALINE P

FONTINELE E OUTROS; CONTROLE DE DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NA REGULAÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

CAROLINA DE MELO E OUTROS

CONTROLE DE DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NA REGULAÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

IZABELLA MATTAR MORAES

O SUPERFATURAMENTO/ SOBRE PREÇO ORÇAMENTÁRIO DE PROPOSTAS COMO MODALIDADE DE FRAUDE Á LICITAÇÃO; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LARA GABRIELA FRANÇA CORADO

OS REFLEXOS DA PÓS-MODERNIDADE NA CATEGORIA CONSUMIDOR-USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LYNCON RAFAEL DE OLIVEIRA BRAGA

A UTILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI EM OUTRAS SOCIEDADES - UMA ANÁLISE DE DIREITO COMPARADO; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RODRIGO RODRIGUES ALVES DE OLIVEIRA

DESCRIMINALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DOS JOGOS DE AZAR: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

TAYANE ROCHA MARTINS

A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ZAIAD CORREIA CAMELY

A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA NO BRASIL; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-

FLS 658

GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

IVANILZA BASTOS NOVAES FAGUNDES

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A INEFICÁCIA DE SUA APLICAÇÃO NO BRASIL; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARCELO CARDOSO CATALDI

PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA E OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E SEPARAÇÃO DE PODERES; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ELVIRA DE LIS MARQUES BOMBARDIERI

O CONTROLE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO MÉRITO ADMINISTRATIVO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

WELLINGTON DIONE DE FREITAS NASCIMENTO

O DIREITO À MORTE - DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

KAROLINA AUGUSTA MARIA DE OLIVEIRA

A INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANA CECÍLIA SOUSA VILARINHO

O DIREITO AO ESQUECIMENTO E A LIMITAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DE VIDA PEGRESSA NO CONTEXTO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MÁDILA BARROS SEVERINO

CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RAUL LUIZ GONÇALVES PAMPLONA

PACTO FEDERATIVO: OS MUNICÍPIOS NA SEGURANÇA PÚBLICA E A CONSTITUCIONALIDADE DO ESTATUTO DAS GUARDAS MUNICIPAIS; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARIA EDUARDA SENNA MURY

A POSSIBILIDADE DE MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL INFORMAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOB A ÓTICA DO NEOCONTRATUALISMO NA DECISÃO QUE RECONHECEU A UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

PHABIOLA DE JESUS ALVES

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LARESCA PAULINA SILVA

FLS 660

ERRO ESSENCIAL SOBRE A PESSOA DO OUTRO CÔNJUGE; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

CLÁUDIA DA ROCHA

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E O DANO AMBIENTAL; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RONAN GOMES DE HOLANDA

O MANDADO DE SEGURANÇA NO SUPREMO TRIBINAL FEDERAL N; 34; 530 NA PERSPECTIVA DA DEMOCRACIA DELIBERATIVA; 2017; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANDREIA DO VALE RODRIGUES SOARES

O FENÔMENO ALOPOIÉTICO NO CONTEXTO DO SISTEMA JURÍDICO PENAL BRASILEIRO; 2016; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

DANIEL CÉSAR LOPES TEIXEIRA

O CONTROLE JUDICIONAL PREVNTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE CONFORME A TEORIA SISTÊMICA DE DIREITO; 2016; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SAMANTHA NAYRA DE ALMEIDA OLIVEIRA

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS CONFORME A TEORIA SISTÊMICA DO DIREITO; 2016; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MÉRCIA KARINNE MARQUES SOARES

A DISCRICIONARIEDADE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NA ANÁLISE DA VIDA PREGRESSA DOS APROVADOS EM CONCURSOS PÚBLICOS; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANDREIA DO VALE DE SOUZA SOARES

INTERVENÇÃO DO JUDIÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS A PARTIR DA TEORIA DOS SISTEMAS; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

CRISTIANE CARVALHO SARAIVA

CORRUPÇÃO DE MENOR JÁ CORROMPIDO; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FLÁVIA RIBEIRO DOS SANTOS CHAVES DE ALMEIDA

A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DIANTE DA MORA LEGISLATIVA INCONSTITUCIONAL DE ACORDO COM A TEORIA DOS SISTEMAS; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FRANCISCO GONÇALVES SABOIA NETO

A VINCULAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E AS DECISÕES PROFERIDAS NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE PELO STF; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HILTON RODRIGO FERREIRA JORDÃO

A DISCRICIONARIEDADE NA CONCESSÃO DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO PREVISTA NA LEI NÚM; 8; 112/90; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JÔNATAS MORAIS RODRIGUES

COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: ``DIREITO DE LIBERDADE À INFORMAÇÃO CONFORMADO COM O DIREITO AO ESQUECIMENTO´´; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JÔNATAS MORAIS RODRIGUES

COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: ``DIREITO DE LIBERDADE À INFORMAÇÃO CONFORMADO COM O DIREITO AO ESQUECIMENTO´´; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JOSÉ HYGINO DE AZEVEDO FILHO

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA DIANTE DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO: UM ESTUDO JURIPRUDENCIAL DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS N; ° 415; 454, 416; 827 E 730; 462; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

PAULO HENRIQUE ALVES DE ANDRADE

A RELEITURA DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO: RELEVÂNCIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA NO PROCESSO DESAPROPRIATÓRIO; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RAFAEL NOGUEIRA SOUSA

OS LIMITES DA DISCRICIONARIEDADEADMINISTRATIVA NA NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CADASTRO DE RESERVA; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RAFAEL SILVA ROSSI

O MST E SUA HISTÓRICA BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: APORTES ACERCA DA CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO E A DESOBEDIÊNCIA CIVIL NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO DO PAÍS; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

THIAGO SUS SOBRAL DE ALMEIDA

O EXCESSO NA LEGÍTIMA DEFESA; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

TIAGO CARNEIRO RABELO

LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E O DIREITO AO ESQUECIMENTO; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

WOLMAR THYAGO CORDEIRO CORREA DOS REIS

DIREITO À VIDA: UM NOVO CONCEITO; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

CARLOS RENATO XAVIER DE RESENDE

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF): SUA NATUREZA, FINALIDADES E O CONTEÚDO E

DESTINAÇÃO DE SEUS RELATÓRIOS; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

DANIELLE CORRÊA DE OLIVEIRA

A DEFINIÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS; ; ; ; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ELIÉZER PEREIRA DOS SANTOS SILVA

SISTEMA DE COTAS RAICIAIS À LUZ DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE: UM MAL NECESSÁRIO?; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FILIPE DE OLIVEIRA LINS

O ENSINO DOMICILIAR ENQUANTO ALTERNATIVA AO SISTEMA ESCOLAR VIGENTE: A EMANCIPAÇÃO SOCIAL E O DIREITO DOS PAIS DE ESCOLHER A FORMA DE EDUCAR SEUS FILHOS; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARIA MARGARIDA MOURA DA SILVA

A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO ALTERNATIVA ÀS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

NATHALIA MEGALE BARRIOS BENTHER NARCISO

AÇÃO AFIRMATIVA E CONCURSO PÚBLICO: PELA IGUALDADE RACIAL; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) -

FLS 065

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RAFAEL SILVA ROSSI

ESBULHO POSSESSÓRIO E A QUESTÃO AGRÁRIA NA JURIPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALFREDO DA MATA MACHADO

OS ESTATUTOS DOS MILITARES DO DF E A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL: RECEPÇÃO DAS NORMAS PRÉ-CONSTITUCIONAIS SOBRE A RESTRIÇÃO DO ACESSO AO POSTO DE OFICIAL DA PMDF AO BRASILEIRO NATO, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO § 2; ° DO ART; 12 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA; 2013; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CIVIL) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FÁTIMA CRISTINA RIBEIRO FREITAS MORENO

ADI 3772/DF E A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES NO ÂMBITO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS; 2013; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CIVIL) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JOELMA MARIA COSTA BARBOSA

A RESPONSAILIDADE CIVIL DECORRENTE DA ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA E REGULAMENTAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS; 2013; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU EM DIREITO PÚBLICO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RUBEM AZEVEDO JACUNDA

GUARDA COMPARTILHADA - VANTAGENS E DESVANTAGENS; 2013; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RUBENICE MARIA SULVA COSTA

EDUCAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CONSTITUIÇÃO; 2013; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

DANIELLA GOMES FREITAS

TENSAO ENTRE DIREITOS DE LIBERDADE RELIGIOSA E LIBERDADE SEXUAL; 2011; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS GRADUAÇAO - DIREITO E JURISDIÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

THIAGO FRANCISCO CABRAL GAMA

INCONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE; 2011; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS GRADUAÇAO - DIREITO E JURISDIÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LUIZ FELIPE HOROWITZ LOPES

ART; 52, INCISCO X, DA CONSTITUICAO FEDERAL: MUTAÇAO CONSTITUCIONAL; 2011; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS GRADUAÇAO - DIREITO E JURISDIÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ARTUR DE ALMEIDA SOUZA AGUIAR

LEGITIMIDADE E INTERVENÇÃO DO AMICUS CURAE; 2011; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS GRADUAÇAO - DIREITO E JURISDIÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA

FLS 067

MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HENRIQUE ZEINI GONDIM

SOPESAMENTO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS; 2011; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS GRADUAÇAO - DIREITO E JURISDIÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

DANIEL CASTRO DO VALE

ATIVISMO JUDICIAL NA DINAMICA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA: UMA ANALISE SA APLICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 A SITUAÇÕES NÃO REGRADAS EXPRESSAMENTE EM SEU TEXTO, COM ENFOQUE NA SÚMULA VINCULA 13 DO STF; ; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARINA DE ARAÚJO OLIVEIRA

CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PUBLICAS DE SAUDE: PERSPECTIVA PRINCIPIOLOGICAS A EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RICARDO RODRIGUES GOMES

O PRINCIPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCENCIA E A INELEGIBILIDADE POR CONDENAÇÃO CRIMINAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JULIANO MELO DE SOUZA

A IMUNIDADE DE CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JANA OLIVEIRA ARAUJO CARNEIRO

A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL À LUZ DO ARTIGO 231 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SILVIO LUIZ CAVALCANTE DE LEMOS

O DESVIO DE FINALIDADE DAS IMUNIDADES PARLAMENTARES; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES

AUTONOMIA DO PODER JUDICIARIO SOB O ENFOQUE DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO FEDERAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

AGOSTINHO GONÇALO DE LIRA JUNIOR

A INDEVIDA ATUAÇÃO NORMATIVA DO STF E A SUMULA VINCULANTE Nº 11; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LEONARDO ALVES DE DEUS

EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

AMANDA DE FREITAS PEREIRA

O NOVOMANDADO DE SEGURANÇA - AVANÇOS E RETROCESSOS; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SAMUEL HAMU NETO

FLS 69

O SURGIMENTO DO PODER PARALELO DIANTE DO FRACASSO DA ATUAÇÃO ESTATAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RICARDO RODRIGUES GOMES

O PRINCIPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCENCIA E A INELEGIBILIDADE POR CONDENAÇÃO CRIMINAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANDREA KARENINA ISACKSOON DALBURQUERQUE

SUMULA VINCULANTE: PANORAMA DOS RESULTADOS APRESENTADOS COM A IMPLANTAÇÃO DAS SÚMULAS VINCULANTES; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ADRIANO PIMENTEL DA SILVA

O SISTEMA DE COTAS PARA NEGROS EM CONCURSO PÚBLICO; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

[NOME REMOVIDO APÓS SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO]

A VIABILIDADE DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS PARA AS EMPRESAS EM TEMPOS DE CRISE FINANCEIRA; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

TATHIANA PASSONI REIS

A EFETIVAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO À SAÚDE; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALYSON DE ALMEIDA REIS

FLS 070

A REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL:DOS CRITERIOS DE DECISÃO SOBRE A EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DA REPERCUSSÃO GERAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANDREA DJANIRA SANTOS DE PAULA

ONUS DA PROVA: CRITÉRIOS PARA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

KERHULYN MACIEL DA SILVA

RESERVA DO POSSÍVEL, MINIMO EXISTENCIAL E A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LUIZ ALBERTO FERREIRA

MANDADO DE INJUNÇÃO E SUA EFETIVIDADE; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JOAO GABRIEL GIRAO SOARES

CLONAGEM DE ORGÃOS E TECIDO PARA FINS TERAPEUTICOS; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SANDRA DE OLIVEIRA GOMIDE

O MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS INFORMAÇÕES URBANOS DE BAIXA RENDA; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

GUSTAVO DE SOUZA LEÃO GOMES PEDROSA

FLS 071

A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇÃO ATRAVÉS DA ASSISTENCIA JURIDICO GRATUITA; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARCIO ROBERTO MARINHO DE CASTILHO

PRECATÓRIO E O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL NO AMBITO DO DISTRITO FEDERAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FABIO MULLER FIGUEIRA

A BANALIZAÇÃO NA FORMA DE AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALEXANDRE PEREIRA SALES

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA MATERIAL INCONSTITUCIONAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

WEUDSON CIRILO DE OLIVEIRA

A NATUREZA NORMATIVA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS ANTERIOS À EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004; ; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HAISLAN MARCIO SILVA LOPES

A LEGITIMIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA EXERCER O CONTRATO DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FLS 072

ADAIAS MARQUES DOS SANTOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: RECURSO OU INCIDENTE PROCESSUAL DE IMPUGNAÇÃO; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

PAULO HENRIQUE PEDROZA E SILVA

OS EFEITOS DAS DECISÕES DEFINITIVAS DO STF EM CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE SEGUNDO A TEORIA DA TRANSCENDENCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES DA DECISÃO: VALIDADE CONSTITUCIONAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HERMINA ROSA DE JESUS

A EXTENSÃO DO SIGNIFICADO DA REPERCUSSÃO GERAL COMO CRITERIO DE ADMINISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ROMNEL CARVALHO GOMES DE CASTRO

A LEGITIMIDADE DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM ATOS INVESTIGAÇÃO CRIMINAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

DIEGO PEREIRA CORREIA DA SILVA

INTERVENÇÃO JUDICIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

PAULO REYNER CARMARGO MOUSINHO

FLS 073

A EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS - EXTENSÃO DE SUA APLICAÇÃO; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JULIANE SALES

A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

NAYANDERSON RODRIGO DA SILVA

JUSTIÇA GRATUITA; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

TIAGO FURTADO AYRES

A PENHORA ON LINE COMO FATOR DE EFETIVIDADE DO PROCESSO; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARIA SEBASTIANA DA SILVA MENDES

TRANSCENDÊNCIA: DA AUSÊNCIA DE CRITERIOS OBJETIVOS NA AFERIÇÃO DA EXISTENCIA OU NÃO DA TRANSCEDÊNCIA NO RECURSO DE REVISTA; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALFREDO DA MATA MACHADO

DOS RECURSOS NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANA CRISTINA SIQUEIRA NOVAES

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E ATOS NORMATIVOS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS; 2008; TRABALHO

DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

VICTOR JOSÉ QUEIROZ CABRAL

O DEVIDO PROCESSO LEGAL NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

EMERSON CABRAL DE BRITO

O MANDADO DE SEGURANÇA 25; 888/DF E A SÚMULA 347/STF: REPERCUSSÃO SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EXERCÍDO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RODRIGO DE OLIVEIRA

HIPÓTESE DE APLICABILIDADE DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARINA NORO DOS SANTOS

A DECISÃO JUDICIAL LIMINAL NAS AÇÕES COMINATÓRIAS DE CUSTEIO DE SERVIÇOS DE SAÚDE; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ROSANA FURTADO CLEMENS BORGES

O CONCEITO E A EXTENSÃO DO CONCEITO DE REPERCUSSÃO GERAL; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HENDERSON VALLUCI PEREIRA DANTAS

FLS 075

O PROCESSI JUDICIAL ELETRONICO COMO FATOR DE CELERIDADE PROCESSUAL E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANDERSON DE SOUZA ARAUJO

DIREITOS FUNDAMENTAIS E A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RONALDO BRAGA

DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES MILITARES DIANTE DAS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

KÁTHIA REGINA ARAÚJO DE QUEIROZ

A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SIMONE SOARES DE OLIVEIRA

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA NAS AÇÕES DE RECONHECIMENTO DE PARTENIDADE; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LEILIANNE CARVALHO SAMPAIO

A SÚMULA VINCULANTE ANTE O PRINCIPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO: UMA IMCOMPATIBILIDAE?; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

DANILO MOREIRA NASCIMENTO

A SÚMULA IMPEDITIVA DO RECURSO DE APELAÇÃO COMO FATOR DE CELERIDADE PROCESSUAL; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ELLIS KÁTIA BERTOLDO GOMES PINHEIRO

AMICUS CURIAE FORMA DE GARANTIR MAIOR SEGURANÇA JURIDICA ÀS DECISÕES JUDICIAIS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HUDSON ROCHA DE OLIVEIRA

RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA INCOSTITUCIONAL; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RODRIGO GONÇALVES RAMOS DE OLIVEIRA

A ESSÊNCIA E A BANALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

**PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS**

- ESTEVES, F. F. . O HABEAS CORPUS Nº 208.240 E A DEFESA DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS: BUSCA PESSOAL E PERFILAMENTO RACIAL. IN: CHRISTINE OLIVEIRA PETER DA SILVA, ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO, DESDÊMONA TENÓRIO B. T. ARRUDA, JOSÉ ARTHUR CASTILLO DE MACEDO, ROBERTO DALLEDONE MACHADO FILHO. (ORG.). MINISTRO LUIZ EDSON FACHIN: DEZ ANOS DE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1ED.: , 2025, V. , P. 107-122.
- ESTEVES, F. F. . FRATERNIDADE E SUSTENTABILIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LIBER

AMICORUM - HOMENAGEM AOS 10 ANOS DO MINISTRO REYNALDO FONSECA NO STJ. 1ED.: , 2025, V. , P. 361-387.

- ESTEVES, F. F. . A EDUCAÇÃO E O DIREITO: A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE FRATERNA. POR QUE ENSINAR SOBRE OS DIREITOS?. 1ED.: , 2021, V. 2, P. 13-23.
- ESTEVES, F. F. . DIÁLOGOS ENTRE HERMENÊUTICA NEGRA E O VOTO DO MINISTRO EDSON FACHIN NO JULGAMENTO DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 41, NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IN: DESDÊMONA T. B. TOLEDO ARRUDA, ROBERTO DALLEDONE MACHADO FILHO, CHRISTINE OLIVEIRA PETER DA SILVA. (ORG.). MINISTRO LUIZ EDSON FACHIN - CINCO ANOS DE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1ED.: , 2021, V. , P. 230-.
- ESTEVES, F. F. . PROCESSO PENAL, TECNOLOGIA E DEMOCRACIA. IN: GUILHERME MADEIRA, GUSTAVO BADARÓ E ROGERIO SCHIETTI CRUZ. (ORG.). CÓDIGO DE PROCESSO PENAL : ESTUDOS COMEMORATIVOS AOS 80 ANOS DE VIGÊNCIA. 1ED.: , 2021, V. , P. 263-.
- ESTEVES, F. F. . A FUNÇÃO SOCIAL DE UMA TEORIA: VEDAÇÃO DO RETROCESSO E A EFETIVIDADE DA RECONSTRUÇÃO CONSTITUCIONAL PROMETIDA. IN: WALTER CLAUDIUS ROTHENBURG. (ORG.). DIREITOS FUNDAMENTAIS, DIGNIDADE, CONSTITUIÇÃO: ESTUDOS EM HOMENAGEM A INGO WOLFGANG SARLET DIREITOS FUNDAMENTAIS, DIGNIDADE, CONSTITUIÇÃO: ESTUDOS EM HOMENAGEM A INGO WOLFGANG SARLET DIREITOS FUNDAMENTAIS, DIGNIDADE, CONSTITUIÇÃO: ESTUDOS EM HOMENAGEM A. 1ED.: , 2021, V. , P. 261-274.
- ESTEVES, F. F. . A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE DO DIREITO DE PROPRIEDADE E A CONCESSÃO DE LIMINARES DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. IN: JOÃO BATISTA MOREIRA PINTO E ALEXANDRE BERNARDINO COSTA. (ORG.). A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE DO DIREITO DE PROPRIEDADE E A CONCESSÃO DE LIMINARES DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. 1ED.BELO HORIZONTE: , 2013, V. 1, P. 83-104.

**OUTRAS PRODUÇÕES**

ESTEVES, F. F. . DIREITOS HUMANOS E A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO BRASIL. 2008. (PROGRAMA DE RÁDIO OU TV/OUTRA).

FLS 078

ESTEVES, F. F. . O DEVIDO PROCESSO LEGAL, O SISTEMA ACUSATÓRIO E O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO EFETIVA NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO PENAL. 2014. (EDITORAÇÃO/LIVRO).

ESTEVES, F. F. . OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2009. .

ESTEVES, F. F. . A ATUAÇÃO DO AGENTE POLICIAL MILITAR E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS. 2009. .

ESTEVES, F. F. . DIREITO CONSTITUCIONAL. 2008. (CURSO DE CURTA DURAÇÃO MINISTRADO/EXTENSÃO).

ESTEVES, F. F. ; FIRME, L. W. . DIREITO ADMINISTRATIVO. 2008. (CURSO DE CURTA DURAÇÃO MINISTRADO/EXTENSÃO).

ESTEVES, F. F. . CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE - TEORIA E PRÁTICA. 2008. (CURSO DE CURTA DURAÇÃO MINISTRADO/EXTENSÃO).

ESTEVES, F. F. . LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. 2008. (CURSO DE CURTA DURAÇÃO MINISTRADO/OUTRA).

ESTEVES, F. F. . TEORIA E PRATICA DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. 2008. (CURSO DE CURTA DURAÇÃO MINISTRADO/OUTRA).

ESTEVES, F. F. . PROCESSO LEGISLATIVO. 2008. (DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO OU INSTRUCIONAL - DIREITO CONSTITUCIONAL).

**HISTÓRICO PROFISSIONAL**

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

2007 - ATUAL

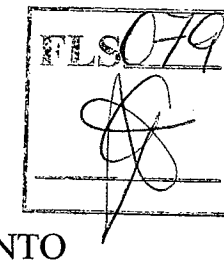
TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL

VÍNCULO: AGENTE POLÍTICO, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

2011 - ATUAL

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL

VÍNCULO: PROFESSOR VISTANTE, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL: PROFESSOR




2007 - 2010

UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO

VÍNCULO: CELETISTA FORMAL, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL: PROFESSOR

2010 - 2010

CENTRO UNIVERSITÁRIO PROJEÇÃO, UNIPROJEÇÃO

VÍNCULO: CELETISTA FORMAL, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL: PROFESSOR, CARGA HORÁRIA: 8

2023 - ATUAL

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA

VÍNCULO: PROFESSOR, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL: CONTRATADO

FLS 880

# DANIEL EDUARDO BRANCO CARNACCHIONI

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, possui Mestrado em "Constituição e Sociedade", pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (2012), e é Doutorando em Direito Civil pela Universidade de Buenos Aires. É professor de Direito Civil da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Civil e Processual Civil da FESMPDFT, professor do Gran-Cursos On-line, além de palestrante em diversas instituições de ensino, atuando especialmente na área do Direito Civil. Autor do Manual de Direito Civil (5ª edição, 2021) pela JusPodivm, e de artigos científicos na área do Direito Privado.

## Acadêmico

### FORMAÇÃO ACADÊMICA

Mestrado em Constituição e Sociedade
2010 - 2012

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa
Título: A exigibilidade do contrato preliminar de doação diante dos valores sociais constitucionais que fundamentam as relações privadas
Orientador: Júlia Maurmann Ximenes
, Ano de Obtenção: 2012.

### IDIOMAS

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

FLS 081

## ÁREAS DE ATUAÇÃO

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

## ORIENTOU

Márcia Domingos e Sá

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS FRENTE A ESSE INSTITUTO; ; 2010; Monografia; (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF Territórios; Orientador: Daniel Eduardo Branco Carnacchioni;

**Histórico profissional**

## ENDEREÇO PROFISSIONAL

- Tribunal de Justica do Distrito Federal. , Praça Municipal, Lote 01, Asa Sul, 70094900 - Brasília, DF - Brasil, Telefone: (61) 31039300

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2004 - Atual

Tribunal de Justica do Distrito Federal

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Juiz de Direito

2008 - Atual

FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MPDFT

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor de Direito Civil

2002 - 2004

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Juiz de Direito

Outras informações:
Posse em 23 de dezembro de 2002 . Janeiro de 2003 - Plantão Judiciário em Valença (Bahia) e Região. Fevereiro de 2003 - Juizado Especial de Defesa do Consumidor de Salvador (Bahia). Março de 2003 a 14 de Abril de 2004 - Atividade Jurisdicional e Funções de Juiz Eleitoral de Urandi (Bahia).

FLS. 082

1997 - 2002

Carnacchioni Advogados Associados S/C

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Consultoria Jurídica

Outras informações:
Consultoria Jurídica ? área empresarial. Nos anos de 1.999 a 2.001 ? Presidente do Conselho Fiscal da empresa Ítalo Lanfredi S.A Indústrias Mecânicas.

1996 - 1996

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiário

Outras informações:
Estágio Remunerado mediante aprovação em Concurso para Estagiários (aprovado em 1 lugar). 2ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto - São Paulo

1994 - 1995

Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiário

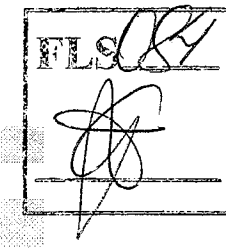
Outras informações:
Comarca de Sertãozinho - São Paulo Promotor de Justiça: Dr. Sebastião Donizete Lopes dos Santos

FLS 083

# FÁBIO IANNI GOLDFINGER

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito em Ribeirão Preto, São Paulo, na UNIP (2000). Pós-Graduado no Curso de Investigação Criminal, Constituição e direito de defesa da rede LFG (2012). Mestre em Direito Processual Penal pela PUC/SP (2022). Doutorando em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.Foi Instrutor de Direito Penal do Curso de Formação para Soldado da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul em novembro/2008 a abril/2009 e março/2015 a junho/2015.Lecionou processo penal e direito penal na Universidade Estadual de MS (UEMS) nos anos de 2010 e 2013 e aulas de processo penal na graduação e pós-graduação nas Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR) em 2010.É professor de graduação em Direito Penal e Processo Penal desde 2019 na Unigran-Capital em Campo Grande/MS.Atua como Coordenador e Professor na pós-graduação da Escola de Direito do Ministério Público (EDAMP), nas matérias de processo penal, direito penal e direito administrativo (improbidade administrativa), da Faculdade Insted (2023) e Faculdade de UCDB (2023), nas matérias de processo penal e direito penal.No Ministério Público de MS ingressou em outubro de 2003, exercendo as funções ministeriais na Promotoria de Justiça de Inocência até 10/11/2003, após assumiu funções junto a 2 Promotor de Justiça de Cassilândia/MS até 25/04/2005, em seguida assumiu as funções na promotoria de Justiça Criminal de Paranaíba até 2015. Promovido para a Comarca de Campo Grande em julho de 2015 exerceu os seguintes cargos:- Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça de Julho/2015 a maio/2016;- Assessor Especial no Núcleo Criminal vinculado aos Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externos da Atividade Policial de maio/2016 a maio/2020 .De forma cumulativa ainda exerceu as funções, de junho de 2017 a maio de 2020, de assessoramento no Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações .Designado, também de forma cumulativa, para coadjuvar o Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial GACEP (Realização de visitas institucionais em Unidades da Polícia Militar, Polícia Civil, Instituto Médico Legal, Perícias, nas cidades de Três Lagoas, Dourados, Corumbá e em alguma Unidades na cidade de Campo Grande) .Ainda trabalhou designado, em cumulação, nas seguintes funções:Designado para responder pela Chefia de Gabinete do Procurador-Geral;- Designação para compor o Conselho Penitenciário de Mato Grosso do Sul ; - Designação para coordenar o Mutirão Carcerário ; - Designação para acompanhar os trabalhos realizados pela Comissão Organizadora do I Concurso Público da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul ; - Designação para representar, na qualidade de suplente, o Ministério Público Estadual no Conselho Estadual Antidrogas, CEAD/MS, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ; - Designação para atuar na qualidade de Gestor de Metas da ENASP/CNMP ; - Designação para representar o Ministério Público Estadual na Rede de Controle da Gestão Pública de Mato Grosso do Sul ; - Designação, na qualidade de suplente, para compor a Comissão Examinadora do V Concurso de Outorga de Delegação Notarial e de Registros, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul ;- Designação para compor o Grupo de Trabalho para analisar os impactos institucionais inseridos na Lei n 13.964, de 24.12.2019 ;- Designação para compor a força-tarefa contra a pandemia de COVID-19, para fins de padronização e uniformização da atuação institucional do MPMS .Em outubro de 2020 assumiu a 30 Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Campo Grande/MS.Em janeiro de 2022, cumulando com a 30 Promotoria de Justiça do

Patrimônio Público, foi designado ao cargo de Diretor da Escola Superior do MPMS.Foi designado em março de 2022 para compor, como membro colaborador, a Comissão de Enfrentamento à Corrupção do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



**Acadêmico**

## FORMAÇÃO ACADÊMICA

Doutorado em andamento em Direito

2024 - Atual

Universidade Presbiteriana Mackenzie
Título: MINISTÉRIO PÚBLICO E A POLICY DESIGN PARA A CONSTRUÇÃO JURÍDICO-POLÍTICA DA PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DA CRIMINALIDADE
Orientador: A definir

Mestrado em Direito

2019 - 2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Título: O processo penal como instrumento de Política Criminal: Uma análise da discricionariedade regrada do Ministério Público, Ano de Obtenção: 2022
Dr. Pedro Henrique Demercian.

Especialização em andamento em Direito

2023 - Atual

Fundação Escola Superior do MPRS

Especialização em Investigação Criminal, Constituição e direito de d

2007 - 2008

rede Luiz Flávio Gomes.
Título: Investigação Criminal através do Ministério Público

Graduação em Direito

1996 - 2000

Universidade Paulista

## FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

**2023 - 2023**

Direito. (Carga horária: 120h). , Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

FLS 085

## PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Palestra Anhanguera.O papel do Ministério Público nas investigações Criminais no mundo moderno. 2024. (Outra).

Seminário Estadual, sobre Improbidade Administrativa e suas penalidades na gestão pública.Improbidade Administrativa e suas penalidades na gestão pública. 2024. (Seminário).

Seminário Estadual, sobre Processo de Cassação de Mandato e perda dos direitos Eleitorais..Processo de Cassação de Mandato e perda dos direitos Eleitorais.. 2024. (Seminário).

Curso Controle Interno, Nova Lei de Licitação e Procuradoria.Controle interno e seu papel no setor público. 2023. (Outra).

Seminário Estadual, sobre " A nova Lei de Improbidade Administrativa e os reflexos na gestão pública"." A nova Lei de Improbidade Administrativa e os reflexos na gestão pública".. 2023. (Seminário).

Seminário Estadual, sobre " LegislativoLimitações e os excessos na atuação Parlamentar"." LegislativoLimitações e os excessos na atuação Parlamentar". 2023. (Seminário).

Seminário Estadual, sobre "LegislativoLimitações e os excessos na atuação Parlamentar".."LegislativoLimitações e os excessos na atuação Parlamentar". 2023. (Seminário).

Seminário Estadual, sobre " Presidência, Mesa e o Plenário: Funções e Responsabilidades"." Presidência, Mesa e o Plenário: Funções e Responsabilidades". 2023. (Seminário).

Seminário Estadual Administração Pública.O papel fiscalizatório do legislativo na aplicação dos recursos públicos. 2023. (Seminário).

2° Encontro do Projeto Rede Autocompositiva do Ministério Público. 2022. (Outra).

Crimes Licitatórios: Análise da Doutrina e Jurisprudência após o primeiro ano de vigência da Lei 14.133/21. 2022. (Outra).

Estratégias e Inovações na Proteção ao Patrimônio Público perante o Supremo Tribunal Federal. 2022. (Outra).

Juizados: entre a ordinarização e a virtualização. 2022. (Outra).

o Seminário Estadual, sobre " A eficiência no Controle da Administração Pública - Desafios e Perspectivas"." A eficiência no Controle da Administração Pública - Desafios e Perspectivas". 2022. (Seminário).

o VI Seminário Nacional de Incentivo à Autocomposição no Ministério Público. 2022. (Outra).

Seminário Estadual, sobre " Ano eleitoral condutas vedadas nos setores públicos - Câmaras e prefeituras municipais".." Ano eleitoral condutas vedadas nos setores públicos - Câmaras e prefeituras municipais". 2022. (Seminário).

Seminário Estadual UCVMS.O poder legislativo e o controle externo da administração pública. 2022. (Seminário).

Seminário Internacional sobre Recuperação de Ativos e Ministério Público. 2022. (Outra).

XV Congresso Estadual do Ministério Público. 2022. (Outra).

?OS DESAFIOS DA NOVA LEGISLATURA PAUTADOS NA LEGALIDADE.Os Princípios básicos da Administração Pública; Atuação Parlamentar com seriedade; Responsabilidade com a Democracia; A Legalidade sobre as diárias de viagens; Noções Básicas do Direito Eleitoral; Origem e Fundamentos da Democracia; O Importante papel do. 2021. (Encontro).

ENCONTRO ENTRE REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E PODER LEGISLATIVO?.Lei Federal n°4.320/64, Responsabilidade Fiscal, Função de Controle exercido pelas Câmaras Municipais, Lei 101/2000; Decreto Lei 201/67; Judicialização do Legislativo; Crimes de Responsabilidades; Fiscalização de Contratos Administrativos;. 2021. (Encontro).

OS DESAFIOS DA NOVA LEGISLATURA PAUTADOS NA LEGALIDADE.Administração Pública Contemporânea; Lei de Improbidade Administrativa Lei 8.429/92; A Legalidade sobre Verba Indenizatória; 13° salário e 1/3 de Férias dos Vereadores; O Poder Legislativo Municipal; Ações Governamentais Inovadoras.. 2021. (Encontro).

Seminário Estadual, sobre " A atuação do Ministério Público e do Tribunal de Contas no controle da gestão pública municipal"." A atuação do Ministério Público e do Tribunal de Contas no controle da gestão pública municipal".. 2021. (Seminário).

Seminário Estadual, sobre " A Legalidade sobre as diárias de viagens" e " Ministério Público e a Lei de Improbidade Administrativa Lei n° 8429/92"." A Legalidade sobre as diárias de viagens" e " Ministério Público e a Lei de Improbidade Administrativa Lei n° 8429/92".. 2021. (Seminário).

Seminário Estadual, sobre " A lei n° 173/2020 e suas aplicações ao poder público"." A lei n° 173/2020 e suas aplicações ao poder público". 2021. (Seminário).

Seminário Estadual, sobre " A probidade administrativa e o patrimônio público".. A probidade administrativa e o patrimônio público". 2021. (Seminário).

Seminário Estadual, sobre " CPI".CPI. 2021. (Seminário).

Seminário Estadual, sobre " Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, no combate à corrupção e na fiscalização eficaz da gestão pública municipal sobre a aplicabilidade da lei, bem como as penalidades resultantes do descumprimento." Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, no combate à corrupção e na fiscalização eficaz da gestão pública municipal sobre a aplicabilidade da lei, bem como as penalidades resultantes do descumprimento". 2021. (Seminário).

Seminário Estadual, sobre " Ministério Público no controle de Políticas Públicas"." Ministério Público no controle de Políticas Públicas". 2021. (Seminário).

Seminário Estadual, sobre " O combate da corrupção nas contratações públicas"." O combate da corrupção nas contratações públicas". 2021. (Seminário).

Pacote Anticrime. 2020. (Outra).

"Effettivizzazione Dei Diritti Fondamentali Nell Era Globale. 2019. (Outra).

Acordo de Não Persecução Penal: A Busca da Eficiência na Justiça Criminal. 2019. (Outra).

Acordos Penais: aspectos técnicos e diretrizes. O MP se preparando para a mudança de paradigmas. 2019. (Outra).

Correição Geral encontro regional com Membros em estágio probatório e diálogo da corregedoria nacional com membros e servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. 2019. (Outra).

Effettivizzazione Dei Diritti Fondamentali Nell Era Globale. 2019. (Outra).

Encontro Regional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Região Do Cone Sul. 2019. (Outra).

Encontro Regional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Região Norte. 2019. (Outra).

Fórum de Combate à Corrupção. 2019. (Outra).

III Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri. 2019. (Outra).

Improbidade Administrativa. 2019. (Outra).

IX Congresso Estadual do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. 2019. (Outra).

Questões Institucionais. 2019. (Outra).

FLS 088

Reunião de Trabalho do GACEP- Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policia. 2019. (Outra).

Reunião do GAEP- Grupo de Atuação Especial da Execução Penal. 2019. (Outra).

Revisando a Estratégia. 2019. (Outra).

Técnicas Avançadas de Investigação: CADE no Enfrentamento dos Cartéis. 2019. (Outra).

VII Encontro Estadual do MPMS na Lei Maria da Penha. 2019. (Outra).

XV Reunião Ordinária do Grupo de Atuação Especial da Execução Pena. 2019. (Outra).

XXIV Congresso Nacional do Ministério Público. 2019. (Outra).

4° Encontro Regional do Planejamento Estratégico do MInistério Público. 2018. (Encontro).

9° Congresso de Gestão do Ministério Público. 2018. (Congresso).

A Atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri. 2018. (Outra).

Atividade Investigativa do MP e o acordo na Lei n. 8.429/92: Discussão crítica sobre a Resolução n. 179/17 do CNMP. 2018. (Seminário).

Detecção e prevenção de Fraudes em licitação. 2018. (Outra).

Encontro Nacional de Defesa da Probidade Administrativa. 2018. (Encontro).

Fórum Brasileiro de Direito Administrativo. 2018. (Outra).

II Encontro de Comitês e Mecanismos de Prevenção e combate à tortura. 2018. (Encontro).

Regularização Fundiária Urbana. 2018. (Seminário).

Segunda Velocidade do Direito Penal e política de não persecução penal. 2018. (Outra).

Seminário de Segurança Institucional. 2018. (Seminário).

Simpósio de Direito Eleitoral. 2018. (Simpósio).

Simpósio Nacional sobre colaboração premiada. 2018. (Simpósio).

VIII Congresso Estadual do Ministério Público. 2018. (Congresso).

10 anos da Lei de Drogas: resultados e perspectivas em uma visão m multidisciplinar. 2017. (Seminário).

FLS 89

13° Fórum de Brasileiro de Controle da Administração Pública. 2017. (Outra).

A investigação criminal do Ministério Público no âmbito civil e criminal. 2017. (Encontro).

Curso: Improbidade Administrativa - aspectos controversos e jurisprudência.Improbidade Administrativa - aspectos controversos e jurisprudência. 2017. (Outra).

Curso do Tribunal do Júri. 2017. (Outra).

Encontro Regional de Três Lagoas: Investigação Criminal: análise e reflexões da atuação do Ministério Público. 2017. (Encontro).

II Encontro Nacional do Ministério Público para a tutela da Administração Municipal :crimes praticados por prefeitos. 2017. (Encontro).

II Fórum de Direito,Ética e Combate à Corrupção. 2017. (Outra).

V Encontro Estadual do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na Lei Maria da Penha. 2017. (Encontro).

VII Congresso Nacional do Ministério Público. 2017. (Congresso).

XIV Congresso Nacional de Procuradores Municipais. 2017. (Congresso).

1° Fórum de Direito, Ética e Combate à Corrupção. 2016. (Outra).

Avanços do MP no combate à corrupção. 2016. (Outra).

Ciclo de Palestras sobre o Novo CPC. 2016. (Outra).

Curso de Técnicas de Investigação do Programa NAcional da Escola do GNCO. 2016. (Outra).

Grandes Casos Criminais: experiência italiana e perspectivas no Brasil. 2016. (Seminário).

MP Fronteira: novas estratégias ao crime organizado. 2016. (Outra).

VI Congresso Estadual do Ministério Público. 2016. (Congresso).

Aperfeiçoamento dos Soldados da Polícia Militar.Direito Penal. 2015. (Outra).

I Encontro Nacional do Ministério Público para a Tutela Penal da Administração Pública. 2015. (Encontro).

V Congresso Estadual do Ministério Público. 2015. (Congresso).

Curso de Controle Externo da Atividade Policial. 2014. (Outra).

IV Congresso Estadual do Ministério Público. 2014. (Congresso).

Atualidades no Direito Penal. 2013. (Outra).

Curso de Capacitação na Persecução Penal do crime de homicídio. 2013. (Outra).

I Encontro do Promotores de Justiça Criminais e Execução Penal. 2013. (Encontro).

III Congresso Estadual do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. 2013. (Encontro).

II Jornada Regional de Saúde Mental: a questão das drogas.Aspectos Legais: a questão da repressão. 2013. (Outra).

I Workshop do Ministério Público Eleitoral. 2013. (Outra).

Congresso Estadual do MInistério Público. 2012. (Congresso).

Curso de Aperfeiçoamento do Tribunal do Júri. 2012. (Seminário).

II Encontro Internacional de Direitos Humanos - Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos - avanços e retrocessos.O Poder de Investigação do Ministério Público. 2012. (Encontro).

II Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público no controle da atividade policial. 2012. (Encontro).

I Seminário de Direito Eleitoral do MP/MS. 2012. (Seminário).

Seminário "Discussão da Lei n. 12.403/2011. 2012. (Seminário).

Alterações Introduzidas no Novo Código de Processo Penal. 2011. (Outra).

Congresso Estadual do Ministério Público. 2011. (Congresso).

I Ciclo de Palestras de Direito Eleitoral. 2011. (Outra).

I Encontro Regional do MInistério Público de Mato Grosso do Sul.Alternativas para a implementações de políticas de segurança pública. 2011. (Encontro).

Curso de Atualização Lei Maria da Penha. 2010. (Outra).

Curso de Extensão.Os Crimes da Legislação Extravagante: Aspecto Gerais, doutrina e jurisprudência. 2010. (Outra).

O Projeto do Novo Código de Processo Penal. 2010. (Outra).

X Semana Jurídica - UEMS.Improbidade Administrativa. 2010. (Outra).

Curso de Formação de Soldados de Mato Grosso do Sul.Direito Penal. 2009. (Outra).

Recursos aos Tribunais Superiores. 2009. (Outra).

Sistemática de Interposição de recursos aos tribunais superiorres. 2009. (Seminário).

Corrupção comigo não!. 2008. (Encontro).

A nova Lei de Drogas. 2007. (Seminário).

Conferência do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do. 2007. (Outra).

Encontro estadual do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. 2007. (Encontro).

Operação Judas a Luz da Imbrobidade Administrativa.Operação Judas a Luz da Imbrobidade Administrativa. 2007. (Outra).

Seminário de combate ao crime contra a administração pública e atos de improbidade administrativa.Operação Judas. 2007. (Seminário).

V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cassilândia.Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de Direitos. 2007. (Outra).

4° Congresso de Processo Civil e Direito Civil de Mato Grosso do Sul. 2005. (Congresso).

Encontro Regional do Ministério Público. 2004. (Encontro).

III Seminário Internacional de Direito Ambiental. 2004. (Seminário).

1° Seminário Interestadual de Trafico de Seres Humanos e Trabalho Escravo. 2000. (Seminário).

I Seminário Regional de Ciências Criminais ? Ribeirão Preto. 2000. (Seminário).

I Simpósio de Direito Civil e Processual Civil do Interior Paulista. 2000. (Simpósio).

1o Núcleo Regional do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. 1999. (Simpósio).

1° Núcleo Regional do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.Penas Alternativas: Questões Polêmicas. 1999. (Simpósio).

9o Núcleo Regional do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público,. 1999. (Simpósio).

Congresso Regional de Direito Processual Civil. 1999. (Congresso).

V Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. 1999. (Seminário).

IV Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. 1998. (Seminário).

## PARTICIPAÇÃO EM BANCAS

**Aluno: Géssica Grazileli Brunca Batista**

GOLDFINGER, F. I.. Lei Maria da Penha como ação afirmativa: um exame de sua aplicabilidade eficácia no cenário jurídico-social brasileiro. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

**Aluno: Juliana Silva Cruz**

GOLDFINGER, F. I.. O direito processual penal garantista e o combate ao crime organizado. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

**Aluno: Laiza Modesto Marins de Souza Modesto**

GOLDFINGER, F. I.. Nexo de Causalidade: análise da teoria da imputação objetiva. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades Integradas de Paranaíba.

**Aluno: Wendel Oliveira da Silva**

GOLDFINGER, F. I.. Culpabilidade do agente público e a ineficácia do Estado, a hermenêutica e a colisão dos direitos fundamentais: comentários a (i) legalidade , a justiça e a repsonsabilidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

**Aluno: Raiza Andrade da Silva**

GOLDFINGER, F. I.. Mídia e julgamento: aspectos relevantes. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

**Aluno: Amanda de Oliveira Okumura**

GOLDFINGER, F. I.. A (in)constitucionalidade dos juízes de garantia. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

**Aluno: Telúryca Lucrécya Floriano Gonçalves Pinheiro**

GOLDFINGER, F. I.. Jurisdição Penal em equilíbrio: uma antinomia entre direito penal mínimo e a sociedade de risco. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

**Aluno: Priscila Ferreira Guimarães**

GOLDFINGER, F. I.. A impunidade como limitador dos Direitos Humanos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

**Aluno: Ana Carolina Rezende Oliveira**

GOLDFINGER, F. I.. O INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO PENAL E SUA APLICAÇÃO ÀS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

**Aluno: Renata Santos Souza Araújo**

GOLDFINGER, F. I.. INFÂNCIA E JUVENTUDE, FAMÍLIA, ESCOLA E POLÍTICA. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

## PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- GOLDFINGER, F. I. . O REGIME DE ENCERRAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS SOB A PERSPECTIVA DO PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL. REVISTA JURÍDICA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO , v. 21, p. 1, 2022.
- GOLDFINGER, F. I. . Processo penal, constituição e política criminal. 1ª. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. v. 1. 232p .
- GOLDFINGER, F. I. ; FRANCISCO, R. V. . Direito Urbanístico. 8. ed. Salavador: JusPodivm, 2023. v. 44. 416p .
- GOLDFINGER, F. I. ; MORAES, A. R. A. ; FERREIRA, A. L. B. M. ; SILVA, A. V. ; MENDES, B. M. A. ; LEITAO JUNIOR, C. A. P. ; RAMOS, G. ; REBELLATO, L. F. B. ; GENNARI, P. V. ; RIBEIRO, R. A. ; CALDEIRA, R. A. F. . Legislação Penal Extravagante. 1. ed. Belo Horizonte: Forum, 2022. v. 1. 520p .
- GOLDFINGER, F. I. ; MORAES, A. R. A. . Legislação penal extravagante. 1ª. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. v. II. 390p .
- GOLDFINGER, F. I. . Manual de Direito Penal - Parte Geral 2ª Edição. 2º. ed. Leme: Editora Mizuno, 2022. v. I. 810p .
- GOLDFINGER, F. I. ; ESBALQUEIRO JR., M. J. (Org.) . Manual de Execução Penal. 1ª. ed. Leme: Mizuno, 2022. v. I. 248p .
- GOLDFINGER, F. I. ; CASAROTTO, M. (Org.) . COMENTÁRIOS À PROPOSTA DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. 1ª. ed. Porto Alegre: Clássica, 2022. v. I. 574p .
- GOLDFINGER, F. I. ; FRANCISCO, R. V. . Direito Urbanístico. 7ª. ed. Salavador: JusPodivm, 2022. v. 44. 400p .
- GOLDFINGER, F. I. . Sinopses para concurso: Legislação Institucional do Ministério Público. 3. ed. Salavador: JusPodivm, 2022. v. 43. 384p .
- GOLDFINGER, F. I. . Manual de Direito Penal. 1. ed. Leme: Mizuno, 2021.
- SUXBERGER, A. H. G. ; GUARAGNI, F. A. ; GOLDFINGER, F. I. ; NOGUEIRA, F. C. B. ; CARDOSO, F. A. M. ; SCHUTT, J. F. ; CASAROTI, L. ; SILVA, L. P. C. ; BERALDO, M. C. S. ; LAURIA, M. P. ; GONCALVES, M. K. ; SOUSA, P. I. ; KURKOWSKI, R. S. ; SOUZA, R. O. ; SILVARES, R. ; CABRAL, R. L. F. ; CUNHA, R. S. ; PINTO, R. B. ; FRANCISCO, R. V. ; MARCAL, V. . Leis Penais Especiais Comentadas. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.
- REZENDE, D. S. ; TRINDADE, D. M. ; NOGUEIRA, D. ; ROSSIGNOLI, E. ; GOLDFINGER, F. I. ; LEITE, H. ; ZIESEMER, H. R. ; BARREIROS NETO, J. ; LEHFELD, L. S. ; ROSSATO, L. A. ; CUNHA, M. F. ; LEPORE, P. ; SILVARES, R. ;

CUNHA, R. S. ; THOME, R. ; FRANCISCO, R. V. ; CAIRO, T. . Revisaço - Ministério Público Estadual. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

- MONTANARI, A. C. ; TRINDADE, D. M. ; ROSSIGNOLI, E. ; GOLDFINGER, F. I. ; LEITE, H. ; BARREIROS NETO, J. ; LEHFELD, L. S. ; ROSSATO, L. A. ; CUNHA, M. F. ; LEPORE, P. ; SILVARES, R. ; CUNHA, R. S. ; THOME, R. ; FRANCISCO, R. V. ; CAIRO, T. . Revisaço - Magistratura Estadual. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.
- TRINDADE, D. M. ; ROSSIGNOLI, E. ; GOLDFINGER, F. I. ; LEITE, H. ; KERTZMAN, I. ; HORIUCHI, L. ; LEHFELD, L. S. ; CUNHA, M. F. ; PORTELA, P. H. G. ; LEPORE, P. ; SILVARES, R. ; CUNHA, R. S. ; THOME, R. ; FRANCISCO, R. V. ; CAIRO, T. . Revisaço - Magistratura Federal. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.
- GOLDFINGER, F. I. ; ALMEIDA, K. L. L. A. (Org.) ; ALMEIDA, L. A. F. (Org.) . Manual de Direito Constitucional. 1°. ed. Leme: Mizuno, 2021. v. I. 891p .
- GOLDFINGER, F. I. ; PINHEIRO, R. (Org.) . Manual de Direito Previdencário. 1ª. ed. Leme: Mizuno, 2021. v. I. 322p .
- GOLDFINGER, F. I. ; DINAMARCO, M. (Org.) . Manual de Direito Processual Civil. 1ª. ed. Leme: Mizuno, 2021. v. I. 285p .
- GOLDFINGER, F. I. ; DUARTE, A. (Org.) . Manual de Direito Processual Trabalhista. 1ª. ed. Leme: Mizuno, 2021. v. I. 325p .
- GOLDFINGER, F. I. ; GONZALES, C. A. D. (Org.) . Manual de Direito Tributário. 1ª. ed. Leme: Mizuno, 2021. v. I. 222p .
- GOLDFINGER, F. I. ; FRANCISCO, R. V. . Direito Urbanístico. 6. ed. Salavador: JusPodivm, 2021. v. 44. 400p .
- BORTOLETO, L. ; CIRINO, L. F. ; GOLDFINGER, F. I. . Revisaço - Direito Administrativo. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.
- GOLDFINGER, F. I. . Direito Urbanístico. 4ª. ed. Salvador/Bahia: Juspodium, 2019. v. 1. 384p .
- MENEZES, A. ; CRUZ, A. S. ; PEDREIRA, B. L. ; REGILIO, C. E. ; TRINDADE, D. M. ; CUNHA JUNIOR, D. ; MADRUGA, E. ; GOLDFINGER, F. I. ; BALTAR, F. ; BARROS, G. F. M. ; CHEIBUB, I. ; CAIRO JUNIOR, J. ; PORTO, J. R. M. ; ALVES, L. B. M. ; GARCIA, L. ; FIGUEIREDO, L. ; OLIVEIRA, N. A. ; LEITE, R. S. ; MOUZALAS, R. ; FIGUEIREDO, R. . Revisão em Frases. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.
- GOLDFINGER, F. I. . Legislação Institucional do Ministério Público. 2°. ed. Slavador/Bahia: Juspodium, 2018. v. 1. 555p .
- GOLDFINGER, F. I. . Ministério Público: Legislação institucional e correlata organizada. 1°. ed. Campo Grande/MS: Contemplar, 2018. v. 1. 1599p .
- GOLDFINGER, F. I. . Estatuto do Idoso. 2°. ed. Salvador/Bahia: Juspodium, 2018. v. 1. 224p .
- MENEZES, A. ; MARTINS, A. ; TRINDADE, D. ; SCARDOELLI, D. Y. ; GOLDFINGER, F. I. ; CALIARI, F. R. ; BULOS, J. ; BORTOLETO, L. ; LEPORE, P. ; GRILO, R. C. G. ; SILVARES, R. ; CUNHA, R. S. ; FRANCISCO, R. V. ; BUZATO, T. M. . Revisaço - Delegado da Polícia Federal. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
- CUNHA, M. F. ; FRANCISCO, R. V. ; SILVARES, R. ; CUNHA, R. S. ; LEPORE, P. ; PORTELA, P. H. G. ; LEITE, H. ; GOLDFINGER, F. I. ; ROSSIGNOLI, E. ; REZENDE, D. S. ; LEHFELD, L. S. ; AMADO, F. ; CAIRO JUNIOR, J. ; KERTZMAN, I. ; HORIUCHI, L. . Revisaço - Advocacia Geral da União. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
- CUNHA, A. S. ; ROSSIGNOLI, E. ; GOLDFINGER, F. I. ; SEABRA, G. C. ; LEITE, H. ; KERTZMAN, I. ; BARREIROS NETO, J. ; CAIRO JR., J. ; HORIUCHI, L. ; LEHFELD, L. S. ; ROSSATO, L. A. ; CUNHA, M. F. ; PORTELA, P. H. G. ; LEPORE,

P. ; SILVARES, R. ; CUNHA, R. S. ; FRANCISCO, R. V. ; CAIRO, T. . Revisaç
Defensoria Pública da União. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

- GOLDFINGER, F. I. . O papel do Ministério Público nas investigações criminais no mundo moderno: a inconstitucionalidade do monopólio das investigações. 1°. ed. Campo Grande/MS: Contemplar, 2012. v. 1. 279p .
- GOLDFINGER, F. I. . INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA ? LEI N° 9.296/1996. In: Rogério Sanches Cunha , Ronaldo Batista Pinto , Renee do Ó Souza. (Org.). LEIS PENAIS ESPECIAIS COMENTADAS. 6ªed.Salavador: JusPodivm, 2023, v. I, p. 1005-1020.
- GOLDFINGER, F. I. ; LACERDA, A. M. B. . ANÁLISE HISTÓRICA DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: A NECESSIDADE DA EFETIVA CONSTITUCIONALIZAÇÃO. In: Goldfinger, Fábio Ianni. Casarotto, Moisés.. (Org.). COMENTÁRIOS À PROPOSTA DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. 1ªed.Porto Alegre: Clássica, 2022, v. I, p. 25-48.
- GOLDFINGER, F. I. ; RAMOS, G. ; MORAES, A. R. A. . INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO MEIO DE PROVA ? LEI N° 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996. In: Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger. (Org.). Legislação penal extravagante. 1ªed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. I, p. 81-112.
- GOLDFINGER, F. I. . Mandado de Criminalização implicito do abuso do poder econômico em face da Constituição Federal de 1988. In: Viviane Coêlho de Séllos-Knoerr; Sérgio Fernando Moro. (Org.). Estudos sobre Direito Penal Moderno. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Clássica, 2021, v. , p. 557-.
- GOLDFINGER, F. I. . Interceptação Telefônica - Lei n. 9.296/1996. In: Rogério Sanches Cunha; Ronaldo Batista Pinto;Renee do Ó Souza. (Org.). Leis Penais Especiais comentadas artigo por artigo. 1°ed.Slavador/Bahia: Juspodium, 2018, v. 1, p. 1003-1071.
- GOLDFINGER, F. I. . Princípio da Insignificância no Direito Penal. 2022. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- GOLDFINGER, F. I. . Lei 8429/92 e a legalidade sobre verba indenizatória ? para vereadores do Estado. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- GOLDFINGER, F. I. . O Decreto lei 201/67 ? para vereadores do Estado. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- GOLDFINGER, F. I. . Princípio da Insignificância. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- GOLDFINGER, F. I. . A Discussão Sobre a Flexibilização ao Acesso da Arma de Fogo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- GOLDFINGER, F. I. . Ministério Público do Estado MS no combate à corrupção e na fiscalização eficaz da gestão pública municipal sobre a aplicabilidade da lei bem como as penalidades resultantes do descumprimento. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- GOLDFINGER, F. I. . A Legalidade Sobre As Diárias de Viagens e Ministério Público e a Lei de Improbidade Administrativa Lei n° 8429/92. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- GOLDFINGER, F. I. . CPI. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- GOLDFINGER, F. I. . Ministério Público No Controle De Políticas Públicas. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- GOLDFINGER, F. I. . A Legalidade sobre as diárias de viagens ? para Vereadores do Estado. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- GOLDFINGER, F. I. . Improbidade Administrativa?. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- GOLDFINGER, F. I. . A lei de Improbidade Administrativa e Operação Judas. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

FLS 996

- GOLDFINGER, F. I. . Qualidade de Vida: políticas de Estado e desenvolvimento. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- GOLDFINGER, F. I. . Orçamento: Criança e Adolescente.Garantia de Direitos. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- GOLDFINGER, F. I. . Operação Judas a Luz da Improbidade Administrativa. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- GOLDFINGER, F. I. . Crimes Ambientais. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- GOLDFINGER, F. I. ; DEMERCIAN, P. H. . Crise no Sistema de Justiça Penal e a ineficácia dos sistemas processuais penais tradicionais. Belo Horizonte: Revista Fórum de Ciências Criminais ? RFCC, 2023 (Artigo).

## OUTRAS PRODUÇÕES

GOLDFINGER, F. I. . Improbidade Administrativa: Aspectos Controversos e Jurisprudência. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

## PRÊMIOS

2023

Medalha reconhecimento público e pelos bons serviços prestados à ordem, à segurança e à tranquilidade do Estado, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul.

2023

Homenagem concedida pelo Corregedor Nacional do Ministério Público, Conselheiro Oswaldo DAlbuquerque, pelos relevantes serviços prestados ao fomento da doutrina da resolutividade e à defesa do princíp, Corregedor Nacional do Ministério Público.

**Histórico profissional**

## ENDEREÇO PROFISSIONAL

- Centro Universtitário UNIGRAN Capital, Pró-reitoria de Ensino e Extensão. , Rua Abrão Júlio Rahe, 325, Centro, 79010010 - Campo Grande, MS - Brasil, Telefone: (67) 33893389, URL da Homepage:

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2019 - Atual

Centro Universitário Unigran Capital

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 16

**Atividades**

- 02/2023

Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, Processo Coletivo, Tópicos Especiais do Direito I, Direito Penal VI

- 02/2019

  Ensino, Direito, Nível: Pós-GraduaçãoDisciplinas ministradas, Improbidade Administrativa, Direito Penal, Processo Penal

- 07/2023 - 12/2023

  Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, Tópicos Especiais de Direito

- 01/2023 - 07/2023

  Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, Direito Penal

- 07/2022 - 12/2022

  Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, Direito Penal

- 01/2022 - 07/2022

  Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, Direito Penal

- 07/2021 - 12/2021

  Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, Direito Penal

- 01/2021 - 07/2021

  Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, Direito Penal

- 07/2020 - 12/2020

  Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, Direito Penal

- 01/2020 - 07/2020

  Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, Direito Penal

- 07/2019 - 12/2019

  Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, Direito Penal

- 01/2019 - 07/2019

  Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, Direito Penal

2024 - Atual
Faculdade Prime

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 12

**Atividades**

- 02/2024

Ensino, Direito, Nível: GraduaçãoDisciplinas ministradas, ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE, DIREITO PENAL I

2024 - Atual

Conselho Nacional do Ministério Público

Vínculo: Nomeação, Enquadramento Funcional: Membro colaborador, Carga horária: 4

**Atividades**

- 03/2024

Ensino, Direito, Nível: AperfeiçoamentoDisciplinas ministradas, Diversas áreas do Direito

2003 - Atual

Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Promotor de Justiça, Carga horária: 8

2010 - 2010

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Vínculo: Processo seletivo, Enquadramento Funcional: Professor Direto Penal

2010 - 2011

Faculdades Integradas de Paranaíba

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor de Direito Processual Penal

2023 - 2023

Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

# MARCOS PAULO DE OLIVEIRA

FLS 09

É especialista em Inteligência Emocional, Pós graduado em Psicologia Positiva e treinador de CNV com formação em vários institutos como Anhanguera, UDEMY e PUC/EAD. Já palestrou para mais de 20.000 pessoas em eventos como Feira Internacional do Livro de Brasília, ABRINT/SP e outros grandes eventos, desenvolveu projetos junto a empresas, escolas e órgãos públicos com foco no desenvolvimento da inteligência emocional, melhora das habilidades sociais, construção de cultura de mediação de conflito, elevação do bem-estar e produtividade. As palestras e treinamentos deste profissional que foi Conselheiro Tutelar defendendo o direito das crianças e adolescentes por dois mandatos, é Servidor Publico e Empresário tem objetivo despertar em jovens e adultos uma vida intencional, utilizando o autoconhecimento para reconhecer suas vulnerabilidades e corrigi-las bem como identificar seus pontos fortes e potencializa-los. Trabalha com mediação de conflitos e desenvolvimento pessoal há mais de 14 anos, casado e pai de duas lindas meninas tem como missão contribuir com a melhora da Saúde Mental daqueles que oportunamente tiver contato por meio de seus treinamentos, palestras e contato pessoal.

FLS 100

# CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES
GESTÃO PÚBLICA

FLS 101

Brasília, 28 de maio de 2026

A Câmara Municipal de Itiquira-MT

O Instituto Ulysses Guimarães Ltda, confirma a inscrição de:

1- **JOSE CARLOS BARISTA**
2- **FRANCIANO GONÇALVES MENEZES DE JESUS**
3- **FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO JOTA**
4- **JEFFERSON RAMOS**
5- **JOÃO NETO DA SILVA**
6- **SILVANO TUNES LEITE**

Para o curso: "**46º Congresso de Gestão Pública**", que será realizado nos dias: 09 a 12 de junho de 2026 em Brasília- DF, no Hotel Laguna Plaza.

Sem mais para o momento.
Atenciosamente,

Instituto Ulysses Guimarães Ltda.
CNPJ:40.033.708/0001-63
contato@institutoulyssesguimaraes.com.br
(61)9 8654-5280
Dra. Ana Maria L. T. Rezende
Advogada- OAB/MG219623

FLS 102

# ENQUADRAMAENTO DO OBJETO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 004/2025**

**Dispõe sobre a aprovação e ratificação do planejamento realizado para o Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício de 2025/2026, da Câmara Municipal de Itiquira – Mato Grosso e dá outras providências.**

Publicado por afixação em local público de costumes em 11/12/25
Secretaria de Administração.

**EDIOMAR GOBBI** - Presidente do Poder Legislativo de Itiquira, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei e,

**Considerando**, o disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 12, VII que trata sobre a exigência de elaboração do Plano de Contratação Anual para os entes federativos;

**Considerando** a realização do planejamento de contratações públicas, para o exercício de 2025/2026, do Poder Legislativo;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica Aprovado o Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício de 2025/2026, da Câmara Municipal de Itiquira- Mato Grosso.

**Art. 2º** - O Plano de Contratação Anual (PCA), para o exercício de 2025/2026, será realizado de acordo com o plano contido no anexo I deste decreto.

**Art.3º** - Fica aprovado o anexo II, que descreve as dotações orçamentárias destinadas à efetivação do plano de compras ora aprovado.

**Art.4º** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itiquira-MT, 11 de dezembro de 2025.

**Ediomar Gobbi**
Presidente
Gestão Biênio: 2025-2026

**35. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO E MANUTENÇÃO OBRIGATÓRIA**

| SEQ. | DESCRIÇÃO | UND PAD. | QTD. |
|---|---|---|---|
| 01 | Serviço de manutenção de veículos automotivos - revisão dos 10.000 km ou 6 meses, manutenção preventiva, com troca de óleo e substituição dos filtros de óleo e de combustível, passeio | UND | 04 |
| **VALOR ESTIMADO TOTAL R$** | | **3.140,40** | |
| **PERÍODO ESTIMADO PARA REVISÃO** | | **A CADA 10.000 KM RODADO** | |

**36. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORREIO**

| SEQ. | DESCRIÇÃO | UND PAD. | QTD. |
|---|---|---|---|
| 01 | Serviço de entrega de documentos - postais, através dos correios, em âmbito nacional | UND | 01 |
| **VALOR ESTIMADO TOTAL R$** | | **3.140,40** | |
| **PERÍODO ESTIMADO** | | **12 MESES** | |

37

**37. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SISTEMA DE PONTO**

| SEQ. | DESCRIÇÃO | UND PAD. | QTD. |
|---|---|---|---|
| 01 | Serviço de manutenção em equipamento elétrico e eletrônico - do tipo relógio de ponto, manutenção preventiva e corretiva. | UND | 01 |
| **VALOR ESTIMADO TOTAL R$** | | **2.093,60** | |
| **PERÍODO ESTIMADO** | | **12 MESES** | |

**38. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO HOSPEDAGEM SITE**

| SEQ. | DESCRIÇÃO | UND PAD. | QTD. |
|---|---|---|---|
| 01 | Serviço de locação de software - do tipo manutenção, hospedagem, suporte tecnico e locação do site institucional | UND | 01 |
| **VALOR ESTIMADO TOTAL R$** | | **837,44** | |

FLS 106

# MINUTA DO EMPENHO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA
NOTA DE EMPENHO
ESTADO DE MATO GROSSO

**C.N.P.J.:** 00.176.362/0001-38
**Município:** ITIQUIRA

FLS 107

Data:
Usuário:

**Data do Empenho:**
**N° do Empenho:**

**Órgão:**
**Unidade:**
**Funcional:**
**Projeto/Atividade:**
**Natureza de Despesa:**
**Recurso:**

**Valor Dotação:**
**Valor Dotação Atualizada:**
**Total (A):**

**Empenhos anteriores:**
**Valor do empenho:**
**Valor complemento:**
**Valor anulado:**
**Total (B):**
**Total (A - B):**

**dor:**
**F/CNPJ:** **Inscr.Est./Ident.Prof.:** **Telefone:**
**Endereço:** **Cidade:** Itiquira **UF:** MT
**Banco:** **Conta:**
**Agência:** **Tipo da Conta:**

**Especificação:**

**Fonte de Recurso:** **Valor geral:**

**Pagamentos:** **N° Pagamento.:** **Conta Bancária.:** **Valor .:**
**Valor Total Pago.:**
**Valor Total à Pagar.:**

**Fundamento legal:**
**Modal. Licitação:**
**Número Licitação:**
**Número Processo:**
**Número Contrato:**
**Número Aditivo/Apost.:**
**Data homologação:**
**Data contrato:**
**Data Aditivo/Apost.:**

Data:

:claro para os devidos fins que o (material/serviço) foi (Fornecido/prestado)

Responsável

EDIOMAR GOBBI
***.***.111-**
Presidente

SARAH DA COSTA ROSA
***.***.561-**
Assessora Contábil

FLS 108

# CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DO TCE-MT.

# Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

FLS 109

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

## DETALHE DO ITEM: 395241-0

Download

**SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - CONGRESSO DE GESTAO PUBLICA**

| Código: | Exercício: | Incluído em: |
|---|---|---|
| 395241-0 | 2017 | 01/01/2017 |

Unidades de Fornecimento:

- ALUNO (cód.: 1974)
- DIARIA (cód.: 1089)
- HORA (cód.: 1091)
- MÊS (cód.: 1092)
- MODULO (cód.: 1934)
- REAL (cód.: 2715)
- UNIDADE (cód.: 1)

Grupo / Classe / Material ou Serviço:

SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS (cód 8) → SERVICOS NA AREA EDUCACIONAL (cód 803) → SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL (cód 31154)

realizar outra pesquisa

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

FLS 110

# CADASTRO DO(S) FORNECEDOR(ES)

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

FLS. 101

# Relatório de Fornecedores

| Nome do Fornecedor: | | Tipo de Pessoa: | Situação de Pessoa: |
|---|---|---|---|
| INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA | | Juridica | Ativo |
| **CPF / CNPJ:** | **Data da Inclusão:** | | |
| 40.033.708/0001-63 | 18/10/2021 | | |

**Endereços:**
R SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE, 04 – Setor de

**Telefones:**
(61) 8654-5280

**E-mails:**
Não Informado

**Sites:**
Não Informado

**Natureza Jurídica:**
Não Informado

**Responsável:**
–

**Qualificação:**
Não Informado

| Porte: | Órgão do Registro: | Número: | Data: |
|---|---|---|---|
| Microempresa | | | 18/10/2021 |
| **Inscrição Municipal:** | **Município da Inscrição:** | **Inscrição Estadual:** | **Estado da Inscrição:** |

# VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA, CONFORME RECOMENDAÇÃO LEGISLATIVA Nº 002/2023 DA CONTROLADORIA GERAL LEGISLATIVA

FLS 113

# CADASTROS IMPEDITIVOS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FLS. 144

# Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 28/05/2026 12:56:05

**Informações da Pessoa Jurídica:**

Razão Social: **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**
CNPJ: **40.033.708/0001-63**

**Resultados da Consulta Eletrônica:**

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

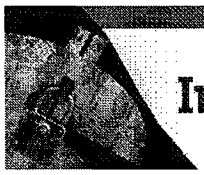
Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

FLS 15

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (28/05/2026 às 12:56) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 40.033.708/0001-63.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A18.65C3.906B.C811 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FLS 16

# DOCUMENTOS DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES

FLS 117

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **40.033.708/0001-63**<br>**MATRIZ** | | **07/12/2020** |

NOME EMPRESARIAL
**INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES** | **ME** |

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL (*)
**85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS (*)
**Não informada**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
**206-2 - Sociedade Empresária Limitada**

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **Q SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE** | **04** | **APT 102 PARTE C** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **72.145-105** | **SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (TAGUATINGA)** | **BRASILIA** | **DF** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **CONTATO@INSTITUTOULYSSESGUIMARAES.COM.BR** | **(61) 8654-5280** |

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **07/12/2020** |

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

*(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **28/05/2026** às **12:57:16** (data e hora de Brasília).

FLS 118

# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

| | |
|---|---|
| **CNPJ:** | 40.033.708/0001-63 |
| **NOME EMPRESARIAL:** | INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA |
| **CAPITAL SOCIAL:** | R$ 10.000,00 (Dez mil reais) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **28/05/2026** às **12:57:31** (data e hora de Brasília).

Fls 119

# SITUAÇÃO FISCAL

FLS 120

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**
**CNPJ: 40.033.708/0001-63**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:32:00 do dia 20/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2026.
Código de controle da certidão: **AA23.902E.33D5.F164**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Portal Transparência | Câmara | 40033708000163 - Pesquisa Go | Resultado da Consulta de Certi | Certidão Positiva de Débitos co

Ficheiro C:/Users/SUPORTE/Downloads/Certidao-40033708000163%20(4).pdf

Todos os marcadores

Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa

1 / 1 79%

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**
**CNPJ: 40.033.708/0001-63**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:32:00 do dia 20/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2026.
Código de controle da certidão: **AA23.982E.33D6.F164**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Digite aqui para pesquisar

Dias quentes a frente

20/02/2026

FLS 122

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 40.033.708/0001-63

**Razão Social:** INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

**Endereço:** Q 1 CO E 04 APT 102 PARTE C / SETOR DE DESENVOLVI / BRASILIA / DF / 72145-105

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**13/05/2026 a 11/06/2026

**Certificação Número:** 2026051321335548410288

Informação obtida em 28/05/2026 12:59:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

# Histórico do Empregador

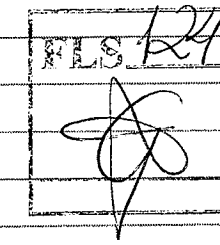
O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

FLS 123

**Inscrição:** 40.033.708/0001-63
**Razão social:** INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

| Data de Emissão/Leitura | Data de Validade | Número do CRF |
|---|---|---|
| 13/05/2026 | 13/05/2026 a 11/06/2026 | 202605132133554841028 8 |
| 21/04/2026 | 21/04/2026 a 20/05/2026 | 20260421010555484102 37 |
| 02/04/2026 | 02/04/2026 a 01/05/2026 | 20260402041855484102 13 |
| 14/03/2026 | 14/03/2026 a 12/04/2026 | 20260314005955484102 39 |
| 23/02/2026 | 23/02/2026 a 24/03/2026 | 20260223184355484102 00 |
| 03/02/2026 | 03/02/2026 a 04/03/2026 | 20260203183655484102 00 |
| 14/01/2026 | 14/01/2026 a 12/02/2026 | 20260114031255484102 00 |
| 26/12/2025 | 26/12/2025 a 24/01/2026 | 20251226074255484102 71 |
| 06/12/2025 | 06/12/2025 a 04/01/2026 | 20251206070455484102 75 |
| 16/11/2025 | 16/11/2025 a 15/12/2025 | 20251116050055484102 25 |
| 26/10/2025 | 26/10/2025 a 24/11/2025 | 20251026043455484102 10 |
| 06/10/2025 | 06/10/2025 a 04/11/2025 | 20251006035255484102 69 |
| 17/09/2025 | 17/09/2025 a 16/10/2025 | 20250917073255484102 89 |
| 27/08/2025 | 27/08/2025 a 25/09/2025 | 20250827072055484102 54 |
| 08/08/2025 | 08/08/2025 a 06/09/2025 | 20250808190055484102 63 |
| 20/07/2025 | 20/07/2025 a 18/08/2025 | 20250720032055484102 55 |
| 01/07/2025 | 01/07/2025 a 30/07/2025 | 20250701042755484102 68 |
| 12/06/2025 | 12/06/2025 a 11/07/2025 | 20250612072555484102 48 |
| 23/05/2025 | 23/05/2025 a 21/06/2025 | 20250523204055484102 07 |
| 03/05/2025 | 03/05/2025 a 01/06/2025 | 20250503050155484102 28 |
| 14/04/2025 | 14/04/2025 a 13/05/2025 | 20250414102955484102 12 |
| 26/03/2025 | 26/03/2025 a 24/04/2025 | 20250326202255484102 06 |
| 07/03/2025 | 07/03/2025 a 05/04/2025 | 20250307041455484102 05 |
| 16/02/2025 | 16/02/2025 a 17/03/2025 | 20250216041755484102 12 |
| 25/01/2025 | 25/01/2025 a 23/02/2025 | 20250125104155484102 00 |
| 05/01/2025 | 05/01/2025 a 03/02/2025 | 20250105010355484102 12 |
| 17/12/2024 | 17/12/2024 a 15/01/2025 | 20241217013555484102 94 |
| 28/11/2024 | 28/11/2024 a 27/12/2024 | 20241128014755484102 81 |
| 09/11/2024 | 09/11/2024 a 08/12/2024 | 20241109005855484102 45 |

| Data de Emissão/Leitura | Data de Validade | Número do CRF |
|---|---|---|
| 20/10/2024 | 20/10/2024 a 18/11/2024 | 2024102004595548410210 |
| 01/10/2024 | 01/10/2024 a 30/10/2024 | 2024100122115548410221 |
| 12/09/2024 | 12/09/2024 a 11/10/2024 | 2024091208375548410242 |
| 24/08/2024 | 24/08/2024 a 22/09/2024 | 2024082405135548410285 |
| 04/08/2024 | 04/08/2024 a 02/09/2024 | 2024080404095548410265 |
| 16/07/2024 | 16/07/2024 a 14/08/2024 | 2024071622145548410202 |
| 27/06/2024 | 27/06/2024 a 26/07/2024 | 2024062721185548410227 |
| 08/06/2024 | 08/06/2024 a 07/07/2024 | 2024060804005548410252 |




Resultado da consulta em 28/05/2026 12:59:30

Voltar

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

FLS 125

**CERTIDÃO Nº:** 159111509082026
**NOME:** INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
**ENDEREÇO:** SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04
**CIDADE:** SETOR DE DESENVOLVIME
**CNPJ:** 40.033.708/0001-63
**CF/DF** 0802068300155
**FINALIDADE:** JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.**
**Válida até 30 de agosto de 2026. ***

Certidão emitida via internet em 01/06/2026 às 09:51:08 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

FLS 126

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.033.708/0001-63
Certidão nº: 50984056/2026
Expedição: 28/05/2026, às 12:59:59
Validade: 24/11/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.033.708/0001-63, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

FLS 127

**CERTIDÃO Nº:** 181091871532026
**NOME:** INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
**ENDEREÇO:** SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04
**CIDADE:** SETOR DE DESENVOLVIME
**CNPJ:** 40.033.708/0001-63
**CF/DF** 0802068300155
**FINALIDADE:** VERIFICACAO DE DEBITOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.**
**Válida até 26 de agosto de 2026. ***

Certidão emitida via internet em 28/05/2026 às 13:01:26 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

FLS 128

# RESULTADO DA CONSULTA PÚBLICA AO CADASTRO DO SINTEGRA ICMS NO DISTRITO FEDERAL

**CF/DF:**
4003370800016

| CFDF | NOME | QUALIFICAÇÃO | ENDEREÇO | S |
|---|---|---|---|---|

**CONTRIBUINTE NÃO CADASTRADO COMO CONTRIBUINTE DE ICMS.**

Caso queira, acesse a Consulta Contribuintes do ISS – Situação Cadastral e verifique se o CF/DF informado é contribuinte de ISS.

Voltar

Items per page: 10 0 of 0

Fls 129

# CONSULTA OPÇÃO SIMPLES NACIONAL

**Data da consulta:** 28/05/2026 13:03:23

## Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

FLS 130

CNPJ: **40.033.708/0001-63**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**

## Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Voltar | Gerar PDF

# GOOGLE MAPS

FLS 132

# DECLARAÇÃO

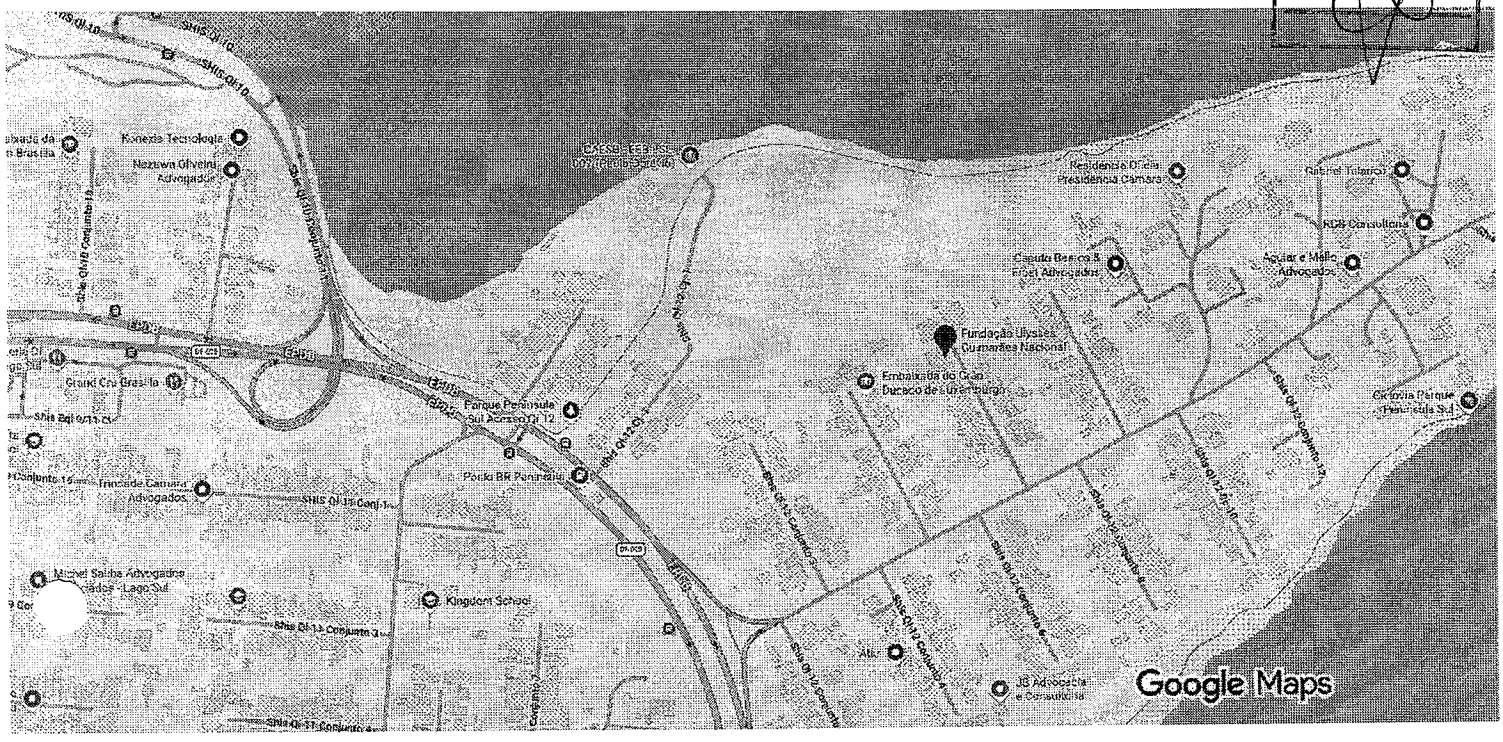
Eu, **Maria Roseny Farias Lima, matrícula** funcional 521, Secretaria de Administração, **DECLARO** que não foi encontrado no site: https://www.google.com.br/maps/preview localização da empresa **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**, CNPJ: 40.033.708/0001-63. Assim, para a devida comprovação, utilizou-se como referência o endereço constante na **Certidão Negativa de Débitos**, nº **181091871532026** emitida pelo Governo do Distrito Federal , consultada em 28/05/2026 a qual consta o seguinte endereço: **SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04 , SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (TAGUATINGA) – Brasília -DF.**

Sendo a expressão da verdade e para que surta efeitos legais, firmo a presente declaração.

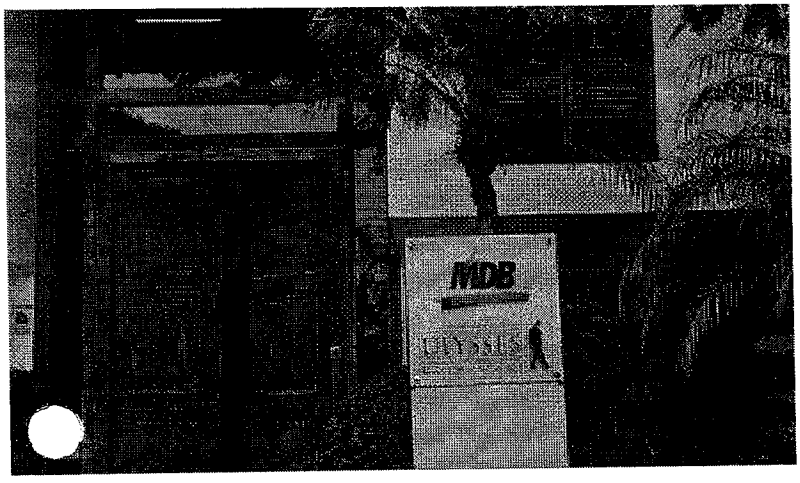
Itiquira-MT, 28 de maio de 2026.

**MARIA ROSENY FARIAS LIMA**
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

FLS. 133




Imagens ©2026 ,Dados do mapa ©2026 Google 100 m




# Fundação Ulysses Guimarães Nacional

4,7 ★★★★½ (48)

Fundação · ♿

Vista geral Críticas Acerca de

Direções Guardar Imediações Enviar para telemóvel Partilhar

71630-275, St. de Habitações Individuais Sul Q 20 - Plano Piloto, Brasília - DF, 71670-120

FLS. 134

fundacaoulysses.org.br

(61) 3223-9606

549P+P9 Plano Piloto, Brasília - DF

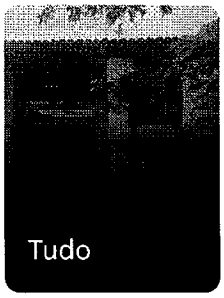
Reivindicar este negócio

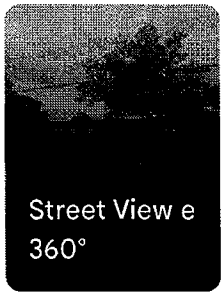
O seu histórico do Maps

Sugerir edição

## Adicionar informações em falta

## tografias e vídeos







+ Adicione fotos e vídeos

## Resumo de críticas

4
3
2
1

4,7

48 críticas

"Localização em ótimo **lugar**."

"**Top** os **funcionários** sempre educado humilde sempre pronto pra atender."

"Local de pesquisa e **informação**."

Escreva uma crítica

## Críticas

Ordenar

# CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS

FLS: 136

# Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

## Cadastro de Empresas Inidôneas

### Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Admistração Pública do TCE-MT

* DATA DE ATUALIZAÇÃO: 28/05/2026 12:03

| CPF/CNPJ | Nome/Razão Social | UF | Data Inicial | Data Final | Prazo | Decisão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 26722006000166 | D3 COMERCIO E SERVICO LTDA | MT | 27/04/2026 | 27/10/2026 | 6 meses | 1774140/2024 |
| 34857667000127 | LIFE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA | TO | 13/11/2024 | 13/11/2026 | 2 anos | 171069/2020 |
| 51659341000104 | ROCHA BORGES ENGENHARIA CIVIL LTDA | MT | 02/06/2025 | 02/06/2030 | 5 anos | 1804979/2024 |

## DADOS ATUALIZADOS

*Dados atualizados até:* 27/05/2026

*Dados da consulta:* 28/05/2026 13:04:02

## FILTROS APLICADOS:

**Busca Livre:** 40033708000163

## Consulta

| CNPJ | NOME/RAZÃO SOCIAL/NOME FANTASIA | UF DO SANCIONADO | MOTIVO DO IMPEDIMENTO | ÓRGÃO SANCIONADOR | NÚMERO DO CONVÊNIO | QUANTIDADE |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | |

FLS 138

# ATUAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO

FLS 139

## COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 126/2026 Itiquira - MT, 29 maio de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para: EQUIPE DE APOIO

**SRA. JOYCE CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA**

PRESIDENTE

**Assunto: SOLICTAÇÃO.**

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e considerando o disposto na Portaria Legislativa n° 022/2026, solicitar-lhe, a Elaboração do Balizamento de Preços, para contratação de empresa para participação dos servidores desta Casa no 45° congresso de gestão publica de a ser realizado de 09/06/2026 a 12/06/2026 – pelo instituto Ulisses Guimaraes em Brasilia DF

Anexo à presente, a proposta da empresa para o devido balizamento.

Sendo o que apresenta para o momento, agradeço antecipadamente coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
**Portaria Legislativa 001/2025**

ESTADO DE MATO GROSSO

# CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001009

FLS 140

Número do processo: 000001009 Número Único: T9J.QZP.WUX-HS

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: EQUIPE DE APOIO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0100 - CÂMARA DE ITIQUIRA/MT

Localização Atual: [CÂMARA DE ITIQUIRA/MT]

Protocoloado por: melissabioto

uação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 29/05/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: CI 126/2026 - SOLICITAÇÃO

Observação: Não Informado

Protocolado por: melissa bioto de aquino

Interessado: EQUIPE DE APOIO

FLS 41

# PROPOSTA

# INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES

GESTÃO PÚBLICA

FLS 142

**Público Alvo:** Vereadores, Assessores, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Servidores do Executivo e Legislativo

## BRASÍLIA – DF

## 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA

## de 09 a 12 de junho de 2026

**-Terça-feira: 09/06 Horário: 14:00 às 19:00**
Credenciamento e entrega de materiais.
**-Quarta-feira: 10/06 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra**
Plano Plurianual
Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Lei Orçamentária Anual.
**-Quinta-feira: 11/06 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra**
A Relação entre o Ministério Público e Administração Pública.
A Atuação do Ministério Público nos Municípios.
O Princípio básico que deve nortear as condutas dos Agentes Públicos.
**-Sexta-feira: 12/06 Horário: 07:00 às 09:00 - Palestra**
A Comunicação Pública, clara e eficaz no exercício do Mandato
Troca de experiências, dúvidas, debates;
Integração de projetos;
Carga horária:10h/aulas.
Plantão de dúvidas das 09h00 ás 10h00.
Encerramento e entrega de certificados.

**Contato**
**Telefone: (61)98654-5280 (WhatsApp)**
**Investimento:** R$1.490,00 por participante
**Dados Bancários:**
Banco do Brasil
Agência: 2901-7
Conta Corrente: 51010-6
Instituto Ulysses Guimarães Ltda.
CNPJ:40.033.708/0001-63
**E-mail:** contato@institutoulyssesguimaraes.com.br
**Site:** http://institutoulyssesguimaraes.com.br/cursos
**Local: Hotel Laguna Plaza**
**Praça Central, 3ª Avenida, Avenida Contorno Ae 4 Núcleo Bandeirante, Brasília- DF**
**(61)2109 9600**

**Obs.: O Instituto Ulysses Guimarães se reserva no direito de cancelar os eventos, não se responsabilizando pela viagem sem inscrição antecipada.**

**Palestrantes:**







FLS 113

# BALIZAMENTO DE PREÇO

# Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
Coordenação do ISS

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal: 3035

| Data de Geração da NFS-e | Data de Competência | Código de Autenticidade | |
|---|---|---|---|
| 20/05/2026 09:40:11 | 20/05/2026 | 53001081240033708000163000000000303526051779280810 | |
| **Emitente da NFS-e** | **Número da DPS** | **Data Emissão da DPS** | **Série da DPS** |
| Prestador | | | |

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://iss.fazenda.df.gov.br/online/

## IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

**CNPJ/CPF/NIF:** 40.033.708/0001-63 **Inscrição Municipal:** 0802068300155 **Telefone:** (61)8654-5280
**Nome/Razão Social:** Instituto Ulysses Guimaraes Ltda
**Nome Fantasia:** Instituto Ulysses Guimaraes
**Endereço:** Sde Quadra 01 Conjunto e Lote 04 Apt 102 Parte C, 0 **CEP:** 72145-105
**Cidade:** Brasília **Estado/Prov./Reg.:** Distrito Federal **País:** Brasil
**E-mail:** lara.cont@hotmail.com
**Situação Simples Nacional:** Não Optante **Regime Apuração:** - **Regime Especial:** Nenhum

FLS. 44

## IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

**CNPJ/CPF/NIF:** 20.729.588/0001-26 **Inscrição Municipal:** **Telefone:** 3263-9000
**Nome/Razão Social:** CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINÓPOLIS
**Nome Fantasia:** CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINÓPOLIS
**Endereço:** Avenida 113, 682 **CEP:** 38360-000
**Cidade:** Capinópolis **Estado/Prov./Reg.:** Minas Gerais **País:** Brasil
**E-mail:** contabilidade@capinopolis.mg.leg.br

## INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

## DESTINATÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

## DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

**Cód. Trib. Nacional:** 17.24.01 **NBS:** 1.2205.14.00 **Atividade Municipal:** 17.24 - Apresentação de palestras, conferências, s...
**Local da Prestação:** Brasília - DF **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
**Vl. do Serviço:** R$ 1.490,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
**Descrição do Serviço:** Participação no curso: 33º Simpósio de Gestão Pública, realizado em Brasília-DF, nos dias: 19 a 22 de maio de 2026.
Participante: LEANDRO LUIZ PEREIRA

## IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

**Tipo Tributação:** Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
**Município de Incidência:** Brasília - DF **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$ 0,00
**Base de Cálculo:** R$ 1.490,00 **Alíquota:** 2% **Vl. ISSQN:** R$ 29,80

## TRIBUTAÇÃO NACIONAL

**CST:** Operação Tributável com Alíquota Básica
**Tipo de Retenção:** PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
**Vl. CSLL:** - **Vl. IRRF:** R$ 71,52 **Vl. CP Retido:** -

## IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

**Cód. Ind. Op.:** - **Classif. Tributária:** - **Situação Tributária:** -
**Município de Incidência:** - **Tipo de Operação:** -
**Tipo de Ente Governamental:** - **Perc. Red. Compra Gov.:** - **Base de Cálculo:** -

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Alíq. CBS:** - | **Perc. Red. Alíq. CBS:** - | **Alíq. Efet. CBS:** - | **Valor CBS:** - |
| **Alíq. IBS Est.:** - | **Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** - | **Alíq. Efet. IBS Est.:** - | **Valor IBS Est.:** - |
| **Alíq. IBS Mun.:** - | **Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** - | **Alíq. Efet. IBS Mun.:** - | **Valor IBS Mun.:** - |

**Cód. Créd. Pres.:** **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
**Vl. do Créd. Pres. (CBS):** - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

**Classif. Tributária Regular:** - **Situação Tributária Regular:** -
**Aliq. Efet. Regular - CBS:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
**Valor CBS:** - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

| Total de Retenção | Valor Total do CBS | Valor Total do IBS | Valor Total Líquido | Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS |
|---|---|---|---|---|
| R$ 71,52 | - | - | R$ 1.418,48 | - |

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

• PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

# Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Coordenação do ISS

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

Número da Nota Fiscal: 3030

| Data de Geração da NFS-e | Data de Competência | Código de Autenticidade |
|---|---|---|
| 20/05/2026 08:58:58 | 20/05/2026 | 53001081240033708000163000000000303026051779278338 |

| Emitente da NFS-e | Número da DPS | Data Emissão da DPS | Série da DPS |
|---|---|---|---|
| Prestador | | | |

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://iss.fazenda.df.gov.br/online/

## IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

**CNPJ/CPF/NIF:** 40.033.708/0001-63 **Inscrição Municipal:** 0802068300155 **Telefone:** (61)8654-5280
**Nome/Razão Social:** Instituto Ulysses Guimaraes Ltda
**Nome Fantasia:** Instituto Ulysses Guimaraes
**Endereço:** Sde Quadra 01 Conjunto e Lote 04 Apt 102 Parte C, 0 **CEP:** 72145-105
**Cidade:** Brasília **Estado/Prov./Reg.:** Distrito Federal **País:** Brasil
**E-mail:** lara.cont@hotmail.com
**Situação Simples Nacional:** Não Optante **Regime Apuração:** - **Regime Especial:** Nenhum

## IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

**CNPJ/CPF/NIF:** 19.704.824/0001-70 **Inscrição Municipal:** **Telefone:**
**Nome/Razão Social:** CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA
**Nome Fantasia:** CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA
**Endereço:** Avenida Rodoviária, 124 **CEP:** 33239-102
**Cidade:** Lagoa Santa **Estado/Prov./Reg.:** Minas Gerais **País:** Brasil
**E-mail:** financeiro@cmlagoasanta.mg.gov.br

## INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

## DESTINATÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

## DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

**Cód. Trib. Nacional:** 17.24.01 **NBS:** 1.2205.14.00 **Atividade Municipal:** 17.24 - Apresentação de palestras, conferências, s...
**Local da Prestação:** Brasília - DF **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
**Vl. do Serviço:** R$ 1.490,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
**Descrição do Serviço:** Participação no curso: 33º Simpósio de Gestão Pública, realizado em Brasília-DF, nos dias: 19 a 22 de maio de 2026.
Participante: MARCELO SILVA MONTEIRO

## IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

**Tipo Tributação:** Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
**Município de Incidência:** Brasília - DF **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$ 0,00
**Base de Cálculo:** R$ 1.490,00 **Alíquota:** 2% **Vl. ISSQN:** R$ 29,80

## TRIBUTAÇÃO NACIONAL

**CST:** Operação Tributável com Alíquota Básica
**Tipo de Retenção:** PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
**Vl. CSLL:** - **Vl. IRRF:** R$ 71,52 **Vl. CP Retido:** -

## IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

**Cód. Ind. Op.:** - **Classif. Tributária:** - **Situação Tributária:** -
**Município de Incidência:** - **Tipo de Operação:** -
**Tipo de Ente Governamental:** - **Perc. Red. Compra Gov.:** - **Base de Cálculo:** -

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Alíq. CBS:** - | **Perc. Red. Alíq. CBS:** - | **Alíq. Efet. CBS:** - | **Valor CBS:** - |
| **Alíq. IBS Est.:** - | **Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** - | **Alíq. Efet. IBS Est.:** - | **Valor IBS Est.:** - |
| **Alíq. IBS Mun.:** - | **Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** - | **Alíq. Efet. IBS Mun.:** - | **Valor IBS Mun.:** - |

**Cód. Créd. Pres.:** **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
**Vl. do Créd. Pres. (CBS):** - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

**Classif. Tributária Regular:** - **Situação Tributária Regular:** -
**Alíq. Efet. Regular - CBS:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
**Valor CBS:** - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

| Total de Retenção | Valor Total do CBS | Valor Total do IBS | Valor Total Líquido | Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS |
|---|---|---|---|---|
| R$ 71,52 | - | - | R$ 1.418,48 | - |

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

• PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

# Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Coordenação do ISS

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

Número da Nota Fiscal: 3029

| Data de Geração da NFS-e | Data de Competência | Código de Autenticidade | |
|---|---|---|---|
| 20/05/2026 08:48:23 | 20/05/2026 | 53001081240033708000163000000000302926051779277706 | |
| **Emitente da NFS-e** | **Número da DPS** | **Data Emissão da DPS** | **Série da DPS** |
| Prestador | | | |

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://iss.fazenda.df.gov.br/online/

## IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

**CNPJ/CPF/NIF:** 40.033.708/0001-63 **Inscrição Municipal:** 0802068300155 **Telefone:** (61)8654-5280
**Nome/Razão Social:** Instituto Ulysses Guimaraes Ltda
**Nome Fantasia:** Instituto Ulysses Guimaraes
**Endereço:** Sde Quadra 01 Conjunto e Lote 04 Apt 102 Parte C, 0 **CEP:** 72145-105
**Cidade:** Brasília **Estado/Prov./Reg.:** Distrito Federal **País:** Brasil
**E-mail:** lara.cont@hotmail.com
**Situação Simples Nacional:** Não Optante **Regime Apuração:** - **Regime Especial:** Nenhum

FL 446

## IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

**CNPJ/CPF/NIF:** 04.437.875/0001-06 **Inscrição Municipal:** **Telefone:** (34)3421-2400
**Nome/Razão Social:** CAMARA MUNICIPAL DE FRUTAL
**Nome Fantasia:**
**Endereço:** Rua Osvaldo Cruz, 688 **CEP:** 38200-186
**Cidade:** Frutal **Estado/Prov./Reg.:** Minas Gerais **País:** Brasil
**E-mail:** contabilidade@camarafrutal.mg.gov.br

## INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

## DESTINATÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

## DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

**Cód. Trib. Nacional:** 17.24.01 **NBS:** 1.2205.14.00 **Atividade Municipal:** 17.24 - Apresentação de palestras, conferências, s...
**Local da Prestação:** Brasília - DF **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
**Vl. do Serviço:** R$ 13.410,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
**Descrição do Serviço:** Participação no curso: 33º Simpósio de Gestão Pública, realizado em Brasília-DF, nos dias: 19 a 22 de maio de 2026. Participantes: ALEXANDRE JOSÉ BRAZ, EDSON SILVA ALVES, EDUARDO RODRIGUES VITÓRIA, JOSÉ ADÃO DA SILVA, JONH KENNEDY MENDONÇA, LUCAS VICTOR BORGES, LUIS LOIOLA MAIA, MAIZA SIGNORELLI NUNES, MARÇA JANETTE COSTA DA SILVA.

## IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

**Tipo Tributação:** Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
**Município de Incidência:** Brasília - DF **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$ 0,00
**Base de Cálculo:** R$ 13.410,00 **Alíquota:** 2% **Vl. ISSQN:** R$ 268,20

## TRIBUTAÇÃO NACIONAL

**CST:** Operação Tributável com Alíquota Básica
**Tipo de Retenção:** PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
**Vl. CSLL:** - **Vl. IRRF:** R$ 643,68 **Vl. CP Retido:** -

## IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

**Cód. Ind. Op.:** - **Classif. Tributária:** - **Situação Tributária:** -
**Município de Incidência:** - **Tipo de Operação:** -
**Tipo de Ente Governamental:** - **Perc. Red. Compra Gov.:** - **Base de Cálculo:** -

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Alíq. CBS:** - | **Perc. Red. Alíq. CBS:** - | **Alíq. Efet. CBS:** - | **Valor CBS:** - |
| **Alíq. IBS Est.:** - | **Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** - | **Alíq. Efet. IBS Est.:** - | **Valor IBS Est.:** - |
| **Alíq. IBS Mun.:** - | **Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** - | **Alíq. Efet. IBS Mun.:** - | **Valor IBS Mun.:** - |

**Cód. Créd. Pres.:** **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
**Vl. do Créd. Pres. (CBS):** - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

**Classif. Tributária Regular:** - **Situação Tributária Regular:** -
**Alíq. Efet. Regular - CBS:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
**Valor CBS:** - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

| Total de Retenção | Valor Total do CBS | Valor Total do IBS | Valor Total Líquido | Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS |
|---|---|---|---|---|
| R$ 643,68 | - | - | R$ 12.766,32 | - |

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

• PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

# Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Coordenação do ISS

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

Número da Nota Fiscal: 3028

| Data de Geração da NFS-e | Data de Competência | Código de Autenticidade | |
|---|---|---|---|
| 20/05/2026 08:24:08 | 20/05/2026 | 53001081240033708000163000000000302826051779276242 | |
| **Emitente da NFS-e** | **Número da DPS** | **Data Emissão da DPS** | **Série da DPS** |
| Prestador | | | |

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://iss.fazenda.df.gov.br/online/

## IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

**CNPJ/CPF/NIF:** 40.033.708/0001-63 **Inscrição Municipal:** 0802068300155 **Telefone:** (61)8654-5280
**Nome/Razão Social:** Instituto Ulysses Guimaraes Ltda
**Nome Fantasia:** Instituto Ulysses Guimaraes
**Endereço:** Sde Quadra 01 Conjunto e Lote 04 Apt 102 Parte C, 0 **CEP:** 72145-105
**Cidade:** Brasília **Estado/Prov./Reg.:** Distrito Federal **País:** Brasil
**E-mail:** lara.cont@hotmail.com
**Situação Simples Nacional:** Não Optante **Regime Apuração:** - **Regime Especial:** Nenhum

FLS 4

## IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

**CNPJ/CPF/NIF:** 21.246.764/0001-31 **Inscrição Municipal:** **Telefone:** (34)3245-1367
**Nome/Razão Social:** CAMARA MUNICIPAL DE INDIANOPOLIS
**Nome Fantasia:** CAMARA MUNICIPAL DE INDIANOPOLIS
**Endereço:** Avenida Tiradentes, 207 - centro **CEP:** 38490-000
**Cidade:** Indianópolis **Estado/Prov./Reg.:** Minas Gerais **País:** Brasil
**E-mail:** contato@camaraindianopolis.mg.gov.br

## INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

## DESTINATÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

## DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

**Cód. Trib. Nacional:** 17.24.01 **NBS:** 1.2205.14.00 **Atividade Municipal:** 17.24 - Apresentação de palestras, conferências, s...
**Local da Prestação:** Brasília - DF **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
**Vl. do Serviço:** R$ 7.450,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
**Descrição do Serviço:** Participação no curso: 33º Simpósio de Gestão Pública, realizado em Brasília-DF, nos dias: 19 a 22 de maio de 2026. Participantes: CLODOALDO JOSÉ BORGES, JANÍZIO MOACIR VAZ DE RESENDE, JOSÉ RICARDO OLIVEIRA, LEONARDO ALVES VIEIRA, MARCOS TÚLIO DA SILVA.

## IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

**Tipo Tributação:** Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
**Município de Incidência:** Brasília - DF **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$ 0,00
**Base de Cálculo:** R$ 7.450,00 **Alíquota:** 2% **Vl. ISSQN:** R$ 149,00

## TRIBUTAÇÃO NACIONAL

**CST:** Operação Tributável com Alíquota Básica
**Tipo de Retenção:** PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
**Vl. CSLL:** - **Vl. IRRF:** R$ 357,60 **Vl. CP Retido:** -

## IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

**Cód. Ind. Op.:** - **Classif. Tributária:** - **Situação Tributária:** -
**Município de Incidência:** - **Tipo de Operação:** -
**Tipo de Ente Governamental:** - **Perc. Red. Compra Gov.:** - **Base de Cálculo:** -

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Alíq. CBS:** - | **Perc. Red. Alíq. CBS:** - | **Alíq. Efet. CBS:** - | **Valor CBS:** - |
| **Alíq. IBS Est.:** - | **Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** - | **Alíq. Efet. IBS Est.:** - | **Valor IBS Est.:** - |
| **Alíq. IBS Mun.:** - | **Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** - | **Alíq. Efet. IBS Mun.:** - | **Valor IBS Mun.:** - |

**Cód. Créd. Pres.:** **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
**Vl. do Créd. Pres. (CBS):** - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

**Classif. Tributária Regular:** - **Situação Tributária Regular:** -
**Alíq. Efet. Regular - CBS:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
**Valor CBS:** - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

| Total de Retenção | Valor Total do CBS | Valor Total do IBS | Valor Total Líquido | Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS |
|---|---|---|---|---|
| R$ 357,60 | - | - | R$ 7.092,40 | - |

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

• PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

FLS 148

# DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇO

## DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PRECOS

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - "45° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA":

| ITEM | COD. TCE | DESCRIÇÃO DO ITEM | UND | QTD | Proposta | Preços Públicos Obtidos | | | | | | Média de todos os valores obtidos (R$) | Mediana de todos os valores obtidos (R$) | Valor Método Sugerido Unitário Final (R$) | Valor Método Sugerido Total Final (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | **Empresa:** Instituto Ulysses Guimarães Ltda **CNPJ:** 40.033.708/0001-63 | **Orgão:** Câmara Municipal de Indianópolis/MG **NFS:** 3028 | **Orgão:** Câmara Municipal de Frutal/MG **NFS:** 3029 | **Orgão:** Câmara Municipal de Lagoa Santa/MG **NFS:** 3030 | **Orgão:** Câmara Municipal de Capinópolis/MG **NFS:** 3035 | Radar TCE/MT | Painel de Preços (PP) | | | | |
| | | | | | VALOR UNIT. (R$) | VALOR UNIT. (R$) | | VALOR UNIT. (R$) | VALOR UNIT. (R$) | VALOR UNIT. (R$) | VALOR UNIT. (R$) | | | | |
| 1 | 00083842 | Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal - 45° Congresso de Gestão Pública, modalidade presencial, carga horária 10 h/aulas, data prevista: 09 a 12 de junho de 2026, Brasília-DF. | UNIDADE | 6 | 1.490,00 | 1.490,00 | 1.490,00 | 1.490,00 | 1.490,00 | - | - | 1.490,00 | 1.490,00 | **1.490,00** | **8.940,00** |
| **VALOR ESTIMADO TOTAL (R$)** | | | | | | | | | | | | | | | **8.940,00** |

Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 023/2025

Itiquira/MT, 29 de maio de 2026.

FLS. 150

# COMUNICAÇÃO INTERNA

**CI EA - N º 014/2026**

Itiquira-MT, 29 de maio de 2026.

DA: EQUIPE DE APOIO
PARA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SRA. MARIA ROSENY FARIAS LIMA
SECRETÁRIA.

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026.**

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e em resposta vossa a **CI SAD nº 126/2026**, encaminhar-lhe o Demonstrativo da Composição de Preços, devidamente pautado no Art. 23 da lei 14.133/2021, para atender o objeto abaixo:

**OBJETO**: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal – 45° congresso de gestão publica de a ser realizado de 09/06/2026 a 12/06/2026 – pelo instituto Ulisses Guimaraes em Brasilia DF

.

Solicito que o respectivo Demonstrativo da Composição de Preços e o Relatório Circunstanciado, sejam submetidos a Autoridade Competente para a devida apreciação e aprovação.

Caso a Autoridade Competente, adote posicionamento contrário ao sugerido do respectivo demonstrativo, sugere que a decisão seja formalmente registrada e anexada do respectivo processo.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 022/2026

ESTADO DE MATO GROSSO

# CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000593/2026

FLS 151

Número do processo: 000000593/2026 Número Único: MNR.AT2.AH9-GW

Requerente: EQUIPE DE APOIO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0100 - CÂMARA DE ITIQUIRA/MT

Localização Atual: [CÂMARA DE ITIQUIRA/MT]

Protocoloado por: melissabioto

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 29/05/2026

Assunto: PROCESSO ADMINISTRATIVO

Súmula: CI 014/2026 EA- PROCESSO ADMINISTRATIVO (Ativo)

Observação: Não Informado

Protocolado por: melissa bioto de aquino

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. 152

# RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

# RELATÓRIO TÉCNICO CIRCUNSTANCIADO DO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

**PROC ADM Nº 015/2026**
**INEXIGIBILIDADE N° 010/2026**

## 1.DENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente relatório refere-se ao processo de: **Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal - 45° Congresso de Gestão Pública, modalidade presencial, carga horária 10 h/aulas, data prevista: 09 a 12 de junho de 2026, Brasília-DF.**

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

1

A pretensa contratação está fundamentada na Lei nº 14.133/2021, artigo 74, abaixo transcrito:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; § 3° Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Resolução Interna nº 02/2023, de 13 de fevereiro de 2023, especialmente em seu Anexo V, que trata dos procedimentos administrativos para realização de pesquisa de preços.

Ainda que os entes subnacionais não estejam obrigados a observar a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) tem recomendado sua adoção por analogia, por meio de decisões e orientações técnicas.

Em especial, destaca-se a Decisão nº 1.1/2022 – Pleno do TCE-MT, na qual o Tribunal orienta os órgãos estaduais e municipais a utilizarem as diretrizes da referida Instrução Normativa como padrão metodológico mínimo, considerando sua adequação técnica à estimativa de preços e à eficiência dos processos de contratação pública.

## 3. METODOLOGIA

Se tratando de inexigibilidade, o balizamento foi realizado a partir da proposta apresentada pela empresa para a Câmara Municipal de Itiquira e contratações entre outros órgãos públicos junto a futura contratada, para o mesmo objeto, conforme abaixo citado:

a) **Cotação/Proposta da Empresa:** A empresa encaminhou proposta com valor global de R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais), para 04 (quatro) inscrições, no valor individual de R$ 1.490,00 (mil e quatrocentos e noventa reais), por participante.

b) **Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos**, contratações entre outros órgãos públicos junto a futura contratada, emitidos no período de até **1 (um) ano** anterior à data da autorização da inexigibilidade:

- **Nota Fiscal nº 3028 do Órgão: Câmara Municipal de Indianópolis-MG**, CNPJ: 21.246.764/0001-31 – Data da Emissão: 20/05/2026, Valor da Contratação R$ 7.450,00 (sete mil, quatrocentos e cinquenta reais), Número de participantes 05 (cinco). Valor individual da inscrição R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais). Empresa Contratada: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA - CNPJ: 40.033.708/0001-63.

- **Nota Fiscal nº 3029 do Órgão: Câmara Municipal de Frutal-MG**, CNPJ: 04.437.875/0001-06 – Data da Emissão: 20/05/2026, Valor da Contratação R$ 13.410,00 (treze mil, quatrocentos e dez reais), Número de participantes 09 (nove). Valor individual da inscrição R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais). Empresa Contratada: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA - CNPJ: 40.033.708/0001-63.

- **Nota Fiscal nº 3030 do Órgão: Câmara Municipal de Lagoa Santa-MG**, CNPJ: 19.704.824/0001-70 – Data da Emissão: 20/05/2026, Valor da Contratação R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais), Número de participantes 01 (um). Valor individual da inscrição R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais). Empresa Contratada: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA - CNPJ: 40.033.708/0001-63.

- **Nota Fiscal nº 3035 do Órgão: Câmara Municipal de Capinópolis-MG**, CNPJ: 20.729.588/0001-26 – Data da Emissão: 20/05/2026, Valor da Contratação R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais), Número de participantes 01 (um).

Valor individual da inscrição R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais). Empresa Contratada: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA - CNPJ: 40.033.708/0001-63.

Ressalta-se que, nas Contratações acima citadas, se tratam do mesmo objeto, e do mesmo evento. Ofertados pela empresa da contratação ora pretendida, apresentando valores compatíveis.

## 4. TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS

Foram utilizadas **4 fontes de pesquisa de preços**, em conformidade com o **art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021**, que estabelece como quantitativo mínimo a coleta de **três preços,** visando assegurar maior confiabilidade e representatividade na definição do valor de referência.

Os preços obtidos foram organizados em planilha e submetidos a tratamento estatístico, com cálculo de média, considerando preço do próprio fornecedor, supra citado, pela natureza da contratação – Inexigibilidade.

3

A aplicação desses critérios visa assegurar a escolha da medida de tendência central mais adequada para estimativa do valor de referência.

A tabela a seguir resume os dados coletados:

| Fonte | Valor (R$) por inscrição |
|---|---|
| 1 | 1.490,00 |
| 2 | 1.490,00 |
| 3 | 1.490,00 |
| 4 | 1.490,00 |
| 5 | 1.490,00 |

**Parâmetros estatísticos calculados por inscrição:**

- Média: **R$ 1.490,00**
- Mediana: **R$ 1.490,00**
- Proposta **R$ 1.490,00** - O valor proposto na proposta da empresa, por inscrição

## 5.SUGESTÃO DO VALOR ESTIMADO

- Diante da análise estatística apresentada, obteve os valores:

- Média: **R$ 1.490,00**
- Mediana: **R$ 1.490,00**
- Proposta R$ **1.490,00** - O valor proposto na proposta da empresa, por inscrição

Diante da análise estatística realizada, supra citada, sugere-se para a contratação o valor apresentado pela empresa Instituto Ulysses Guimarães Ltda, para a Câmara Municipal de Itiquira, totalizando o valor global de $ 8.940,00 (OITO MIL, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS), para 06 (SEIS) inscrições, resultando no valor individual R$ 1.490,00 (mil e quatrocentos e noventa reais), por participante, tendo em vista ser mais vantajoso do que Média ou Mediana.

***Obs.:*** *O valor final foi arredondado para duas casas decimais, a fim de evitar divergências geradas por frações decimais nas fórmulas e garantir maior precisão na estimativa.*

## 6.DO ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE



Finaliza-se a presente peça técnica em conformidade com as normas vigentes, submetendo-se à apreciação e aprovação da Autoridade Competente (presidente) para deliberação, nos termos da Resolução nº 02/2023, Anexo V, art. 8º, §1º.

Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter estimativo, fundamentados na análise técnica realizada. Caso a Administração opte pela adoção de metodologia diversa da aqui sugerida como, por exemplo, a média aritmética ou outro critério de cálculo permitido, de acordo com IN SEGES/ME nº 65/2021, art. 6º, § 1º, solicita-se que tal decisão seja formalmente registrada antes do encaminhamento ao setor de compras (agente de contratação).

Se aprovado o valor sugerido, solicita-se, igualmente, que tal valor seja expressamente registrado na autorização do gestor competente, de forma a respaldar a continuidade do procedimento.

Na ausência de manifestação expressa, entender-se-á como tacitamente aprovada a metodologia ora proposta.

Por fim, recomenda-se o encaminhamento dos autos à Assessoria Jurídica para análise quanto à regularidade da pesquisa de preços e emissão de parecer, caso identifique eventuais riscos ou inconsistências.

Itiquira/MT, 29 de maio de 2026.

Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 022/2026

FLS 157

# DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FLS. 158

# PARECER CONTÁBIL Nº 032/2026
# DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**PROTOCOLO NÚMERO ÚNICO W7W.0GP.FPO-VA DE 29/05/2026**
**ORIGEM: CI 117/2026 – SAD**

Prezada Senhora,

Em atenção ao despacho supra citado, expedido por vossa senhoria e após análise, do contido na comunicação interna do órgão solicitante, informo-lhe a **EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS,** para assegurar o pagamento da obrigação, para atender o objeto abaixo:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 45º CONGRESSO DE GESTÃO PUBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H, PREVISTO PARA OS DIAS 09/06/2026 A 12/06/2026, BRASÍLIA-DF.**

**FICHA: 08**

| | | |
|---|---|---|
| ÓRGÃO | CÂMARA MUNICIPAL | 01 |
| UNIDADE | CÂMARA MUNICIPAL | 001 |
| FUNÇÃO | LEGISLATIVA | 1 |
| SUBFUNÇÃO | AÇÃO LEGISLATIVA | 31 |
| PROGRAMAS | PROCESSO LEGISLATIVO | 0001 |
| PROJETO / ATIVIDADE | CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO | 2.189 |
| NATUREZA DA DESPESA | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.3.90.00.00.00.00.00 |

**SALDO ESTIMADO A EMPENHAR: R$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais).**
**SALDO ATUAL DA FICHA:** R$ 100.713,00 (cem mil, setecentos e treze reais).

Itiquira-MT., 29 de maio de 2026.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Matrícula Funcional: 527
Portaria Legislativa 005/2025

FLS 159

# DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

FLS 160

# DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA Nº 017/2026

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 45º CONGRESSO DE GESTÃO PUBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H, PREVISTO PARA OS DIAS 09/06/2026 A 12/06/2026, BRASÍLIA-DF.**

Eu, Sarah da Costa Rosa, no exercício do Cargo de Assessora Contábil, matrícula funcional 527, CPF 018.***.***81, nos termos do Art. 18 da Lei 14.133/2021, do Art. 72, IV, da Lei 14.133/2021, declaro que há dotação orçamentária suficiente para a cobertura da despesa que se pretende realizar, conforme objeto acima citado, no valor estimado de total de **R$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais),** por meio das seguintes dotações orçamentárias:

**FICHA: 08**

| | | |
|---|---|---|
| ÓRGÃO | CÂMARA MUNICIPAL | 01 |
| UNIDADE | CÂMARA MUNICIPAL | 001 |
| FUNÇÃO | LEGISLATIVA | 1 |
| SUBFUNÇÃO | AÇÃO LEGISLATIVA | 31 |
| PROGRAMAS | PROCESSO LEGISLATIVO | 0001 |
| PROJETO / ATIVIDADE | CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO | 2.189 |
| NATUREZA DA DESPESA | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.3.90.00.00.00.00.00 |

**SALDO ESTIMADO A EMPENHAR: R$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais).**
**SALDO ATUAL DA FICHA:** R$ 100.713,00 (cem mil, setecentos e treze reais).

Sendo a expressão da verdade e para que surta efeitos legais, firmo a presente declaração.

Itiquira-MT., 29 de maio de 2026.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Portaria Legislativa 005/2025

# Estado de Mato Grosso
## CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA
Controle da Despesa Orçamentária - Período de 01/01/2026 a 29/05/2026

FLS 161

| Cadastro | Descrição | Código |
|---|---|---|
| **Entidade:** | **CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA** | |
| Despesa: | | 8 |
| Orgão: | CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA | 01 |
| Unidade: | CÂMARA MUNICIPAL | 001 |
| Função: | LEGISLATIVA | 1 |
| Subfunção: | AÇÃO LEGISLATIVA | 31 |
| Programas: | PROCESSO LEGISLATIVO | 0001 |
| Projeto / Atividade: | CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO | 2.189 |
| Natureza da Despesa: | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.3.90.00.00.00.00.00 |

| Recurso | Dotação Inicial | Empenhado | Suplementado | Bloqueio | Desbloqueio | Saldo da Despesa |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.500.0000000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | | | | | | |
| | 160.000,00 | 59.287,00 | 0,00 | 68.826,00 | 68.826,00 | 100.713,00 |
| **Saldo da Dotação** | 160.000,00 | 59.287,00 | 0,00 | 68.826,00 | 68.826,00 | 100.713,00 |

SARAH DA COSTA ROSA
***.***.561-**
Assessora Contábil

FLS 462

## COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 127/2026 Itiquira - MT, 29 de maio de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Para: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
SRA. SARAH DA COSTA ROSA
ASSESSORA CONTÁBIL

**Assunto: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e solicitar de V.Sa., parecer contábil e declaração de disponibilidade de dotação orçamentária, para cobertura despesa, com capacitação de pessoal, junto a empresa: Instituto Ulysses Guimarães Ltda, CNPJ 40.033.708/0001-63, para atender o objeto abaixo citado, nas seguintes condições:

**OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal "45° Congresso de Gestão Pública, modalidade: presencial, carga horária: 10 h/aulas, data prevista: 09 a 12 de maio de 2026, local: Brasília-DF.**

| | |
|---|---|
| Processo Administrativo | Nº 015/2026 |
| Inexigibilidade | Nº 010/2026 |
| Quantidade de Participantes | 06 (seis)<br>Vereadores: João Neto da Silva, Franciano Gonçalves Menezes de Jesus, Francisco José Pinheiro Jota, José Carlos a Batista e Silvane Tunes Leite, Jefferson Ramos |
| Valor Individual da inscrição | R$ 1.490,00 (um mil quatrocentos e noventa reais). |
| Valor Global da Despesa | R$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta e nove reais) |

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

# PODER LEGISLATIVO
## Câmara Municipal de Itiquira - Mato Grosso

# DEMONSTRATIVO DA COMPOSICÃO DE PRECOS

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - "45° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA":

| | | | | Proponente | Preços Públicos Obtidos | | | | | | Média de todos os valores obtidos (R$) | Mediana de todos os valores obtidos (R$) | Valor Método Sugerido Unitário Final (R$) | Valor Método Sugerido Total Final (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **Empresa:** Instituto Ulysses Guimarães Ltda **CNPJ:** 40.033.708/0001-63 | **Orgão:** Câmara Municipal de Indianópolis/MG **NFS:** 3028 | **Orgão:** Câmara Municipal de Frutal/MG **NFS:** 3029 | **Orgão:** Câmara Municipal de Lagoa Santa/MG **NFS:** 3030 | **Orgão:** Câmara Municipal de Capinópolis/MG **NFS:** 3035 | **Radar TCE/MT** | **Painel de Preços (PP)** | | | | |
| | | | | **VALOR UNIT. (R$)** | **VALOR UNIT. (R$)** | | **VALOR UNIT. (R$)** | **VALOR UNIT. (R$)** | **VALOR UNIT. (R$)** | **VALOR UNIT. (R$)** | | | | |
| 1 | 00083842 | Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal - 45° Congresso de Gestão Pública, modalidade presencial, carga horária 10 h/aulas, data prevista: 09 a 12 de junho de 2026, Brasília-DF. | UNIDADE | 6 | 1.490,00 | 1.490,00 | 1.490,00 | 1.490,00 | 1.490,00 | - | - | 1.490,00 | 1.490,00 | 1.490,00 | 8.940,00 |
| **VALOR ESTIMADO TOTAL (R$)** | | | | | | | | | | | | | | **8.940,00** |

Itiquira/MT, 29 de maio de 2026.

Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 023/2025

ESTADO DE MATO GROSSO

# CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001012

FLS 169

Número do processo: 000001012 Número Único: W7W.0GP.FPO-VA

Requerente: SECRETARIA DE ADIMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0100 - CÂMARA DE ITIQUIRA/MT

Localização Atual: [CÂMARA DE ITIQUIRA/MT]

Protocoloado por: melissabioto

tuação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 29/05/2026

Assunto: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Súmula: CI SAD 127/2026 - -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Observação: Não Informado

Protocolado por: melissa bioto de aquino

Interessado: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

FLS 165

**DPTO.CONT.CI Nº 119/2026** Itiquira-MT, 29 de maio de 2026.

Do: Departamento de Contabilidade

Para: **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**MARIA ROSENY FARIAS LIMA**

**Assunto: RESPOSTA CI SAD – Nº 127/2026.**

Prezada Senhora,

Vimos pela presente cumprimentá-la cordialmente e em resposta a vossa comunicação interna em epígrafe, confirmar a existência de dotação orçamentária para cobertura do objeto abaixo descrito, valor total estimado de: **R$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais),** conforme parecer contábil e anexo.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 45º CONGRESSO DE GESTÃO PUBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H, PREVISTO PARA OS DIAS 09/06/2026 A 12/06/2026, BRASÍLIA-DF.**

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Matrícula Funcional: 527
Portaria Legislativa 005/2025

Recebi em 29/05/2026

Anexo:
Parecer Contábil;
Declaração de compatibilidade com peças orçamentárias.

FLS 166

# AUTORIZAÇÃO FINAL
# DO GESTOR

FLS 161

# AUTORIZAÇÃO

Eu, Ediomar Gobbi, matrícula funcional 553, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, com base no uso das prerrogativas que me confere a Lei, **AUTORIZO** a Conclusão do **Processo Administrativo nº 015/2026, Inexigibilidade Nº 10/2026**, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de serviços de capacitação de pessoal, 45º Congresso de Gestão Pública, com base na Lei Federal 14.133/2021 e normas internas, a ser ministrado pela empresa **Instituto Ulysses Guimarães Ltda**, Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimarães, CNPJ 40.033.708/0001-63 estabelecido Q SDE, quadra 01, conjunto E, lote nº 04, Apt. 102, parte C, CEP 72.145-105, Bairro setor de desenvolvimento econômico (Taguatinga), Brasília-DF. Telefone: (61) 8654-5280, Email: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br, Responsável Legal: Ana Maria Lemos Terra de Rezende (sócia administradora), no Valor Global Máximo de R$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais), para o pagamento de 06 (seis) inscrições, conforme apurado pela equipe de apoio e descrito no demonstrativo de composição de preços, anexo ao processo, para atender o objeto abaixo:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA. Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h, Data Prevista: 09 a 12 de 2026, Local: Brasília-DF.**

Itiquira-MT, 29 de maio de 2026.

**EDIOMAR GOBBI**
**Presidente**
**(Gestão 2025/2026)**

FLS 168

# MANIFESTAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

FLS 169

## ATA DA SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 015/2026**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 010/2026**

Em 01 de junho de 2026, às 10:00 (horário local), nas dependências da Câmara Municipal de Itiquira/MT, localizada na Rua João Batista Vidotti, 407, bairro Santo Antônio em Itiquira/MT, Eu, **Caroline de Oliveira Amaral,** matricula funcional 449, designada para atuar no Processo Administrativo supramencionado, conforme determinação da autoridade máxima do Poder Legislativo de Itiquira/MT, e em consonância com a Portaria Legislativa n° 021/2024, visando a realização da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 010/2026,** oriunda do processo administrativo n° 015/2026, em atendimento as disposições contidas na Lei n° 14.133/21, anexo I da Resolução Legislativa 002/2023 e demais legislações pertinentes, objetivando: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H DATA PREVISTA: 09 A 12 DE 2026. LOCAL: BRASÍLIA-DF**, fundamentações legais, razão da escolha da empresa justificada no termo de referência pela secretaria de administração Sra. Maria Roseny Farias Lima e a composição do preço estimado confeccionado pela equipe de apoio, devidamente balizado, assim como citado na página 149, tudo isso aliado às reais possibilidades orçamentárias e financeiras para a contratação e toda documentação juntada no auto do processo, conclui-se, no que compete a mim, agente de contratação, a manifestar que: Dando início a sessão, resta constar que a verificação da documentação de acordo com a Recomendação Legislativa 002/2023 da Controladoria Geral Legislativa desta Casa de Leis e conforme o artigo 9.12 do termo de referência, demonstrado abaixo:

| Seq. | Descrição da documentação | Páginas |
|---|---|---|
| 1 | Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica junto ao TCU Tribunal de Contas da União – data da consulta: 28/05/2026 às 12:56 | 114 |
| 2 | Certidão negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - data da consulta: 28/05/2026 às 12:56, n° de controle 6ª18.65C3.906B.C811 (nada consta) | 115 |
| 3 | Cartão CNPJ – Cadastro nacional de pessoal jurídica. (ativa) – emitido aos 28/05/2026 às 12:57 | 117 A 118 |
| 4 | Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – código de controle: AA23.902E.33D5.F164, emitida às 16:32:00 do dia 20/02/2026 com validade até 19/08/2026. Confirmação da autenticidade de certidões em 28/05/2026 às 11:58 | 120 A 121 |




Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
*"Plenário Adelino de Souza Campos"*

FLS 170

| | | |
|---|---|---|
| 5 | Certificado de Regularidade do FGTS – CRF. Certificação n° 2026051321335548410288 informação obtida em 28/05/2026 às 12:59 Válida até: 11/06/2026. | 122 A 124 |
| 6 | Certidão Negativa de Débitos Junto a Secretaria da Fazenda. Certidão n° 159111509082026 | 125 |
| 7 | Certidão Negativa de Débitos Trabalhista. – Certidão n° 50984056/2026, expedição: 28/05/2026 às 12:59 Válida até: 24/11/2026. | 126 |
| 8 | Certidão Negativa de Débitos Junto a Órgãos Públicos. Certidão n°: 181091871532026 | 127 |
| 9 | Consulta opção simples nacional (NÃO OPTANTE) data da consulta: 28/05/2026 às 13:03 | 130 |
| 10 | Confirmado endereço através de declaração | 132 |
| 11 | Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Administração Pública do TCE-MT (nada consta) – verificado: 28/05/2026 às 12:03 | 136 |
| 12 | Detalhamento da Penalidade - Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) (nada consta) – verificado: 28/05/2026 às 13:04 | 137 |

2

Em análise aos autos do processo constatou-se que a determinada contratação se encontra presente no Plano de Contratação Anual (PCA) aprovado pelo Decreto Legislativo n° 004/2025, Item 42, sequência 01, página 39, sendo assim, recomenda-se que o documento seja atualizado no prazo oportuno. Concluindo, após verificação do processo, que a empresa **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA,** Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimarães, CNPJ 40.033.708/0001-63, estabelecida na Q Sde Quadra 01 Conjunto e Lote, N° 04, Apt 102 parte C, CEP 72.145-105, Bairro: Setor de Desenvolvimento Econômico (Taguatinga), Brasilia-DF. Email: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br, Telefone (61) 8654-5280, encontra-se **REGULAR e HABILITADA,** para os fornecimentos do respectivo objeto no valor total de **R$ 8.940,00** (oito mil, novecentos e quarenta reais) Itiquira-MT, em 01 de junho de 2026. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL**
Agente de Contratação
Portaria n° 021/2024

FLS 171

**COMUNICAÇÃO INTERNA**

CI SAD 128/2026 Itiquira – MT, 29 de maio de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Para: UNIDADE DE COMPRAS
SRA. CAROLINE OLIVEIRA AMARAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO.**

Prezada Servidora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e encaminhar-lhe o Processo Administrativo Nº 015/2025, inexigibilidade nº 010/2026, objetivando contratação de empresa **Instituto Ulysses Guimarães Ltda**, Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimarães, CNPJ 40.033.708/0001-63, conforme objeto abaixo:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA. MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H, DATA PREVISTA: 09 A 12 DE 2026, LOCAL: BRASÍLIA-DF.**

| | |
|---|---|
| Processo Administrativo | Nº 015/2026 |
| Inexigibilidade | Nº 010/2026 |
| Quantidade de Participantes | 06 (seis) / Vereadores: **Franciano Gonçalves Menezes de Jesus, Francisco José Pinheiro Jota, Jefferson Ramos dos Santos, João Neto da Silva, José Carlos Batista, Silvane Tunes Leite.** |
| Valor Individual da inscrição | R$ 1.490,00 (mil e quatrocentos e noventa reais). |
| Valor Global da Despesa | R$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais). |

Solicito que após analise, que o processo supracitado, seja encaminhado a assessoria jurídica desta Casa para apreciação e parecer.

Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025



Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
*"Plenário Adelino de Souza Campos"*

ESTADO DE MATO GROSSO

# CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001015

FLS 17

Número do processo: 000001015 Número Único: DFU.JVT.W7G-QT

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: UNIDADE DE COMPRAS CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 01/06/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO

Observação: CI SAD 128/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: UNIDADE DE COMPRAS

Fls. 173

# PARECER JURÍDICO

FLS 171

**PARECER JURÍDICO LEGISLATIVO Nº 010/2026**

DE: ASSESSORIA JURÍDICA
Anfilófio Pereira Campos Sobrinho

PARA: GABINETE DO PRESIDENTE
Sr. Ediomar Gobbi

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO

Trata-se pedido de parecer jurídico conclusivo acerca da legalidade da contratação pela Câmara Municipal de Itiquira-MT, de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal – 45º Congresso de Gestão Pública, nos dias 09 a 12 de junho de 2026, para a inscrição de vereadores em congresso de capacitação e aperfeiçoamento presencial de 10 horas/aula, a ser realizado pelo Instituto Ulisses Guimarães, em Brasília-DF.

Pretende-se a contratação direta do particular por inexigibilidade de licitação (art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/21, pelo valor de R$8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais), valor este correspondente a 06 ( seis ) inscrições, com valor unitário de R$ 1.490,00 ( um mil, quatrocentos e noventa reais).

FLS 175

Constata-se a existência do requerimento dos vereadores para a participação no congresso de gestão pública, a autorização do gestor para início deste procedimento, justificativa da contratação, composição do preço, termo de referência e a necessidade de qualificação e atualização dos vereadores, bem como a existência de dotação orçamentária.

Verifica-se que a Lei 14.133/21 prevê nos artigos 72 seguintes, as hipóteses de contratação direta pela administração, que correspondem aos modelos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

Destaca-se que mesmo nos casos de inexigibilidade de licitação será efetuada através de um procedimento com a observância dos princípios que regem a administração Pública;

Vejamos o que dispõe o art. 74 da supracitada Lei:

> Art. 74. **É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**
>
> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
>
> II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
>
> **III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:**

FLS 176

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

**f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do **caput** deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

**§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.**

**§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a**

**atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade**.

§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do **caput** deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Assim, é imprescindível a existência de notória especialização por parte da empresa contratada, o que se faz necessária a comprovação.

Por seu turno, analisando os documentos constantes no procedimento, constatamos que os serviços prestados pela empresa são de grande relevância para as atividades a serem executadas, uma vez que proporcionarão o aperfeiçoamento esperado dos vereadores em suas atividades públicas e de grande relevância a toda comunidade itiquirense.

Neste sentido, anexou nos autos, juntamente com a proposta, o currículo dos palestrantes.

Em face de todo o exposto, registrando, ainda, a necessidade de constatação das certidões negativas necessárias quando da contratação, entendo que este procedimento está de acordo com a legislação vigente.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Itiquira, 02 de junho de 2026

Anfilófio Pereira Campos Sobrinho
Assessor Jurídico Port.02/2025
OAB/MT 5136

FLS 179

**UNIDADE DE COMPRAS**
**COMUNICAÇÃO INTERNA- N º 040/2026**

Itiquira-MT, 01 de junho de 2026.

**Da:** **UNIDADE DE COMPRAS**
**Para:** **ASSESSORIA JURÍDICA**
**ANFILOFIO PERERA CAMPOS SOBRINHO**
**ADVOGADO**

**Assunto:** **PROC.ADM. 015/2026.**

Vimos pelo presente para cumprimentá-lo cordialmente e encaminhar o processo de inexigibilidade de licitação n° 010/2026, oriundo do processo supracitado, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H DATA PREVISTA: 09 A 12 DE 2026. LOCAL: BRASÍLIA-DF**, devidamente justificado, para que seja submetido à parecer jurídico.

Após a vossa apreciação, solicito o encaminhamento do presente processo à Secretaria de Administração, para que sejam adotadas as devidas providências cabíveis.

Sem mais, coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Caroline de Oliveira Amaral
Agente de Contratação
Portaria Legislativa 021/2024

ESTADO DE MATO GROSSO

# CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000601/2026

FLS 180

Número do processo: 000000601/2026 Número Único: BOT.5F2.WDP-QY

Requerente: UNIDADE DE COMPRAS CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: ANFILÓFIO PEREIRA CAMPOS SOBRINHO CPF/CNPJ do Beneficiário: 014.934.361-20

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 01/06/2026

Assunto: PROCESSO

Súmula: PROCESSO ADM 015/2026

Observação: CI N° 040/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: ANFILÓFIO PEREIRA CAMPOS SOBRINHO

FLS 181

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI - AJL - 011/2026 Itiquira - MT, 02 de junho de 2026.

DA: ASSESSORIA JURÍDICA
Anfilófio Pereira Campos Sobrinho

PARA: GABINETE DO PRESIDENTE
Sr. Ediomar Gobbi

Prezado Presidente;

Vimos pelo presente encaminhar Parecer Jurídico Legislativo nº 010/2026, solicitado através da CI nº040/2026(unidade de compras), no tocante a legalidade do processo administrativo nº015/2026 (inexigibilidade nº 010/2026), para a contratação de curso de capacitação.

Sem mais para o momento, Subscrevo.

Atenciosamente,

Anfilófio Pereira Campos Sobrinho
Assessor Jurídico
Portaria 02/2025



Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
*"Plenário Adelino de Souza Campos"*

ESTADO DE MATO GROSSO

# CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000602/2026

FLS. 182

Número do processo: 000000602/2026 Número Único: DEV.GCC.OWC-ZR

Requerente: ANFILÓFIO PEREIRA CAMPOS SOBRINHO CPF/CNPJ do Requerente: 014.934.361-20

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 02/06/2026

Assunto: PARECER JURIDICO

Súmula: PARECER JURÍDICO LEGISLATIVO N° 010/2026

Observação: CI AJL 011/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

FLS 183

# VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA NO ATO DA HOMOLOGAÇÃO

FLS 184

# VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA, CONFORME RECOMENDAÇÃO LEGISLATIVA Nº 002/2023 DA CONTROLADORIA GERAL LEGISLATIVA

FLS 185

# CADASTROS IMPEDITIVOS

FLS 186

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

# Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 02/06/2026 09:50:24

**Informações da Pessoa Jurídica:**

Razão Social: **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**
CNPJ: **40.033.708/0001-63**

**Resultados da Consulta Eletrônica:**

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

FLS. 187

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (02/06/2026 às 09:51) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 40.033.708/0001-63.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A1E.D1CB.162C.8683 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FLS 188

# DOCUMENTOS DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES

FLS 189

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **40.033.708/0001-63**<br>**MATRIZ** | | **07/12/2020** |

NOME EMPRESARIAL
**INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES** | **ME** |

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL (*)
**85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS (*)
**Não informada**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
**206-2 - Sociedade Empresária Limitada**

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **Q SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE** | **04** | **APT 102 PARTE C** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **72.145-105** | **SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (TAGUATINGA)** | **BRASILIA** | **DF** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **CONTATO@INSTITUTOULYSSESGUIMARAES.COM.BR** | **(61) 8654-5280** |

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **07/12/2020** |

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

*(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **02/06/2026** às **09:51:55** (data e hora de Brasília).

FLS 190

# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

| | |
|---|---|
| **CNPJ:** | 40.033.708/0001-63 |
| **NOME EMPRESARIAL:** | INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA |
| **CAPITAL SOCIAL:** | R$ 10.000,00 (Dez mil reais) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **02/06/2026** às **09:52:21** (data e hora de Brasília).

FLS 191

# Condições de Dispensa de Licenciamento

**Estabelecimento:** 40.033.708/0001-63 - INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
**UF/Município:** DF/BRASILIA

| Órgão | Abrangência | Condições |
|---|---|---|
| Corpo de Bombeiros | FEDERAL | • Desde que as atividades sejam realizadas na residência do empreendedor, sem recepção de pessoas; ou em edificações diversas da residência, se a ocupação da atividade tiver ao todo até 200 m² (duzentos metros quadrados) e for realizada: em edificação que não tenha mais de 03 (três) pavimentos; em locais de reunião de público com lotação até 100 (cem) pessoas; em local sem subsolo com uso distinto de estacionamento; sem possuir líquido inflamável ou combustível acima de 1000 L (mil litros); e sem possuir gás liquefeito de petróleo (GLP) acima de 190 kg (cento e noventa quilogramas). |

FLS 192

# SITUAÇÃO FISCAL

FLS 193

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**
**CNPJ: 40.033.708/0001-63**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

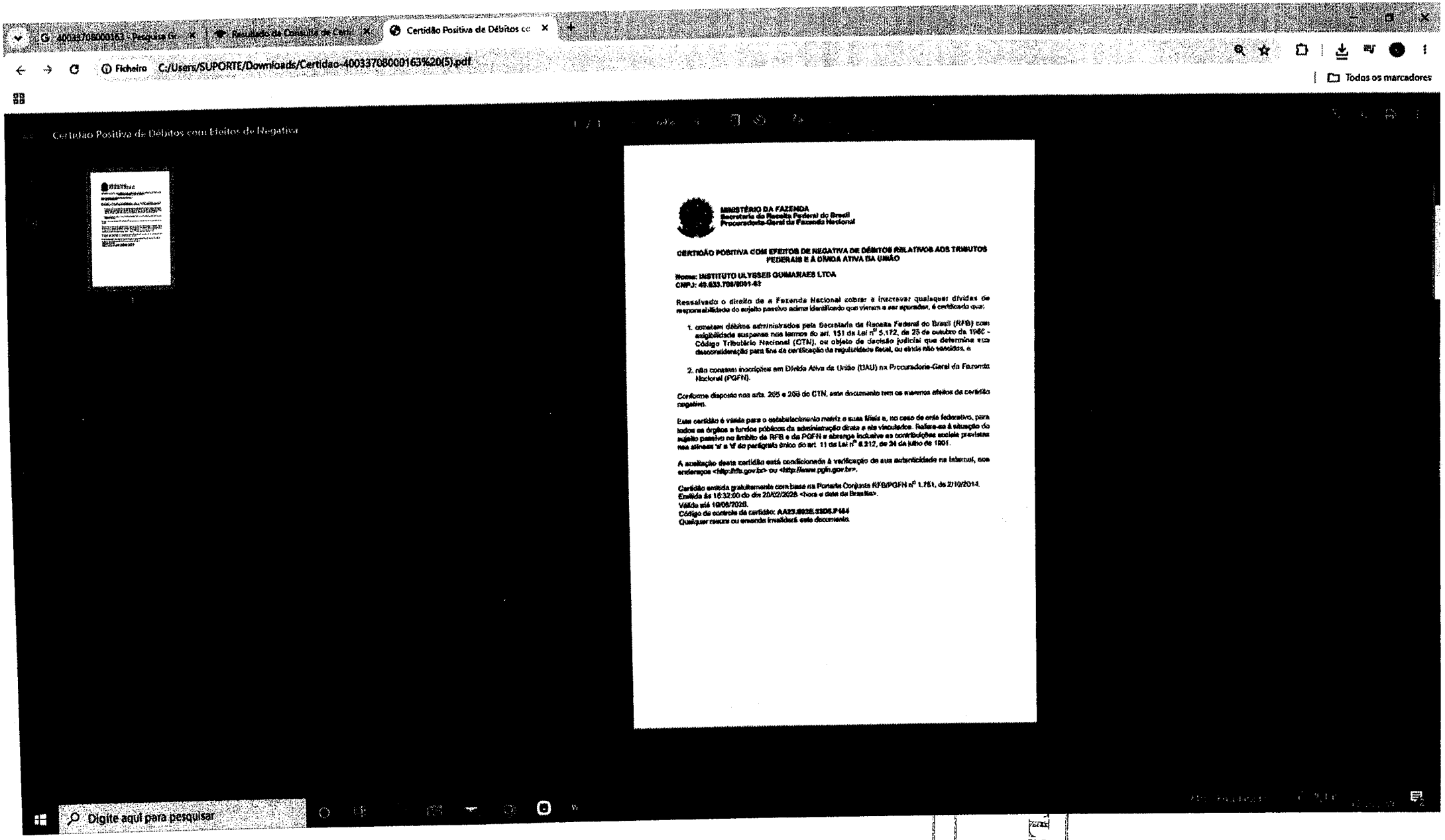
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:32:00 do dia 20/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2026.
Código de controle da certidão: **AA23.902E.33D5.F164**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.


Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa
MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
CNPJ: 40.633.708/0001-63
Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que,
1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação de regularidade fiscal, ou ainda não vencidos, e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta e a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:32:00 do dia 20/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2026.
Código de controle da certidão: AA23.8025.5305.F464
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Digite aqui para pesquisar

Voltar | Imprimir

FLS 195

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 40.033.708/0001-63

**Razão social:** INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

**Endereço:** Q 1 CO E 04 APT 102 PARTE C/ SETOR DE DESENVOLVI / BRASILIA / DF / 72145-105

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 13/05/2026 a 11/06/2026

**Certificação Número:** 2026051321335548410288

Informação obtida em 02/06/2026 09:54:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

# Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

**Inscrição:** 40.033.708/0001-63
**Razão social:** INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

| Data de Emissão/Leitura | Data de Validade | Número do CRF |
|---|---|---|
| 13/05/2026 | 13/05/2026 a 11/06/2026 | 2026051321335548410288 |
| 21/04/2026 | 21/04/2026 a 20/05/2026 | 2026042101055548410237 |
| 02/04/2026 | 02/04/2026 a 01/05/2026 | 2026040204185548410213 |
| 14/03/2026 | 14/03/2026 a 12/04/2026 | 2026031400595548410239 |
| 23/02/2026 | 23/02/2026 a 24/03/2026 | 2026022318435548410200 |
| 03/02/2026 | 03/02/2026 a 04/03/2026 | 2026020318365548410200 |
| 14/01/2026 | 14/01/2026 a 12/02/2026 | 2026011403125548410200 |
| 26/12/2025 | 26/12/2025 a 24/01/2026 | 20251226074255484102 71 |
| 06/12/2025 | 06/12/2025 a 04/01/2026 | 20251206070455484102 75 |
| 16/11/2025 | 16/11/2025 a 15/12/2025 | 2025111605005548410225 |
| 26/10/2025 | 26/10/2025 a 24/11/2025 | 2025102604345548410210 |
| 06/10/2025 | 06/10/2025 a 04/11/2025 | 2025100603525548410269 |
| 17/09/2025 | 17/09/2025 a 16/10/2025 | 2025091707325548410289 |
| 27/08/2025 | 27/08/2025 a 25/09/2025 | 2025082707205548410254 |
| 08/08/2025 | 08/08/2025 a 06/09/2025 | 2025080819005548410263 |
| 20/07/2025 | 20/07/2025 a 18/08/2025 | 2025072003205548410255 |
| 01/07/2025 | 01/07/2025 a 30/07/2025 | 2025070104275548410268 |
| 12/06/2025 | 12/06/2025 a 11/07/2025 | 2025061207255548410248 |
| 23/05/2025 | 23/05/2025 a 21/06/2025 | 2025052320405548410207 |
| 03/05/2025 | 03/05/2025 a 01/06/2025 | 2025050305015548410228 |
| 14/04/2025 | 14/04/2025 a 13/05/2025 | 2025041410295548410212 |
| 26/03/2025 | 26/03/2025 a 24/04/2025 | 2025032620225548410206 |
| 07/03/2025 | 07/03/2025 a 05/04/2025 | 2025030704145548410205 |
| 16/02/2025 | 16/02/2025 a 17/03/2025 | 2025021604175548410212 |
| 25/01/2025 | 25/01/2025 a 23/02/2025 | 2025012510415548410200 |
| 05/01/2025 | 05/01/2025 a 03/02/2025 | 2025010501035548410212 |
| 17/12/2024 | 17/12/2024 a 15/01/2025 | 2024121701355548410294 |
| 28/11/2024 | 28/11/2024 a 27/12/2024 | 2024112801475548410281 |
| 09/11/2024 | 09/11/2024 a 08/12/2024 | 2024110900585548410245 |
| 20/10/2024 | 20/10/2024 a 18/11/2024 | 2024102004595548410210 |
| 01/10/2024 | 01/10/2024 a 30/10/2024 | 2024100122115548410221 |

| Data de Emissão/Leitura | Data de Validade | Número do CRF |
|---|---|---|
| 12/09/2024 | 12/09/2024 a 11/10/2024 | 2024091208375548410242 |
| 24/08/2024 | 24/08/2024 a 22/09/2024 | 2024082405135548410285 |
| 04/08/2024 | 04/08/2024 a 02/09/2024 | 2024080404095548410265 |
| 16/07/2024 | 16/07/2024 a 14/08/2024 | 2024071622145548410202 |
| 27/06/2024 | 27/06/2024 a 26/07/2024 | 2024062721185548410227 |
| 08/06/2024 | 08/06/2024 a 07/07/2024 | 2024060804005548410252 |

FLS 197

Resultado da consulta em 02/06/2026 09:55:10

Voltar

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

FLS: 198

**CERTIDÃO Nº:** 161111633652026
**NOME:** INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
**ENDEREÇO:** SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04
**CIDADE:** SETOR DE DESENVOLVIME
**CNPJ:** 40.033.708/0001-63
**CF/DF** 0802068300155
**FINALIDADE:** JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.**
**Válida até 31 de agosto de 2026. ***

Certidão emitida via internet em 02/06/2026 às 09:55:57 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.033.708/0001-63
Certidão nº: 51966184/2026
Expedição: 02/06/2026, às 09:56:35
Validade: 29/11/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.033.708/0001-63, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

FLS 200

**CERTIDÃO Nº:** 161111636782026
**NOME:** INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
**ENDEREÇO:** SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04
**CIDADE:** SETOR DE DESENVOLVIME
**CNPJ:** 40.033.708/0001-63
**CF/DF** 0802068300155
**FINALIDADE:** VERIFICACAO DE DEBITOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.**
**Válida até 31 de agosto de 2026. ***

Certidão emitida via internet em 02/06/2026 às 10:16:47 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

# Consulta ao Cadastro do ISS

Portal da Receita - DF / SINTEGRA / Consulta ao Cadastro do ISS

FLS 201

## RESULTADO DA CONSULTA PÚBLICA AO CADASTRO DE ISS NO DISTRITO FEDERAL

**CNPJ:** 40.033.708/0001-63

| CFDF: | NOME: | QUALIFICAÇÃO: |
|---|---|---|
| 0802068300155 | INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA | Exclusivamente ISS |
| **ENDEREÇO:** | | **SITUAÇÃO:** |
| SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE 04 APT 102 PARTE C | | Ativo |

Detalhar

## DETALHAMENTO DA CONSULTA

### IDENTIFICAÇÃO

| | | | |
|---|---|---|---|
| **CNPJ/CPF:** | 40033708000163 | **CF/DF:** | 0802068300155 |
| **RAZÃO SOCIAL:** | INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA | | |
| **NOME FANTASIA:** | INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES | | |

### ENDEREÇO

| | | | |
|---|---|---|---|
| **LOGRADOURO:** | SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE 04 APT 102 PARTE C | | |
| **NÚMERO:** | | **COMPLEMENTO:** | |
| **BAIRRO:** | SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (TAGU | | |
| **MUNICÍPIO:** | BRASILIA | **UF:** | DF |
| **CEP:** | 72145105 | **TELEFONE:** | (35 ) 99248674 / (61 ) 86545280 |

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

| | |
|---|---|
| **ATIVIDADE PRINCIPAL:** | P859960400 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial |
| **ATIVIDADE SECUNDÁRIA:** | |
| **ENQUADRADO COMO:** | Normal |
| **SITUAÇÃO CADASTRAL:** | Ativo |
| **DATA DESSA SITUAÇÃO CADASTRAL:** | 07/12/2020 |
| **SITUAÇÃO SINTEGRA:** | Habilitado |

Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo contribuinte, estando sujeitos à posterior confirmação pelo Fisco.

Consulta realizada em 02 de Junho de 2026 às 09:28.

Voltar

Fls 202

# CONSULTA OPÇÃO SIMPLES NACIONAL

**Data da consulta:** 02/06/2026 09:58:22

## Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **40.033.708/0001-63**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**

FLS 203

## Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais Informações

Voltar | Gerar PDF

FLS 204

# GOOGLE MAPS

FLS 205

# DECLARAÇÃO

Eu, **Maria Roseny Farias Lima, matrícula** funcional 521, Secretaria de Administração, **DECLARO** que não foi encontrado no site: https://www.google.com.br/maps/preview localização da empresa **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**, CNPJ: 40.033.708/0001-63. Assim, para a devida comprovação, utilizou-se como referência o endereço constante na **Certidão Negativa de Débitos**, nº **161111636782026** emitida pelo Governo do Distrito Federal , consultada em 02/06/2026 a qual consta o seguinte endereço: **SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04 , SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (TAGUATINGA) – BRASÍLIA -DF.**

Sendo a expressão da verdade e para que surta efeitos legais, firmo a presente declaração.

Itiquira-MT,02 de junho de 2026.

**MARIA ROSENY FARIAS LIMA**
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

Fls 206

# CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS

# Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

FLS 207

## Cadastro de Empresas Inidôneas

### Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Admistração Pública do TCE-MT

* DATA DE ATUALIZAÇÃO: 02/06/2026 08:58

| CPF/CNPJ | Nome/Razão Social | UF | Data Inicial | Data Final | Prazo | Decisão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 34857667000127 | LIFE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA | TO | 13/11/2024 | 13/11/2026 | 2 anos | 171069/2020 |
| 51659341000104 | ROCHA BORGES ENGENHARIA CIVIL LTDA | MT | 02/06/2025 | 02/06/2030 | 5 anos | 1804979/2024 |

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

O portal do TCE-MT utiliza cookies para melhorar a sua experiência de navegação. Ao continuar navegando você concorda que o tratamento de dados será feito na forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os cookies, exceto os essenciais, necessitam de seu consentimento para serem executados. Para saber mais acesse nossas políticas

Aceitar

## DADOS ATUALIZADOS

*Dados atualizados até:* 29/05/2026

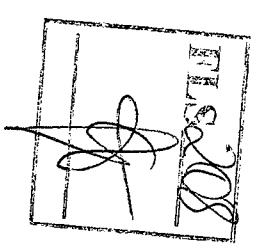
*Dados da consulta:* 02/06/2026 09:59:09

## FILTROS APLICADOS:

**Busca Livre:** 40033708000163

### Consulta

| CNPJ | NOME/RAZÃO SOCIAL/NOME FANTASIA | UF DO SANCIONADO | MOTIVO DO IMPEDIMENTO | ÓRGÃO SANCIONADOR | NÚMERO DO CONVÊNIO | QUANTIDADE |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | |



FLS 209

# TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

FLS 210

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

**Processo Administrativo Nº 015/2026**
**Inexigibilidade Nº 010/2026**

**RECONHEÇO E HOMOLOGO** com base na Lei Federal de Licitação 14.133/21, o processo de inexigibilidade de licitação nº 010/2026, oriundo do processo administrativo nº 15/2026, com fundamento no artigo 74, III, f, da lei 14.133/21, para a empresa **Instituto Ulysses Guimarães Ltda**, Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimarães, CNPJ 40.033.708/0001-63 estabelecido Q SDE, quadra 01, conjunto E, lote nº 04, Apt. 102, parte C, CEP 72.145-105, Bairro setor de desenvolvimento econômico (Taguatinga), Brasília-DF. Telefone: (61) 8654-5280, Email: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br, Responsável Legal: Ana Maria Lemos Terra de Rezende (sócia administradora), para o objeto abaixo:

**OBJETO**: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal – 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA. Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h, Data Prevista: 09 a 12 de 2026, Local: Brasília-DF.

**PARTICIPANTES**: 06 (seis)

**VALOR UNITÁRIO**: R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais).

**VALOR GLOBAL:** R$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais).

Itiquira-MT, 02 de junho 2026.

EDIOMAR GOBBI:59270411168

Assinado de forma digital por EDIOMAR GOBBI:59270411168
Dados: 2026.06.02 12:55:18 -03'00'

**EDIOMAR GOBBI**
**Ver. Presidente**
**(Gestão 2025/2026)**

**Contratada:** LUCY CARLA DE LIMA FERNANDES.

**Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 062/2025, por um ano contados de 30/05/2026 a 30/05/2027 após o que o contato se extingue automaticamente os termos do artigo 6º, paragrafo segundo, da Lei n ° 803/2013.

**Vigência:** 01 (Um) ano, que compreende o período de 30/05/2026 à 30/05/2027.

**Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.**

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2025.**

**Contratante:** MUNICIPIO DE ITIQUIRA/MT

**Contratada:** JOANA D ARQUE FRANCA DA SILVA.

**Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação vigência do Contrato Administrativo nº 046/2025, por um ano contados de 07/02/2026 a 07/02/2027 após o que o contato se extingue automaticamente os termos do artigo 6º, paragrafo segundo, da Lei n ° 803/2013.

**Vigência:** 01 (Um) ano, que compreende o período de 07/02/2026 à 07/02/2027.

**Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.**

---

**CAMARA MUNICIPAL**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Processo Administrativo Nº 015/2026**

**Inexigibilidade Nº 010/2026**

**RECONHEÇO E HOMOLOGO** com base na Lei Federal de Licitação 14.133/21, o processo de inexigibilidade de licitação nº 010/2026, oriundo do processo administrativo nº 15/2026, com fundamento no artigo 74, III, f, da lei 14.133/21, para a empresa **Instituto Ulysses Guimarães Ltda**, Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimarães, CNPJ 40.033.708/0001-63 estabelecido Q SDE, quadra 01, conjunto E, lote nº 04, Apt. 102, parte C, CEP 72.145-105, Bairro setor de desenvolvimento econômico (Taguatinga), Brasília-DF. Telefone: (61) 8654-5280, Email: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br, Responsável Legal: Ana Maria Lemos Terra de Rezende (sócia administradora), para o objeto abaixo:

**OBJETO**: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal – 45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA. Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h, Data Prevista: 09 a 12 de 2026, Local: Brasília-DF.

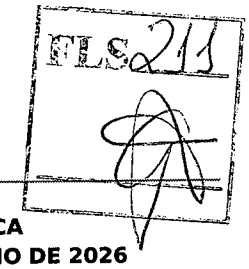
**PARTICIPANTES**: 06 (seis)

**VALOR UNITÁRIO**: R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais).

**VALOR GLOBAL:** R$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais).

itiquira-MT, 02 de junho 2026.

**EDIOMAR GOBBI**
**Ver. Presidente**
**(Gestão 2025/2026)**




---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA N° 260 DE 02 DE JUNHO DE 2026**

*"Exonera, a pedido, o servidor efetivo **LUIS RICARDO DIAS DOS SANTOS** e dá outras providências."*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 33, da Lei Municipal nº 379, de 03 de março de 1999, segundo o qual a exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício, e;

**CONSIDERANDO** que foi solicitado, pela servidora sua exoneração do cargo efetivo que ocupa neste Município de Itiquira/MT, conforme documentação anexa;

**R E S O L V E:**

**Art. 1°** - Exonerar, a pedido, a partir do **dia 01/06/2026**, o servidor efetivo abaixo relacionado:

**I – LUIS RICARDO DIAS DOS SANTOS.**

CPF: 066.***.***-31.

**MOTORISTA.**

**Art. 2°** - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 01/06/2026**, revogando-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo. Itiquira/MT, 02 de Junho de 2026.**

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**
Prefeito Municipal

---

**ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032, DE 02 DE JUNHO DE 2026.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032, DE 02 DE JUNHO DE 2026.

*"Dispõe sobre convocação do suplente eleito para Conselheiro Tutelar do Município de Itiquira – MT – REGIÃO II, e dá outras providências".*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira/MT.

**CONSIDERANDO** à disposição contida na Lei Municipal nº 1.320, de 06 de dezembro de 2024, que "*Dispõe sobre a Política Municipal*